

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

**AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR:  
análise da produção e da disponibilidade de alimentos  
na América Latina.**

**MARIA DE FÁTIMA ARCHANJO SAMPAIO**

CAMPINAS  
MAIO DE 2005

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

**AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR:  
análise da produção e a disponibilidade de alimentos  
na América Latina.**

Tese de Doutorado\* submetida à banca examinadora para obtenção do título de Doutora em Engenharia Agrícola, na área de concentração em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável, sob a orientação do Prof. Dr. João Luiz Cardoso.

**MARIA DE FÁTIMA ARCHANJO SAMPAIO**  
**ORIENTADOR: PROF. DR. JOÃO LUIZ CARDOSO**

CAMPINAS  
MAIO DE 2005

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DA ÁREA DE ENGENHARIA - BAE - UNICAMP

Sa47a Sampaio, Maria de Fátima Archanjo  
Agricultura e segurança alimentar: uma análise sobre a produção e a disponibilidade de alimentos na América Latina / Maria de Fátima Archanjo Sampaio .--Campinas, SP: [s.n.], 2005.

Orientador: João Luiz Cardoso.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.

1. Segurança alimentar. 2. Políticas públicas. 3. Análise multivariada. 4. Relações internacionais. 5. América Latina. 6. Agroindústria. 7. Cooperação internacional. 8. Levantamentos nutricionais. 9. Pesquisa alimentar. 10. Desnutrição. 11. Obesidade. 12. Alimentos consumo. 13. Alimentos – Industrial. I. Cardoso, João Luiz. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Agrícola. III. Título.

Titulo em Inglês: Agriculture and food security: a comparative analysis of food production and availability in Latin America

Palavras-chave em Inglês: Food security, Public policy, Multivariate analysis, International relations, Latin America, Agribusiness, Cooperation international, Nutrition surveys, Food research, Malnutrition, Obesity, Food consumption e Food industry and trade

Área de concentração: Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável

Titulação: Doutora em Engenharia Agrícola

Banca examinadora: Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco, Ana Maria Segall Corrêa, Elias Jose Simão, e Mauro José Andrade Tereso.

Data da defesa: 13/05/2005

*Enquanto não alcançares a verdade,  
não poderás corrigi-la. Porém, se  
a não corrigires, não a alcançarás.  
Entretanto, não te resignes.*

*Do Livro dos Conselhos em  
História do Cerco de Lisboa  
José Saramago*

*Ao meu companheiro e marido  
Fernando, e aos meus filhos  
Pedro e Raul pelo carinho e  
compreensão.*

*Ao querido tio  
Vicente Francisco da Costa  
pelo exemplo de vida  
(in memoriam)*

## Agradecimentos

À Faculdade de Engenharia Agrícola, FEAGRI, representada pelo atual Diretor,  
Professor Doutor Roberto Testezlaf, pela oportunidade.

À Comissão de Pós-Graduação, CPG, representada pela atual Coordenadora,  
Professora Doutora Raquel Gonçalves, pelo apoio administrativo.

Ao Professor Doutor João Luiz Cardoso pela segura e valiosa orientação durante a realização dessa pesquisa.

Aos Professores, Doutora Ana Maria Segall Corrêa e Doutor Nilson Antonio Modesto Arraes,  
pelas importantes críticas e sugestões no Exame de Qualificação.

À Professora Doutora Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco,  
conselheira admirável no desenvolvimento deste trabalho.

À Professora Doutora Julieta Teresa Aier de Oliveira,  
grande incentivadora em todas as fases desta pesquisa.

Ao Professor Doutor Mauro José Andrade Tereso, pelo apoio metodológico.

À Professora Doutora Elaine Borghi, pelo apoio estatístico.

Às Dotoras, Anne Kepple, Letícia Marin León e Marie Sophie Camarão Telles Ribeiro, pelo auxílio prestado  
através da tradução de artigos, respectivamente, em inglês, espanhol e francês.

Aos professores, funcionários e colegas da UNICAMP, não somente da FEAGRI, mas também da Faculdade  
de Ciências Médicas – FCM, da Rede Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Segurança Alimentar e  
Nutricional – REDE ALIMENTA, da Faculdade de Engenharia de Alimentos - FEA, do Núcleo de Estudos e  
Pesquisas em Alimentação – NEPA, do Instituto de Economia – IE, do Núcleo de Economia Agrícola - NEA,  
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH e do Centro de Estudos Rurais – CERES, pelas  
discussões e sugestões em diversas fases desta pesquisa.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq pelo apoio financeiro.

A Food and Agricultural Organization of the United Nations (FAO) pelo FAOSTAT.

À Maria, Cícero, Alice, Miguel, Antonia, Lourdes, Ninita, Toni, Timinha, Diniz, Marcos, Norma, Vicente,  
Carolina, Zé, Virgínia, Thomas, Lílian, Célia, Manuel, Tere, Almiro, Mari, Luca, Fábio, Cida, Analice,  
Toninho, Paula, Alexandre, Miguel, Renata, Raquel, Luiz Henrique, Mariana, Caio, Ligia, Luiz Carlos, Ray,  
Adriano, Fagoni, Caetano, Cris, Chico, Vi, Nenê, Renata, Tetê, Cândi, Neto, Bia, Danielle, Marcelo, Isabela,  
Ricardo, Isabelle, Vitor, Elisa, Luiz Miguel, Maria Alice, Tânia, Lu, Cris, Sandra, Helil, Letícia, Charles,  
Luciana, Louis, Philippe, Alice, Pierre, Max, JeanPhi, Kiki, Ale, Panda, Alice, Rita, Cecília, Mari, Gonza,  
Jacó, Bruno, Eduardo, Babi, Graziela, Luiza, Cristian, Cláudio, Valquíria, Edgar, Paulo, Edgar, Malu, Ana  
Paula, Tauil, Armando, Luiz Norberto, Valter, Molina, Pizano, Danielle, Fabio, Lu, Sueli, Carlos, Vi,  
Waldemar, Erlon, Raquel, Uéselis, Nora, Marquinhos, Vera, Valéria, Sandreli, Andréa, Alê, Dolores, Ciça,  
Regina, Karen, Alessandra, Rodrigo, Helena, Renato, Laura, Guiomar, Priscila, Biral, Tadeu, Ana, Heleno,  
Rafael, Tiburcio, Lucia, Elson, Giseli, Letícia, Camila, Danielle, Roberto, Sonia, Nilson, Luiz, Cida, Mariana,  
Emília, Marlene, Ana Paula, Marta, Rose, Julieta, Oscar, Mauro, Raquel, Magalhães, Mônica, Celso, Rose,  
Arlindo, Valéria, Maristela, Mariângela, Ângela, Dalva, Cris, Cyra, Acauã, Caco, Graziela, Vanilde, Gláucia,  
Rosana, Dombek, Iracema, Kellen, Jorge, Dida, Molambo, Leleu, Valéria, Clara, Osmar, Ortega, Celso, Bete,  
Belik, Lincoln, Maria Antonia, André, Fernando, Vanda, Emília, Mauro, Verena, Sel, Marisa, Pedro, Cássia,  
Gerson, Patrícia, Rodrigo, Ana, Davi, Daniel, Neusa, Plínio, Rita, Cleonice, Arminda, Elci, Daiane,  
Raul, Pedro, Fernando, todos, eternos colaboradores na busca da verdade, obrigada!

## Sumário

	Página
Lista de Figuras, Tabelas e Dendrogramas.....	<i>ix</i>
Resumo .....	<i>xi</i>
Abstract.....	<i>xii</i>
<b>Capítulo 1.</b> Introdução e justificativa.....	01
<b>Capítulo 2.</b> Objetivos.....	03
<b>Capítulo 3.</b> Revisão de Literatura.....	04
3.1 Antigas teorias sobre segurança alimentar.....	04
3.2 Influências e contradições do consumo alimentar na atualidade.....	12
3.3 Tendência de integração de países: liberalização ou política comum? .....	20
3.4 Algumas Estratégias e Políticas Agroalimentares.....	26
3.4.1 Introdução.....	26
3.4.2 Aspectos de Política Agrária .....	29
3.4.3 Aspectos de Política Agrícola.....	32
3.4.4 Fome Zero.....	34
3.4.5 Desenvolvimento Local.....	37
3.4.6 Aleitamento Materno.....	43
<b>Capítulo 4.</b> Metodologia.....	48
4.1 Considerações Iniciais.....	48
4.2 Dados.....	49
4.3 Variáveis.....	51
4.4 Métodos.....	53
<b>Capítulo 5.</b> Resultados e Discussão.....	55
5.1 Análise geral da disponibilidade de alimentos no mundo.....	55
5.2 Análises específicas para a América Latina.....	61
5.2.1 Calorias.....	63
5.2.2 Produção.....	72
5.3 Síntese dos Resultados e Discussões.....	82
5.3.1 Disponibilidade de alimentos e IDH.....	82
5.3.2 Desnutrição e obesidade.....	83
5.3.3 Pauta produtiva da agricultura latino-americana.....	86
5.3.4 Entre o passado e o futuro da questão alimentar.....	88
5.3.5 Políticas públicas.....	89
5.3.6 Agricultura e segurança alimentar.....	90
<b>Capítulo 6.</b> Conclusões.....	83
Referências Bibliográficas .....	94
Anexos.....	106

## Lista de Figuras

<b>Figura 1</b> – Disponibilidade de Alimentos (1999, 2000 e 2001): calorias e gramas de proteínas de origem animal por habitante por dia.....	56
<b>Figura 2</b> – Representação dos países da América Latina nos eixos fatoriais 1 e 2 - Calorias.....	65
<b>Figura 3</b> – Representação dos países da América Latina nos eixos fatoriais 3 e 4 - Calorias.....	66
<b>Figura 4</b> – Representação dos países da América Latina nos eixos fatoriais 4 e 5 - Calorias.....	67
<b>Figura 5</b> – Representação dos países da América Latina nos eixos fatoriais 1 e 2 – Prod./hab.....	74
<b>Figura 6</b> – Representação dos países da América Latina nos eixos fatoriais 2 e 3 - Prod./hab.....	75
<b>Figura 7</b> – Representação dos países da América Latina nos eixos fatoriais 4 e 5- Prod./hab.....	76
<b>Figura 8</b> – Representação dos países da América Latina nos eixos fatoriais 1 e 5 – Prod./hab.....	77

## Lista de Tabelas

<b>Tabela 1.</b> Categorias de disponibilidades de energia e de proteínas de origem animal (médias de 1999, 2000 e 2001).....	57
<b>Tabela 2.</b> Análise de correlação entre as variáveis: Calorias (CAL), Proteínas de origem animal (POA) e Índice de desenvolvimento humano (IDH).....	59
<b>Tabela 3.</b> Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 2000.....	60
<b>Tabela 4.</b> Porcentagem do consumo total de calorias / habitante / dia que o conjunto de produtos (açúcar, arroz, batata, carne bovina, carne de frango, carne suína, feijão, frutas, hortícolas, leite, mandioca, milho, óleos vegetais, ovos, pescados e trigo), representa no consumo total de cada país, para o período 1999, 2000 e 2001.....	62
<b>Tabela 5.</b> Coeficientes de correlações, proporção de variância e proporção acumulada – Calorias.....	64
<b>Tabela 6.</b> Valores médios das variáveis dos grupos da América Latina – Calorias.....	68
<b>Tabela 7.</b> Coeficientes de correlações, proporção de variância e proporção acumulada – Produção/habitante.....	72
<b>Tabela 8.</b> Valores médios das variáveis dos grupos da América Latina – Produção/habitante.....	78
<b>Tabela 9.</b> Taxa de fertilidade total (crianças por mulheres) na América Latina.....	108

<b>Tabela 10.</b> Evolução dos preços unitários de exportação de produtos do agronegócio brasileiro, de 1995 a 2003, em US\$/tonelada .....	109
<b>Tabela 11.</b> Evolução da quantidade exportada de produtos do agronegócio brasileiro, de 1995 a 2003, em 1000 toneladas.....	109
<b>Tabela 12</b> Duração do aleitamento materno na América Latina – mediana (meses) .....	110
<b>Tabela 13.</b> Índices das variáveis dos grupos da América Latina - Calorias.....	111
<b>Tabela 14.</b> Índices das variáveis dos grupos da América Latina – Produção/habitante.....	112

### **Lista de Dendrogramas**

<b>Dendrograma 1.</b> Análise da disponibilidade de alimentos nos diferentes países.....	113
<b>Dendrograma 2.</b> Análise da disponibilidade em termos de calorias na A. L. ....	114
<b>Dendrograma 3.</b> Análise em termos de produção de alimentos por habitante na A. L. ....	115

## **Resumo**

Os padrões de produção e de consumo de alimentos que hoje prevalecem nos países economicamente avançados se propagam em nível mundial enquanto 800 milhões de pessoas estão desnutridas no mundo, representando 13% da população mundial, segundo dados da FAO para 1996. Atualmente, na América Latina, os pobres representam 40% da população e 11% são subnutridos de acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). A urgência de medidas corretivas é inegável. É indispensável que a movimentação de recursos para a agricultura, setor fundamental para a segurança alimentar nos países em desenvolvimento, avance em direção às mudanças desejadas. Este trabalho gera indicativos para aperfeiçoamento de modelos de produção e fornece subsídios para orientar ações de políticas públicas, sobretudo, analisando diversos aspectos da agricultura latino-americana e as relações existentes entre esta e a segurança alimentar da população envolvida. Os dados (1999, 2000, 2001) utilizados foram provenientes do banco de dados estatísticos da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAOSTAT). Aliados ao trabalho aprofundado de revisão bibliográfica, foram utilizados os métodos de análise fatorial em componentes principais e análise hierárquica. O “software” STAT-ITCF, do “Institut Technique de Céréales et des Fourrages”(França) e o “Statistical Packet for Social Sciences” – SPSS (EUA) foram utilizados para processar as técnicas de análises multivariadas. De maneira geral, este trabalho pôde revelar disparidades existentes e conduzir o exame das dificuldades que determinados países possuem, para orientar as suas respectivas diretrizes no sentido de viabilizar seus padrões agroalimentares compatíveis com um estado nutricional mais adequado e, sob os pontos de vista sociais, econômicos, culturais e ambientais, mais compatíveis com os conceitos recentes de sustentabilidade.

**Palavras chave:** Segurança alimentar; Políticas públicas; Análise multivariada; Relações internacionais; América Latina; Pesquisa alimentar; Desnutrição; Obesidade; Consumo de Alimentos.

## **Abstract**

### **Agriculture and Food Security: A comparative analysis of food production and availability in Latin America**

Prevailing patterns of food production and consumption are spreading throughout the world, while 800 million people in the world are malnourished, representing 13% of the world population, according to 1996 FAO data. Currently in Latin America, 40% of the population is poor and 11% undernourished, according to the Economic Commission for Latin America and the Caribbean. The urgent need for corrective measures is undeniable. The mobilization of resources for agriculture, which is fundamental for food security in developing countries, must advance in the direction of desired changes. This study, which analyzes various aspects of the relationship between Latin American agriculture and the food security of the populations involved, it generates indicative for improvement of production models and it supplies subsidies to guide actions of public politics. The data utilized (1999, 2000, 2001) were from the FAO statistical data base (FAOSTAT). Beans, beef and veal, cassava, eggs, fish (seafood), fruit, maize, milk, rice, pigmeat, potatoes, poultry meat, vegetables, vegetables oil, sugar and wheat were choosen to compose this analysis. We used factor analysis and hierarchical cluster analysis as the fundamental methodology. This multivariate analysis revealed existing disparities and difficulties of certain countries, and offers guidance for making agro-food patterns more compatible with appropriate nutritional goals, as well as more sustainable from social, economic, cultural, and environmental perspectives.

**Key-words:** Food security; Public policy; Multivariate analysis; International relations, Latin America; Agribusiness; Nutrition surveys; Food research, Malnutrition, Obesity, Food consumption.

## 1. Introdução

Os padrões de produção e de consumo de alimentos que hoje prevalecem no Primeiro Mundo se propagam em nível mundial enquanto 800 milhões de pessoas estão desnutridas, representando 13% da população mundial, segundo dados da FAO observados e projetados na Cúpula Mundial da Alimentação (CMA) realizada em Roma, no ano de 1996. Nessa ocasião, 200 países se reuniram e se comprometeram a “erradicar a fome de todos os países, tendo como objetivo imediato, o de reduzir pela metade o atual número de pessoas desnutridas até 2015”. Apesar deste compromisso, não há sinais de uma mudança significativa na taxa de redução da subnutrição, que continua sendo muito baixa. Além disso, segundo as projeções atuais, até 2015, o número previsto de pessoas subnutridas, nesse ano, se elevaria a 45 milhões de pessoas na América Latina e Caribe, e o objetivo da CMA de reduzi-lo a 32 milhões não seria alcançado antes de 2030 (ANDA, 2002, p. 30).

A urgência de medidas corretivas para reverter essa situação é inegável. É indispensável que a movimentação de recursos para a agricultura, setor fundamental para a segurança alimentar, avance em direção às mudanças desejadas. Cabe-nos perguntar, entretanto, como planejar e organizar esta movimentação de recursos, de maneira que exista um equilíbrio entre os vícios e as virtudes dos padrões latino-americanos de produção e de consumo de alimentos? Como estimular, por exemplo, padrões de agricultura que permitam o acesso de amplas camadas da população a uma alimentação saudável e variada, ou ainda, que não incorram em riscos para grupos da população mais vulneráveis?

A hipótese central do presente trabalho é a de que os países da América Latina têm condições para dar respostas, no nível técnico, as suas questões estruturais mais prementes para adequação de sua agricultura em prol da segurança alimentar de seus povos.

Atender ao compromisso da CMA, firmado também pelo Brasil, é um dos objetivos do Fome Zero, por exemplo, proposta de política de segurança alimentar<sup>1</sup> que parte do princípio de que alimentação digna é um direito social que deve ser garantido pelo Estado. De acordo com os dados apresentados pelo Fome Zero (INSTITUTO CIDADANIA, 2001), 46 milhões de pessoas ganhavam menos de um dólar por dia, ou

---

<sup>1</sup> Por Segurança Alimentar, entende-se uma condição garantida por um conjunto de princípios, políticas, medidas e instrumentos que assegurem permanentemente o acesso de todos os habitantes do território nacional a alimentos seguros, a preços adequados, em quantidade e qualidade necessárias para satisfazer as exigências nutricionais para uma vida digna e saudável bem como com acesso aos demais direitos da cidadania. Inclui na análise da questão não somente temas como a produção, comercialização, industrialização e consumo de alimentos, mas também temas como o acesso diferencial aos alimentos em função da distribuição da renda que caracteriza a sociedade em determinado momento, além de temas como a qualidade sanitária e nutricional e a conservação e o controle da base genética do sistema agroalimentar, dentro de um contexto de desenvolvimento sustentável.

seja, menos de R\$ 80,00 por mês em 2001, representando 27% da população brasileira. Estima-se também, com dados referentes a 2003, que 31,7% da população brasileira é considerada pobre, pois 53,9 milhões de pessoas vivem com renda domiciliar per capita de até meio salário-mínimo (IPEA, 2005).

Ainda de acordo com o Fome Zero, quando se observa a distribuição de pobres, segundo áreas de residência, observam-se 26% destes em área rural, 23% em área metropolitana e 51% em área urbana não metropolitana, fato que mostra que os processos de industrialização e de urbanização verificados nos países da América Latina ocasionaram modificações estruturais importantes, proporcionando contradições nítidas, como por exemplo a de contar com 70 milhões de brasileiros acima do peso, representando 40% da população e causando por ano cerca de 80 mil mortes no país (OPAS, 2003).

Acredita-se, portanto, que o atual padrão de produção e consumo compromete populações específicas e também regiões inteiras e, esse comprometimento, principalmente em uma perspectiva de longo prazo, será total se não houver interferência e mudanças.

Um dos grandes obstáculos ao planejamento de soluções adequadas ao problema da alimentação dos povos, como já apontara Josué de Castro, em sua Geografia da Fome de 1946, reside exatamente no pouco conhecimento que se tem do problema em conjunto, como um complexo de manifestações simultaneamente biológicas, econômicas e sociais (CASTRO, 2001). Ainda hoje, a maior parte dos estudos científicos sobre o assunto se limita a aspectos parciais, projetando uma visão unilateral do problema.

É com o propósito de abordar esta situação multifacetada do sistema agroalimentar que este trabalho pode contribuir, gerando indicativos para aperfeiçoamento de modelos de produção e, principalmente, fornecendo subsídios para orientar ações de políticas públicas para a busca da segurança alimentar latino-americana.

## 2. Objetivos

Tendo como referência a busca da segurança alimentar, entendida como uma condição garantida por um conjunto de princípios, políticas, medidas e instrumentos que assegurem permanentemente o acesso de todos os habitantes dos territórios nacionais a alimentos seguros, a preços adequados, em quantidade e qualidade necessárias para satisfazer as exigências nutricionais para uma vida digna e saudável, bem como com acesso aos demais direitos da cidadania, dentro de um contexto de desenvolvimento sustentável, o objetivo geral do presente trabalho é analisar, comparativamente e de modo multidisciplinar, características da produção e da disponibilidade de alimentos dos países que compõem a América Latina.

### Objetivos Específicos

1. Efetuar uma análise geral e comparativa considerando informações relevantes de diferentes países do mundo, tais como:

- Disponibilidade de alimentos em termos calóricos
- Disponibilidade de alimentos em termos de proteínas de origem animal
- Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

2. Efetuar duas análises específicas, considerando informações relevantes dos países da América Latina, para 16 produtos (ou grupos de produtos) da alimentação básica da população envolvida. Este conjunto de produtos é constituído por: açúcar, arroz, batata, carne bovina, carne de frango, carne suína, feijão, frutas, hortícolas, leite, mandioca, milho, óleos vegetais, ovos, pescados e trigo. As análises pretendidas se referem a:

- Disponibilidade calórica para cada um destes produtos do conjunto
- Produção referente a cada um destes produtos do conjunto

### **3. Revisão Bibliográfica**

#### **3.1. Antigas teorias sobre segurança alimentar**

A sociedade industrial, característica de grande parte do planeta em que vivemos, tem suas idéias sobre moeda, lucro, renda, preços e salários, produção de alimentos e população elaboradas com base no pensamento de economistas ingleses que nasceram e viveram entre as últimas décadas do século XVIII e as primeiras do século XIX. Malthus e Ricardo foram os grandes teóricos dessa época. Depois deles, vieram Marx e Engels para fazer um contraponto. A partir do século XX, analisando soluções mundiais para a questão da fome e da superpopulação, coube a Josué de Castro, no Brasil, e à economista e antropóloga dinamarquesa, Ester Boserup, dentre outros pesquisadores, tais como Louis Malassis e outros cientistas alinhados politicamente aos países subdesenvolvidos, questionar essas antigas teorias e lutar contra o neomalthusianismo.

Saliente-se, portanto, que fome e pobreza são temas antigos e conforme aponta LINHARES (1994), se algo foi constante nas preocupações de intelectuais das sociedades capitalistas européias, em construção no final do século XVIII até o apogeu de seus Estados burgueses e imperialistas do final do século XIX e início do XX, foi a constatação da pobreza nos segmentos rurais e urbanos das populações que se inseriram no novo sistema de produção.

La Bruyère apud POMPÊO DO AMARAL (1963, p.459) fazia a seguinte descrição do camponês da França do século XVIII: “vêm-se certos animais selvagens, machos e fêmeas, disseminados pelo campo, presos à terra que revolvem e esquadrinham com obstinação invencível; têm como que voz articulada e, quando se erguem, revelam face humana. Recolhem-se, à noite, a covis em que vivem de pão negro, água e raízes”. Em muitas aldeias, os camponeses apenas se alimentavam de couves e outras ervas. Ainda apud POMPÊO DO AMARAL (1963, p. 459), Massilon, Bispo de Clermont-Ferrand, escrevia em 1740, a Fleury: “nossa população agrícola vive numa miséria terrível... a maior parte dela não tem mesmo, durante metade do ano, senão pão de cevada e de aveia, que forma a sua única alimentação”.

Com o passar dos anos, a pressão dos impostos feudais se tornou insuportável e muitos camponeses abandonaram, então, suas propriedades, que os levavam à miséria, preferindo o emprego como operários assalariados ou até a vida de mendigos ou ladrões.

“Só a Revolução Francesa pôs fim a tal estado de coisas. Em 1789, quando as classes revolucionárias de Paris se levantaram e tomaram a Bastilha, se sentiram os camponeses oprimidos

conclamados a sacudir o jugo feudal. Daí a transformação das condições da propriedade rural, primeiro na própria França e, em seguida, sob sua influência, nos países vizinhos. Na França, a transformação se produziu violentamente e de tal maneira que os camponeses não apenas se livraram de seus tributos mas ainda adquiriram terras pertencentes a domínios confiscados ao clero e aos emigrados, na medida em que a burguesia deles não se apoderou” (POMPÊO DO AMARAL, 1963, p. 459-460).

Foi esta idéia de revolução social devida à força dos cidadãos e nascida no bojo da revolução francesa (“todos são iguais perante a lei”) que legou ao século XIX a noção poderosa de que sistemas políticos, sociais e econômicos são construções humanas, históricas e, portanto, mutáveis.

A pobreza, como esclareceu LINHARES (1994), não nasceu com a revolução industrial capitalista. Ela mudou e adquiriu outras formas. As sociedades pré-capitalistas, chamadas de Antigo Regime pelos historiadores franceses, eram essencialmente rurais e agrícolas. Suas crises regiam-se, em parte, pelos fenômenos naturais – uma seca na estação indevida, chuvas abundantes quando deveria haver insolação, uma epidemia – que afetavam o sistema de produção agrícola, levando à escassez, à alta de preços, à fome, ao aumento da mortalidade, à redução demográfica. Era a época em que não se difundira a agricultura intensiva, nem a tecnologia aplicada à criação animal ou à conservação de alimentos.

A revolução agrícola que acompanhou a revolução industrial alterou radicalmente as práticas preexistentes, introduzindo a emigração, embora ainda não maciça, para as cidades industriais inglesas que surgiam. Marx chamou de expropriação esse movimento caracterizado pela concentração de terra agricultável nas mãos de pessoas com boa posição social, que gradativamente se transformaram numa burguesia agrária, dotada de capitais e de técnicas. Por outro lado, esse movimento permitiu a formação do chamado “exército industrial de reserva”, ou seja, a ida, para os centros urbanos em expansão, da mão-de-obra abundante procedente de um campo que se modernizava.

A relação estreita entre a agricultura e a indústria não escapou aos observadores contemporâneos que viram aí o nascimento de uma nova modalidade de pobreza e miséria, cada vez mais urbana e característica do proletariado emergente. Coube a dois economistas ingleses analisar e teorizar sobre o fenômeno: Thomas Robert Malthus – 1766/1834 e David Ricardo – 1772/1823.

Em 1798, Malthus tentou traduzir a questão alimentar numa fórmula matemática que provaria a iminência de uma catástrofe demográfica com o trabalho intitulado “Ensaio sobre o princípio da população”. Segundo Malthus, enquanto a produção agrícola aumentava em progressão aritmética, a população aumentava em progressão geométrica. Resultado: fome. Remédio: conter o crescimento populacional. Esta interpretação da relação entre população e alimentos, a partir da combinação de uma

série de simples teoremas, é uma das explicações de maior perdurabilidade sobre a questão alimentar (ABRAMOVAY, 1983).

A obra de Malthus estava inserida no contexto de uma Inglaterra em pujante desenvolvimento industrial, mas que ainda não havia sido capaz de absorver os efeitos da transição para novas formas de organização da economia e da sociedade, transição esta que trouxe como consequência a produção capitalista e, entre outros elementos, a existência de um grande contingente de pobres sem trabalho.

Em relação à política interna inglesa, o “Ensaio sobre o princípio da população” enfrentava a Lei dos Pobres, existente desde o século XVI, mas cuja importância era cada vez maior frente à pobreza crescente produzida pela expulsão dos camponeses de suas terras, graças ao movimento dos “cercamentos”. Este êxodo de camponeses provocou o inchamento das cidades, que ofereciam possibilidades de emprego em suas indústrias. A Lei dos Pobres impunha às paróquias a obrigação de socorrer os indigentes com impostos arrecadados pelos habitantes e proprietários de terras de sua área de influência. Uma modificação desta lei em 1795 subordinava o montante da assistência ao preço do pão e ao número de filhos. Até 1750 quase um quinto da população se beneficiava desta lei (POURSIN & DUPUY, 1975).

Escrito poucos anos após a Revolução Francesa, o “Ensaio sobre o princípio da população” expressava o temor das classes dirigentes inglesas frente ao perigo da difusão das idéias revolucionárias<sup>2</sup>. Frente ao otimismo fundamental dos filósofos revolucionários, Malthus vai refutar as teses da perfectibilidade humana e progresso indefinido, além de tentar provar que a miséria e a desigualdade não são resultados das instituições sociais, mas de causas naturais e, portanto, imutáveis e que a riqueza de poucos e a propriedade que a fundamenta são os elementos que têm permitido ao homem passar a estágios superiores de civilização. Propor-se a eliminar a desigualdade, a propriedade e as hierarquias sociais estabelecidas, é estabelecer um falso problema e socializar a miséria, cuja única fonte é o aumento da população além do que permitem os alimentos.

Malthus sustentava que os pobres não têm que questionar sua situação e menos ainda a dos ricos. As palavras finais do “Ensaio sobre o princípio da população” permitem compreender que “a causa principal e permanente da pobreza tem pouca ou nenhuma relação direta com as formas de governo ou com a desigualdade na distribuição da propriedade, porque os ricos não dispõem na realidade de capacidade de encontrar emprego e sustento para todos os pobres. Estes não podem, segundo as leis da

---

<sup>2</sup> O título completo da primeira edição de sua obra designa os oponentes com os quais Malthus vai polemizar: “Ensaio sobre a lei da população e seus efeitos no aperfeiçoamento do futuro da sociedade, com observações sobre as especulações de Godwin, Condorcet e outros autores”. Os trabalhos dos autores mencionados, redatados em 1793, haviam alcançado grande popularidade e representavam um pensamento inspirado nas doutrinas da Revolução Francesa (POURSIN & DUPUY, 1975)

natureza, ter o direito de exigí-lo [...] Generalizando-se pouco a pouco o conhecimento destas verdades [...] as classes mais baixas do povo, consideradas em seu conjunto, seriam mais pacíficas e amantes da ordem, seriam menos inclinadas a promover distúrbios em épocas de escassez e menos se deixariam influenciar por escritos incendiários, iriam saber quão pouco dependem de uma revolução para ter trabalho e meios de sustentar uma família” (MALTHUS, 1977 apud HINTZE 1997). É importante lembrar que as idéias de Malthus constituíram a base da reformulação da Lei de Pobres, feita na Inglaterra em 1834, a qual aboliu todo o subsídio para quem não tivesse defeitos físicos (POURSIN E DUPUY, 1975).

Segundo LINHARES (1994), por mais que Malthus tivesse introduzido, na segunda edição de seu famoso Ensaio sobre a População, numerosos dados estatísticos e outros elementos factuais, com o objetivo de comprovar a sua tese, ficou evidente que ele não compreendeu com clareza o fenômeno da demografia, de queda do índice da mortalidade, com a extensão da esperança de vida.

Em outras palavras, as melhorias técnicas e científicas, como a vacina contra a varíola, bem como a possibilidade de uma produção agrícola mais abundante e a conservação de produtos da pecuária animal, foram positivas.

Muitas foram as críticas realizadas à obra de Malthus. Os questionamentos mais contundentes sobre a teoria malthusiana, contudo, foram feitos por Karl Marx, para quem a relação entre população e alimentos não é um fenômeno que possa ser estudado da mesma maneira em todas as épocas históricas. Marx se refere ao trabalho de Malthus nestes termos:

"Não existe nada mais acrítico que suas atrapalhadas montagens e compilações de historiadores e seus relatos de viagem. Sua concepção é totalmente falsa e pueril, porque considera da mesma maneira a superpopulação nas diferentes fases históricas do desenvolvimento econômico; não compreende sua diferença específica e por conseguinte reduz estupidamente essas relações mutantes e complicadíssimas, a uma relação dual, na qual se contrapõe por um lado a reprodução natural do homem e por outro a apropriação natural dos meios de subsistência como se tratasse de duas séries naturais que aumentam, uma geometricamente e, a outra, aritmeticamente. Desta forma transforma as relações historicamente diferentes em uma relação numérica abstrata, existente só em sua fantasia, e que não se funde nem com as leis naturais nem com as históricas."<sup>3</sup>

De qualquer maneira, não há dúvida de que Malthus fez escola e que suas idéias exercem uma enorme influência sobre o pensamento econômico e demográfico contemporâneo. É verdade que a

---

<sup>3</sup>MARX, K. *Elementos fundamentales para la crítica de la Economía Política (Grundrisse)*. México: Siglo XXI, 1978 apud HINTZE, 1997.

explosão demográfica prevista por Malthus ainda não ocorreu. Mas, para os atuais adeptos do pensamento de Malthus, o motivo disso está exatamente nos efeitos “saneadores” que as crises e sobretudo as guerras exerceram sobre o crescimento populacional nos últimos anos. Para os neomalthusianos a fome é vista como um produto da superpopulação e, segundo seu ponto de vista, o controle demográfico é, portanto, a única saída contra a barbárie e o fim da civilização.

Quanto a David Ricardo, segundo LINHARES (1994), com inteligência e nem sempre com clareza suficiente, estabeleceu uma intrincada relação entre demanda de alimentos, margem de cultivo, salário e trabalho necessário, e lucro, temas esses que podem ser lidos como teoremas de difícil comprovação empírica e que, certamente, exerceram influência básica na formulação da teoria de K. Marx.

Segundo David Ricardo, as terras de melhor situação – próximas dos centros de consumo e dos meios de comunicação - e as de maior fertilidade eram preferencialmente apropriadas e cultivadas. No entanto, o crescimento demográfico passou a exigir a ampliação da área cultivada, daí a busca de terras mais distantes e de menor fertilidade. Tal esforço corresponde, pois, a maior investimento de capital e trabalho.

O aumento populacional, para David Ricardo, está relacionado com a ampliação da área cultivada em piores condições econômicas de cultivo. Dessa forma, as terras mais férteis e mais próximas geram uma renda maior, enquanto os preços dos gêneros cultivados serão nivelados no mercado, ou seja: não é possível cobrar mais caro o preço do feijão porque ele é originário de terra ruim e mais barato porque é de terra boa, como esclarecia LINHARES (1994). Economicamente ocorre que, com os preços nivelados a partir das terras de pior acesso e menor fertilidade, ganharão mais aqueles produtores que gastarem menos em capital e mão-de-obra, isto é, quanto menor for o investimento em capital (técnicas) e em trabalho (salários), maior será a renda líquida.

Ninguém melhor do que Ricardo defendeu as idéias da supressão da legislação herdada do antigo regime econômico pré-industrial, entre elas as que protegiam o preço dos cereais britânicos, conhecidas como “Corn Laws”. LINHARES (1994) explicava que isso significava o seguinte: quando algo de catastrófico ocorria com a cultura de cereais ingleses, a lei permitia a entrada de cereais estrangeiros (Polônia, Rússia) como mecanismo regulador de preços; restabelecida a produção britânica, fechavam-se, de novo, as alfândegas.

Ocorre, porém, ainda segundo a mencionada autora, que naquele princípio de século a abundante mão-de-obra operária impunha baixos salários, o que por sua vez exigia um baixo preço da alimentação de

base, capaz de permitir a reprodução da classe trabalhadora em condições minimamente satisfatórias e, simultaneamente, a remuneração compensadora do capital por parte do empresário.

Marx, posteriormente, identificou essa fase de acumulação capitalista como sendo dominada pela extração de “mais valia absoluta”. Em outras palavras, LINHARES (1994) afirmava que, na contabilidade da empresa, a maior parcela dos gastos correspondia ao pagamento de salários, por serem ainda precárias as instalações técnicas e abundante a oferta de trabalho. A contribuição da agricultura, com seus baixos preços, tornava-se uma necessidade naquele padrão de acumulação capitalista. O livre cambismo aplicado ao comércio de gêneros alimentícios associava-se, assim, ao próprio mecanismo de reprodução do capital.

David Ricardo não chegou a viver o seu livre-câmbio em pleno funcionamento, mas dessa doutrinação nasceu toda a legislação britânica que caracterizou a primeira metade do século XIX, levando a Inglaterra a abrir suas alfândegas para os alimentos e às matérias-primas de outras partes do mundo, inclusive da Argentina, Estados Unidos e Leste Europeu, como apontava LINHARES (1994).

A Inglaterra foi, sem dúvida, o exemplo clássico do desenvolvimento do capitalismo liberal que desembocaria em mecanismos mais complexos de formação de monopólios e oligopólios, mas que permitiriam também o fim da miséria urbana generalizada, da fome crônica e da concentração dos benefícios conferidos pela ciência e pela tecnologia a alguns privilegiados.

O Segundo Pós-Guerra trouxe uma revolução que foi tão importante quanto a da eclosão do socialismo no Primeiro Pós-Guerra. Tratava-se da revolução nacional nos países até então sujeitos à dominação imperialista que se estabelecera no último quartel do século XIX. Segundo LINHARES (1994), diferentemente, porém, do que pregava Lenin – o nacionalismo dos povos colonizados prenunciaria a crise final do capitalismo -, a luta pela independência dos países da Ásia e da África foi o desfecho do imperialismo mas não do capitalismo. Os impérios podem se ter dissolvido, massas famélicas de ex-colonizados invadiram as velhas metrópoles como se estivessem fazendo a cobrança de algo historicamente a elas devido, isto é, trabalho, acesso à cultura e ao bem-estar da civilização ocidental, ou em outras palavras, o fim da discriminação entre colonizadores e colonizados, entre senhores e escravos. Concomitantemente, as direitas empedernidas, velhas e novas, se organizaram, contra essa revolução.

Simultaneamente a essa revolução do nacionalismo, correspondeu o amplo debate em âmbito internacional sobre a teoria do desenvolvimento econômico, sobre a própria noção de subdesenvolvimento e de Terceiro Mundo associada a de Nações Proletárias. O mundo colonizado pelo imperialismo do século XIX corresponderia, em termos de neocapitalismo, ao “exército industrial de reserva” da fase inicial do

capitalismo, já agora – nas décadas de 50/60 – servindo ao capital monopolista da Guerra Fria e à política da Paz Armada, como analisa LINHARES (1994).

Dentro deste contexto, a autora destacava, no Brasil, as idéias de Josué de Castro, também comungadas por outros importantes pesquisadores, de que as causas da fome e da miséria dos países da América Latina, da Ásia, da África, residem na desigualdade estrutural e histórica que regiam suas sociedades. As teses malthusianas e neomalthusianas, segundo estes autores, nada mais seriam do que justificativas para a perpetuação da exploração secular de que são vítimas as populações periféricas ao capitalismo central.

No plano estritamente acadêmico, sem conotações político-ideológicas explicitadas previamente, LINHARES (1994) apresentou Ester Boserup e sua luta contra o neomalthusianismo em expansão nas décadas da Guerra Fria, anos 50, 60 e 70. Boserup fez pesquisa de campo, na Ásia e na África, entre populações pobres e distantes da civilização ocidental capitalista, tendo escrito um livro no qual relacionava desenvolvimento agrícola e pressão demográfica.

BOSERUP (1987) aprofundou em seu trabalho a reflexão sobre mudanças dos sistemas agrários, construindo um modelo, o qual teve como hipótese central uma variável independente: a de que cabe à pressão demográfica permitir o avanço da agricultura e a mudança dos sistemas de cultivo extensivo (rotação florestal com pousio longo e cultivos itinerantes) para sistemas cada vez mais intensivos de uso da terra. Assim, cabe à demanda crescente, caracterizada pela existência de um maior número de bocas a alimentar, levar necessariamente ao desenvolvimento agrícola e à transformação dos sistemas de uso da terra.

Ao afirmar que as sociedades agrárias regidas por sistemas agrícolas específicos só avançam para outras formas mais intensivas de cultivo movidas por determinações internas – ou seja, de dentro para fora -, BOSERUP (1987) abriu uma perspectiva teórica extremamente rica na análise de países como os da América Latina. Nas palavras de LINHARES (1994), a falência dos sistemas de dominação colonial e mesmo das atuais agências internacionais de desenvolvimento e investimentos em populações de países chamados subdesenvolvidos ou meramente atrasados, em operar a modernização rápida e eficiente de tais grupos sociais tem sido constatada aqui no Brasil, na América Central e na África.

Também em sociedades mais avançadas tecnologicamente e socialmente mais complexas, a pressão demográfica pode conduzir à mobilização no sentido de buscar respostas inteligentes a seus problemas. Assim, a Holanda dominou o mar, aterrando-o e tornando-o agriculturável. O Japão criou um sistema escalonado de cultivo nas suas montanhas. O Egito, com o Nilo, deu a resposta adequada para

alimentar sua população e permitir o cultivo em escala de uma fibra industrial, o algodão. A China criou a rizicultura irrigada. Em suma, todas as sociedades têm condições de dar respostas adequadas no nível técnico às suas necessidades mais prementes, a menos que haja sobre elas pressão de natureza externa.

Por esse motivo que os planos de controle de crescimento demográfico em populações do mundo extra-europeu, e para além dos Estados Unidos e do Canadá, longe de visarem ao desenvolvimento dessas sociedades podem conduzir a uma situação de perda de identidade cultural e de desmantelamento de suas estruturas sociais e mentais multiseculares.

Na África, como em certos casos da Índia e da China com características de demografia explosiva, o maior número de filhos pode se ligar à expectativa de vir a ter um futuro. Nessas sociedades, como afirma LINHARES (1994), de tão elevada taxa de mortalidade, uma família para chegar a ter dois filhos homens com mais de 21 anos, em faixa de idade produtiva, precisaria ter gerado pelo menos oito filhos homens. Do contrário, os pais correriam o risco de chegar à velhice totalmente desprotegidos e à mingua. Assim, a existência de uma família extensa é a única garantia de não-indigência para a velhice de inúmeros casais. Na falta de qualquer sistema de seguridade social entre tais populações, imaginou-se um sistema prático, uma espécie de seguridade familiar tradicional, baseado na força de trabalho dos filhos, como se o filho se transformasse em capital social.

No Brasil, de acordo com BERQUÓ (2003), a fecundidade por faixa etária caiu em todas as idades, apresentando uma queda de 11% entre 1991 e 2000. BERQUÓ (2003) ainda reforça que esta queda foi maior entre as mulheres mais pobres, negras, nordestinas e menos escolarizadas. Nesse sentido, saliente-se que a taxa de fertilidade total na América Latina, ou seja, o número de crianças por mulheres também vem caindo progressivamente nos últimos anos, como pode ser observado na Tabela 9, que se encontra em anexo.

CASTRO (2001) já havia demonstrado que as melhorias das condições de vida naturalmente conduziam a uma queda nos índices de natalidade, com maior longevidade, no entanto. A população latino-americana pode ser alimentada graças ao imenso progresso da tecnologia aplicada à produção. A América Latina pode saciar a fome de seus filhos, produzir excedentes incríveis, para, no entanto, estocá-los e garantir os preços oligopolizados do mercado. O problema está longe de residir na capacidade produtiva da agricultura e, sim, no atraso institucional e na desigualdade que rege as estruturas sociais dos países. Se muitos não comem é uma questão de poder aquisitivo, o que não se rege pelas leis da economia, mas da sociedade.

De qualquer forma, refletindo sobre essas antigas teorias apresentadas neste capítulo, pôde-se compreender as raízes de algumas questões ou hipóteses da problemática alimentar (fome) que ainda persiste em tempo presente. Feito este exercício de retorno ao passado, o entendimento das possibilidades de escolhas, bem como das responsabilidades inerentes às possíveis tomadas de decisões que se colocam nos conflitos atuais para a promoção do direito humano à alimentação torna-se mais factível.

### **3.2. Influências e contradições do consumo alimentar na atualidade**

Principalmente a partir de meados do século XX, a produção agrícola adquire um ritmo acelerado de concentração e intensificação. Os produtos da agricultura são cada vez mais transformados pela indústria. As transações comerciais se mundializam e a distribuição passa por significativas mudanças, espalhando os grandes supermercados pelos países. Como consequência, a alimentação torna-se um mercado de consumo de massa com produtos altamente transformados por procedimentos industriais, comercializados com o apoio de modernas estratégias de “marketing” e publicidade. Há intensa ocorrência de produtos de marca com consideráveis investimentos. Portanto, o trabalho culinário vai se deslocando da cozinha para a fábrica. E esses alimentos transformados e divulgados pela publicidade incorporam valor agregado cada vez mais elevado, tornando-se “alimentos-serviço” (FISCHLER, 1998).

A saída da mulher para o mercado profissional exigiu cada vez mais a elaboração de produtos que economizam tempo: a indústria passa a cozinhar para o consumidor. Além disso, a indústria se encarrega também da dieta de seus clientes, através de produtos “diet” e “light”. As modificações, contudo, não se apresentam apenas pela demanda dos consumidores; os distribuidores também têm grande influência no mercado, proporcionando aparência, praticidade, tempo de prateleira, entre outros aspectos.

De acordo com STOREL e RAMOS (2001), as transformações não pararam de ocorrer até o fim do século XX. Mais que os efeitos da indústria e da distribuição, outros fatores como crescimento do nível de vida no topo da pirâmide, o esgotamento do mercado de massa e a consequente fragmentação e especialização faz com que o valor agregado, seja pela elaboração técnica ou qualidade, vá tomando lugar de destaque maior que o da economia obtida com a compra em larga escala. Esses autores verificaram, na atualidade, algumas contradições importantes nos regimes alimentares. De um lado, há produção em massa de produtos industrializados, agora diferenciados, voltados para nichos de mercado. De outro, nas camadas mais favorecidas, uma crescente demanda por alimentos frescos, naturais, que apresentem o

mínimo de riscos à saúde e danos ao meio ambiente. Além disso, ainda ocorre o esforço das multinacionais de agroquímicos em introduzir produção e consumo de alimentos geneticamente modificados - transgênicos (estratégia claramente comandada pela oferta e identificada com o modelo fordista).

Desta forma, cabe perguntar como os países latino-americanos conduziram e de que forma estruturaram seus respectivos modelos agroalimentares. Para responder a esta pergunta, utilizam-se a seguir alguns trabalhos que aprofundam esta questão sobre modelos de consumo de alimentos.

MALASSIS e PADILLA (1986) estudaram a economia agroalimentar em nível mundial e classificaram disponibilidades nacionais de alimentos de acordo com modelos agro-nutricionais. Os modelos eram caracterizados pelas disponibilidades relativas (índices) que os diferenciavam e os qualificavam e pela importância dos grupos de produtos de base na estrutura energética dos modelos.

Os modelos tradicionais, agrícolas, que se referiam à quase totalidade do terceiro mundo, eram diferenciados pelo papel relativo dos cereais e das raízes, complementados notadamente por produtos ricos em proteínas.

Estes modelos eram divididos em sub-tipos, de acordo com diferentes características apresentadas.

Assim, no modelo qualificado como colombiano se inseriam países com concentração alimentar de leguminosas, frutas, legumes, açúcar e mel. Neste modelo, dentre os países da América Latina, incluíam-se Colômbia, Equador e Venezuela.

No modelo uruguaio, com cereais, raízes, tubérculos, carnes e ovos, apareciam o Uruguai e a Argentina.

No modelo tradicional agrícola baseado em cereais se incluíam o Chile e Guianas.

Por outro lado, no modelo tradicional agrícola baseado em raízes se inseriam Bolívia (raízes, frutas e legumes) e Paraguai (raízes, frutas, legumes, leguminosas).

Finalmente, no modelo tradicional agrícola baseado em cereais e raízes estavam incluídos Peru e Brasil (com cereais e raízes, mais leguminosas).

De acordo com MALASSIS E PADILLA (1986), nos países desenvolvidos, a proporção de produtos vegetais (cereais, raízes, leguminosas) era notadamente mais fraca que nos países menos desenvolvidos. Ao contrário, a proporção de produtos da pecuária (carne, leite, produtos lácteos, matéria graxa) era mais elevada nos países desenvolvidos.

Os autores esclareciam que os produtos vegetais forneciam 83% das disponibilidades calóricas no mundo, mas 91% nos países em desenvolvimento contra somente 69 % nos países avançados. Os cereais

eram tidos como a fonte alimentar principal da humanidade, fornecendo 50% das calorias mundiais, mas com 61% nos países em desenvolvimento contra 31% nos desenvolvidos. Se bem que nos países avançados a provisão energética de cereais era relativamente fraca, na realidade era muito elevada em calorias iniciais, visto que uma parte importante dos cereais era consumida pelos animais (que proporcionam as proteínas). Assim, na América Latina, a proporção dos cereais nas disponibilidades totais por habitante por dia eram mais que o dobro da verificada para a América do Norte.

Isto também foi verificado por SAMPAIO e CARDOSO (2003), mostrando que a diferença essencial entre os modelos de consumo da América Latina e da União Européia ainda era concernente aos produtos provenientes da pecuária (carnes, leite e ovos) para as médias dos anos 1998, 1999 e 2000. A disponibilidade destas fontes de proteínas de origem animal somadas, na União Européia, era superior ao dobro da quantidade disponível nos países da América Latina. Deve-se ressaltar que a disponibilidade de proteínas nos países latino-americanos situava-se bastante próxima à disponibilidade média mundial, mostrando que este problema não se restringia unicamente aos mencionados países.

Para ilustrar melhor esta questão sobre os produtos da pecuária, os dados que se seguem são referentes ao consumo de carne nos países desenvolvidos, tratados por CHONCHOL (1985). Nos Estados Unidos, o consumo de carne passou de 84 kg em 1955 a 116 kg por habitante/ano, em 1978. O consumo por habitante aumentou 32 kg. Na França, de 71 kg passou a 108 kg por habitante/ano neste mesmo período, aumentando o consumo em 37 kg. O Japão, que praticamente não consumia carne (só pescados), passou de um consumo de 5 Kg a 29 kg por habitante/ano, o que totalizava um aumento de 24 kg no mesmo período.

Por outro lado, observou-se, no primeiro mundo, desde os anos 80, uma tendência a reduzir o consumo de carne vermelha, principalmente nas populações com maior poder aquisitivo. Na França, por exemplo, uma pesquisa demonstrou que este alimento perdeu grande parte de seu poder simbólico. Em 1985, 23% dos entrevistados do estudo concordavam que a carne era indispensável ao equilíbrio alimentar. Em 1987, somente 19,6% tinham esta mesma opinião e 67% achavam que o consumo de carne de boi era demasiado, necessitando de uma redução (LAPPÉ,1995).

Saliente-se que o recente problema da doença da “vaca louca” acarretou e tende a acarretar mudanças ainda mais profundas no consumo de carnes, sobretudo na Europa.

A causa provável desta doença, Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), é a alimentação dos bovinos com farinhas cárneas, que, segundo se acredita, faz o gado engordar rapidamente e, portanto, faz aumentar seus benefícios.

É importante ressaltar que, em 1923, quando perguntado sobre o que aconteceria se, ao invés de vegetais, o boi comesse carne, Rudolf Steiner, cientista e teósofo austríaco, já havia alertado: “Primeiramente, o boi se encheria de ácido úrico e de urato. Ora, o urato tem por si próprio alguns hábitos particulares em relação ao sistema nervoso central e ao cérebro. Se a vaca comesse carne diretamente, resultaria daí uma secreção enorme de urato. O urato iria para o cérebro e a vaca ficaria louca”<sup>4</sup>.

Os países da União Européia (UE) confirmaram 419 casos de "vaca louca" nos últimos seis meses de 2004. Segundo os últimos dados da Comissão Européia, o Reino Unido é o país com mais animais acometidos pela EEB ou enfermidade da vaca louca (152), seguido pela Irlanda (68), Espanha (60), Portugal (44), Alemanha (33) e França (31), de acordo com as informações notificadas à Comissão Européia até julho do mencionado ano. Na Bélgica, a EEB acometeu 7 bovinos, assim como na Polônia; na Holanda, 5; na República Checa, 4; Itália e Eslováquia confirmaram 3 casos, enquanto que Dinamarca e Eslovênia notificaram, cada país, apenas um animal enfermo. Fora da UE, foi detectado caso de "vaca louca" somente no Japão. Em 2003, os vinte e cinco países registraram um total de 1.376 casos de EEB, dos quais 1.364 aconteceram nos 15 Estados membros antigos (AGROLINK, 2004).

Considerando-se todos os aspectos mencionados, fica evidenciado que há grandes diferenças nas características da agropecuária entre os países, seja no interior de cada país e, sobretudo, quando se compara os países da América Latina com países do Primeiro Mundo. Em particular, os padrões de produção agropecuária e de consumo de alimentos mostram-se, freqüentemente, inadequados. Assim, muitas vezes não atendem as necessidades nutricionais, são muitos custosos, muito exigentes em termos de utilização de energia e causadores de danos ambientais. Estes assuntos se relacionam a problemas relevantes como a fome e o excesso de alimentação, ocasionando problemas sérios a vastas camadas da população mundial, conforme as análises apresentadas a seguir.

De maneira geral, deve-se lembrar que as modificações observadas na produção e no consumo alimentar da América Latina foram estimuladas por fenômenos populacionais, como por exemplo o êxodo rural, que favoreceu o aparecimento de grandes concentrações urbanas como São Paulo, Buenos Aires, Rio de Janeiro, Caracas, Lima, Santiago e Bogotá. Esse crescimento descontrolado provocou também o aparecimento de grandes favelas, sem os recursos básicos de saneamento. A falta de planejamento para este crescimento pode estar relacionada ao fato de que, segundo OLIVEIRA e THÉBAUD-MONY (1996), estes processos de industrialização e de urbanização verificados nos países da África e da América

---

<sup>4</sup> Estas palavras foram publicadas pela primeira vez em 1923, na coleção “Santé et maladie” (Saúde e doença). (G. P.) Publicadas no jornal “O Estado de São Paulo” em 4/12/2000.

Latina ocorreram, em geral, em um ritmo mais acelerado quando comparado à evolução observada na Europa e nos Estados Unidos.

Por outro lado, as crescentes metropolizações de algumas cidades brasileiras são características que permitem estabelecer certo grau de comparação com os países desenvolvidos. A tendência, observada naqueles países, de consumir produtos com um alto grau de industrialização, apresentou inúmeros reflexos no Brasil (BLEIL, 1998).

OLIVEIRA e THÉBAUD-MONY (1996) ressaltavam que já se pode notar, nas grandes cidades de países menos desenvolvidos, além do aumento no consumo de alimentos transformados, o incremento do número de refeições feitas fora de casa. Nesse sentido, de acordo com SALAY (2001), a parcela da renda gasta com alimentação fora do domicílio, no Brasil, já era de 25,4% nas grandes metrópoles.

Observa-se também a evolução dos locais de compra e, ao mesmo tempo, que se intensifica a concentração referente à distribuição dos alimentos. Para exemplificar, estudo de SATO e BESSA (2002) evidenciou que, em 1999, os cinco maiores supermercados atuantes no Brasil foram responsáveis por 59,9% das vendas de alimentos.

Apesar da importância das recentes pesquisas acima apresentadas sobre mudanças no consumo de alimentos, a falta de dados para os planejadores da área de alimentação é reiterada por vários pesquisadores que buscam entender as várias dimensões desta realidade.

Nesse sentido, CAMPINO (1985) defendia a necessidade do governo incentivar estes tipos de pesquisas como suporte e orientação dos programas de desenvolvimento social e como formas de acompanhamento e avaliação desses programas.

O fato é que houve uma grande escassez de trabalhos sobre o consumo alimentar no Brasil. O único trabalho que obteve dados específicos do consumo alimentar e abrangeu todas as regiões do país foi realizado na década de 70: o ENDEF (Estudo Nacional de Despesa Familiar, com levantamentos feitos em 1974 e 1975).

Assim, as fontes de dados acessíveis atualmente estão centradas principalmente nas regiões metropolitanas do país. O estudo de MONTEIRO et al. (2000), por exemplo, com base em Pesquisas de Orçamentos Familiares (POFs),<sup>5</sup> dos anos 80 e 90, concluía que as modificações no padrão alimentar da população urbana brasileira, nas últimas décadas, incluíam: intensificação do consumo relativo de carnes, leites e seus derivados (exceto manteiga); redução do consumo de leguminosas, raízes e tubérculos, mas

---

<sup>5</sup> Trabalho realizado com base em duas Pesquisas de Orçamentos Familiares (POFs) realizadas de março de 1987 a fevereiro de 1988 (13 611 domicílios) e de outubro de 1995 a setembro de 1996 (16.014 domicílios) cujo universo de estudo abrangeu as áreas metropolitanas do Brasil. Trabalhou-se a partir da disponibilidade per capita de alimentos dividindo o total de alimentos adquiridos no mês pelo número de pessoas residentes no domicílio e pelo número de dias no mês.

cereais e derivados se estabilizaram no centro-sul e tiveram tendência ascendente no norte-nordeste; a participação do açúcar refinado e refrigerantes cresceu em todas as regiões; óleos e gorduras vegetais apresentaram declínio no consumo do centro-sul e se mantiveram constantes no norte-nordeste.

Em 1996, o “Estudo Multicêntrico sobre Consumo de Alimentos” realizado pelo INAN<sup>6</sup>, em conjunto com universidades brasileiras, levantou o consumo alimentar em cinco cidades brasileiras: Campinas, Curitiba, Goiânia, Ouro Preto e Rio de Janeiro. Esta pesquisa comprovou que o tradicional prato de arroz com feijão não tem mais a mesma aceitação entre a população brasileira. Apesar de continuar como a base da dieta nacional, quando comparado aos dados do ENDEF, seu consumo diminuiu entre 15 e 30% (arroz) e entre 16 e 38% (feijão), de 1974 a 1996. O novo cardápio nacional agora incluía, segundo o estudo, carne, frango, salsicha, maionese, mortadela, leite e ovos (GALEAZZI et al., 1997).

A recente POF, do período de 2002 e 2003, feita pelo IBGE (2004) mostrou esta mesma tendência de diminuição da quantidade anual per capita de alimentos adquiridos para o consumo no domicílio, principalmente de arroz, feijão e carnes, tanto a bovina quanto a de frango. Apesar de também apresentar queda no nível de consumo, o alimento mais adquirido para consumo pelo brasileiro foi o leite, que é também o retrato da desigualdade do país, pois a diferença entre a quantidade consumida na camada mais rica da população e a da mais pobre foi de 613%. Isso significa dizer que os mais ricos tomam um copo de leite todos os dias, enquanto os de renda menor bebem um copo a cada oito dias. Vale lembrar, contudo, que esta diminuição do nível de consumo no domicílio esteve também relacionada com o aumento da alimentação fora de casa, mencionado anteriormente. Nesse sentido, a pesquisa do IBGE indicou apenas que dos gastos com alimentação (17% do total de gastos do domicílio), a participação dos gastos com alimentação fora de casa foi de 24,05% do orçamento familiar. Vale lembrar ainda que a alimentação fora do domicílio também pode ser feita sem desembolsos diretos, se a população se alimentar no trabalho, em restaurantes públicos, ou ainda utilizando vale-refeição.

É interessante observar, voltando ao estudo multicêntrico, que alimentos “in natura” como os legumes e as frutas continuavam com consumo reduzido: apenas 44% dos brasileiros declaravam comer frutas e 58%, legumes. “Segundo Galeazzi, os brasileiros adequam sua alimentação de acordo com o poder aquisitivo e a oferta de mercado. O efeito do que se come em termos de saúde é uma idéia que ainda não direciona as compras. São poucos os que se preocupam” (VARELLA, 1997, p. 48). O aumento de consumo de refrigerantes e embutidos, que têm marketing muito agressivo, ou mesmo dos laticínios, que,

---

<sup>6</sup> Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição

além da propaganda maciça, também tiveram redução de preço nos últimos anos, permite afirmar que a propaganda, aliada ao bom preço, tem sido eficaz na mudança de hábitos do brasileiro (BLEIL, 1998).

Saliente-se que, segundo GALLO (1999), a indústria de alimentos americana gastou 7 bilhões de dólares americanos em propagandas para promover produtos altamente processados e embalados, que são inclusive os mais consumidos pelos norte-americanos, em detrimento de carnes, frutas e vegetais.

Neste sentido, este mesmo autor alertava para o fato de que o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, por outro lado, gastou somente 333,3 milhões de dólares em educação nutricional, avaliações e demonstrações. GALLO (1999) apontava que este valor é escasso quando comparado ao valor acima mencionado (US\$ 7 bilhões), equivalendo, por exemplo, ao que a indústria gastou nas propagandas de cafés, chás e achocolatados, ou snacks e castanhas, ou que ainda representa 60% do total gasto em refrigerantes e menos da metade do total gasto para promover produtos como cervejas, ou balas e chicletes, ou os cereais matinais.

Desta forma, graças às mensagens publicitárias, ficou mais fácil entender os motivos que levam certos alimentos de alto valor agregado, considerados supérfluos, a ter uma grande capacidade de penetração, mesmo entre a população menos favorecida, o que indica a complexidade dos fatores que determinam o consumo de alimentos nos centros urbanos.

Atualmente, já se estudam introduções nas embalagens de alimentos de avisos, como por exemplo, de que “há níveis elevados de gorduras”, como no caso das advertências em embalagem de cigarros. Já há proibições ou pelo menos recomendações de não se usar em merendas e cantinas de escolas, produtos empacotados (salgadinhos, batatinhas, etc) e refrigerantes, valorizando-se mais os produtos naturais e com teores menos elevados de lipídeos.

Nesse sentido, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2004) fez recomendações importantes para se combater o aumento da obesidade e de doenças ligadas à dieta e à falta de atividades físicas, como diabetes, doenças cardiovasculares, câncer, osteoporose e desnutrição. Essas recomendações foram reunidas em uma estratégia global antiobesidade que alerta para cuidados relacionados a: diminuição de açúcar, sal e gordura em alimentos industrializados; controle da propaganda de alimentos para crianças; aumento das informações nutricionais nos rótulos de produtos; fiscalização sobre as qualidades anunciadas nas embalagens e investimentos em programas de educação sobre a saúde.

Deve-se ressaltar ainda que a história social mostrou a transferência dos valores das classes dominantes para as menos favorecidas, no que se refere ao consumo de certos alimentos. Estas classes

dominantes foram, portanto, uma importante via de difusão da sua cultura, fenômeno observado no Brasil desde a época colonial (OLIVEIRA e THÉBAUD-MONY, 1996).

Segundo MALASSIS e PADILLA (1986), o processo de difusão por imitação que se realiza no interior de um país também pode ser observado em nível mundial, desde que o aumento do poder de compra nos países menos favorecidos o permita. Assim, o modelo ocidental<sup>2</sup> tenderia a se tornar um modelo de referência, o que implicaria na generalização do modo de produção agroindustrial e de consumo.

Por outro lado, RICHARD (1992) apud OLIVEIRA e THÉBAUD-MONY (1996), criticavam a exclusividade de certos critérios econômicos, como as noções de preço, de mercado e de elasticidade na explicação da situação alimentar dos países menos desenvolvidos e sua freqüente associação com os problemas de produção ou abastecimento e de renda. Segundo este autor, é o determinismo econômico que reduz o consumo a um problema de mimetismo ou de universalização.

“Mesmo que haja transferência do modelo ou dos processos de produção, adaptações são necessárias em função do contexto social, econômico, histórico e cultural de cada país, levando a uma maior diversificação dos hábitos e das práticas alimentares” (OLIVEIRA e THÉBAUD-MONY, 1996, p.9).

Os hábitos alimentares constituem uma parte integrada da totalidade cultural (CONTRERAS, 1992 apud BLEIL, 1998) e não se restringem apenas às razões econômicas. “Independentemente da óbvia necessidade de manter a saúde física, considerações relacionadas com a etnicidade, status e prestígio, capacidade econômica, aceitação dentro de grupos sociais ou religiosos particulares, esnobismo alimentar, pressão publicitária e ajustes psicológicos, são todos eles aspectos da cultura que desempenham papéis importantes na determinação das preferências alimentares” (SHACK, apud BLEIL, 1998, p. 5).

Segundo DE GARINE (1987) citado por HINTZE (1997), não se pode esquecer, contudo, que a diversidade de consumo de alimentos à qual a espécie humana tem acesso é também explicável pelas particularidades da relação sociedade-natureza, na qual, em cada momento histórico, os homens constroem suas condições de reprodução. Além disso, a satisfação das necessidades alimentares forma a base da reprodução da existência humana.

Margaret Mead já apontava que as sociedades humanas fazem uma seleção entre as possibilidades alimentares que o meio e os recursos técnicos disponíveis lhes oferecem. Quando um grupo humano requer em seu regime alimentar a satisfação de necessidades nutritivas para sua sobrevivência, o nível e a

---

<sup>7</sup> Malassis e Padilla utilizam o termo “modelo ocidental” para os modelos de consumo de países desenvolvidos.

forma dessa satisfação de necessidades varia de uma sociedade para outra, tanto qualitativamente quanto quantitativamente. Além disso, varia também dentro da mesma sociedade, segundo categorias como idade, sexo, nível econômico e outros critérios (DE GARINE, 1987 citado por HINTZE, 1997)

Segundo HARRIS (1991), deve-se ressaltar que os alimentos transmitem mensagens ou possuem significados simbólicos. De acordo com este autor, as grandes diferenças dos padrões alimentares interculturais parecem estar relacionadas a limitações e oportunidades ecológicas que variam de região para região, de tal modo que os alimentos preferidos são aqueles que apresentam uma relação de custos e benefícios práticos mais favorável. Incluem-se também aspectos variáveis como o esforço, custo de produção e preparação, a possibilidade de obter substitutos mais baratos e nutritivos e os efeitos negativos que podem impactar o meio ambiente. Este autor ainda esclarece que os custos e benefícios nutritivos e ecológicos nem sempre são idênticos aos custos e benefícios monetários.

Cabe então perguntar: de que forma os modelos de produção vêm incorporando essas questões de consumo para se propagar em nível mundial?

### **3.3 Tendências de integração de países: liberalização ou política comum?**

Muitas das transformações observadas nos hábitos e práticas alimentares de países latino-americanos, dentre outros países menos desenvolvidos, resultam das relações comerciais destes com aqueles mais desenvolvidos (principalmente Europa e Estados Unidos). Por isso, é de fundamental importância a observação das tendências de integração apresentadas abaixo, para melhor entender todo este processo.

Desta forma, importa considerar também que as relações entre os diversos países do mundo vão, aos poucos, cedendo lugar às negociações multilaterais, com o objetivo de substituir a concorrência entre nações por aquela entre regiões.

As mudanças ocorridas, por exemplo, nas relações entre os países membros da União Européia (UE) tiveram grande influência na formação de outros blocos. Evidentemente, os esforços de união no relacionamento entre as nações tendem a ampliar as condições de poder a ser exercido nas relações econômicas e comerciais. Em geral, isto acaba repercutindo em procedimentos semelhantes de organização por parte de outras forças no âmbito mundial.

De acordo com a Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto (1994), as transformações de diversos sistemas econômicos e o dinamismo do processo evolutivo da economia mundial mostraram que a tendência das relações econômicas da década de noventa foi a consolidação do processo de globalização dos mercados. Essa percepção foi impulsionada pelo avanço dos países europeus (União Européia), pela assinatura do acordo de livre comércio entre Estados Unidos, Canadá e México (NAFTA) e também pelo recente dismantelamento das economias fechadas, após a queda do império soviético.

A União Européia é o resultado de um processo de cooperação e de integração de países iniciado há mais de cinquenta anos. A forma de organização desse processo é peculiar e, portanto, destacam-se a seguir alguns dos fundamentos históricos observados para melhor compreender esta união econômica e política de países europeus.

Depois da guerra, a Europa precisava ser reconstruída e reconciliada. De acordo com FONTAINE (1998), em 1946, em Zurique, Churchill fez um apelo à reconciliação franco-alemã e à unidade do continente. Foram criados agrupamentos federalistas, muitos dos quais oriundos dos movimentos da Resistência, de inspiração socialista, democrata-cristã ou liberal e, dois anos mais tarde, em 1948, realizou-se, em Haia, o Congresso da Europa, no qual se propôs a criação de uma Assembléia Constituinte Européia.

Enquanto isso, em 1947, ressalta FONTAINE (1998) que o general Marshall propôs auxílio à Europa por parte dos Estados Unidos, ao declarar guerra “à fome, à pobreza, ao desespero, ao caos”. A Europa libertada estava na penúria e precisava de apoio econômico americano para a sua reconstrução.

Saliente-se que a Europa, de maneira geral, estava dividida e a Alemanha, especificamente, situava-se no centro da Guerra Fria. Os Estados Unidos queriam rearmar a parte ocidental da Alemanha, de forma a inseri-la no esforço coletivo de defesa dos ocidentais. Mas o governo francês opõe-se a um rearmamento descontrolado da Alemanha e quis conservar uma tutela sobre o Sarre e o Rur (FONTAINE, 1998).

Tendo todos estes conflitos em vista, as primeiras organizações européias foram marcadas por uma perspectiva intergovernamental, onde os Estados cooperaram, mas conservaram integralmente a sua soberania. Com a invenção do sistema comunitário, os Estados aceitaram fundir uma parte da sua soberania e criaram uma primeira comunidade integrada. Na verdade, o método utilizado, intitulado

“Plano Schuman”<sup>8</sup>, foi revolucionário no âmbito das relações internacionais pois instaurou uma autoridade independente dos governos, cujas decisões coordenam os Estados. A supranacionalidade foi o ponto de partida de uma construção mais vasta, que erigiu, sobre a base da solidariedade de fato, as primeiras bases de uma federação europeia indispensável à preservação da paz (FONTAINE, 1998).

Em 1951, França e Alemanha Ocidental uniram-se a Itália, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo para criar a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço. Em 1957, estes países estabeleceram a Comunidade Econômica Europeia (CEE). Em 1963, o presidente francês Charles de Gaulle vetou a entrada do Reino Unido no bloco sob o argumento de que o país defenderia os interesses dos Estados Unidos. Apesar de, novamente, em 1967, a entrada do Reino Unido ter sido vetada, em 1969 o presidente Georges Pompidou declarou que a França não se opunha mais à adesão britânica à CEE. Assim, em 1973, Reino Unido, Irlanda e Dinamarca entraram no mercado comum. Em 1979, o Sistema Monetário Europeu estabeleceu margens de flutuação entre as moedas dos diferentes países. A Grécia entrou para a chamada Comunidade Europeia em 1981 e Portugal e Espanha em 1986. Em 1991 foi assinado o Tratado de Maastricht, que renomeou o bloco como União Europeia, estabeleceu o cronograma e os procedimentos para a criação de uma moeda única e determinou os critérios para a entrada de novos países, entre eles os do Leste Europeu, recém-saídos do comunismo. Em 1995, Suécia, Finlândia e Áustria uniram-se ao grupo, que passou a ter quinze membros. Em 1998 foi criado o Banco Central Europeu em Frankfurt (Alemanha) e em janeiro de 2002, as primeiras notas e moedas do euro entraram em circulação em 12 dos 15 países da U.E. Reino Unido, Suécia e Dinamarca preferiram não aderir à moeda única europeia (FONTAINE, 1998).

Com a devida cautela dispensada para adequação das condições (econômicas, sociais, ambientais, culturais, dentre outras) necessárias para integrar novos países, a partir de maio de 2004, a U.E. acolheu mais dez países: Polônia, Letônia, Lituânia, República Tcheca, Eslováquia, Hungria, Estônia, Eslovênia, Malta e Chipre. Desta forma, passou a ter 25 membros, com uma população de mais de 455 milhões de cidadãos, inferior apenas à da China e à da Índia, consolidando o bloco europeu como uma importante potência econômica.

A idéia de integração dos países da América Latina, por sua vez, surgiu na década de 60, com a criação da Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC) e depois, no início dos anos 80, surgiu a Associação Latino Americana de Integração (ALADI). Mas elas não alcançaram plenamente o

---

<sup>8</sup> Robert Schuman (1886-1963): de origem Lorena e homem de fronteira, ministro dos Negócios Estrangeiros francês, foi encarregado, pelas potências aliadas, de encontrar uma solução para a questão alemã. Assume a responsabilidade política do plano redigido por Jean Monnet (FONTAINE, 1998).

objetivo básico de integrar os países. Em 1986, houve acordo estreitando relações entre Argentina e Brasil, visando a uma melhor inserção no comércio internacional, gerando a semente para futura criação do Mercosul. Posteriormente, o período de transição para a formação do Mercado Comum do Sul se iniciou com a assinatura do Tratado de Assunção em 26 de março de 1991, estendendo-se até 31 de dezembro de 1994.

O Tratado de Assunção já expressava que o processo de integração constituía uma resposta adequada à “evolução dos acontecimentos internacionais, em especial a consolidação de grandes espaços econômicos e a importância de lograr uma adequada inserção internacional para seus países”. Admitia ainda haver uma consciência “de que o presente Tratado deveria ser considerado como um novo avanço no esforço tendente ao desenvolvimento progressivo da integração da América Latina, conforme o objetivo do Tratado de Montevideu de 1980” (CARVALHO, 1992, p. 17). Além disso, constava do Tratado a abertura à adesão, mediante negociação, dos demais países membros da Associação Latino-Americana de Integração (Capítulo IV, Artigo 20º).

Segundo MONTORO (1998), a integração da América Latina, apesar das dificuldades que enfrenta, é um processo histórico que ainda está em marcha. De acordo com o autor (1998, p. 10), essa integração “revela-se cada dia mais necessária para enfrentar problemas cuja solução deve ser encarada de forma coletiva, como o aproveitamento dos recursos existentes na região, o da dívida externa, o da deterioração do preço de seus produtos de exportação, a defesa conjunta diante do protecionismo dos países desenvolvidos e dos capitais especulativos transnacionais, a criação de mecanismos de cooperação na área tecnológica, científica e de complementação econômica”.

De modo específico, tratando-se do Mercosul, havia tarefas importantes para o desenvolvimento harmônico de suas atividades. O Tratado de Assunção estabeleceu metas a serem realizadas até a consolidação do mercado comum em 1995. Entretanto, algumas destas ainda não haviam sido atingidas uma vez que a Zona de Livre Comércio e a TEC (Tarifa Externa Comum) não cobrem a totalidade dos produtos (alguns dos quais se encontram em listas de exceção ou em regimes especiais de adequação ao livre comércio). Além disso, pouco se avançou no tema da coordenação das políticas setoriais, sendo que, em muitos aspectos, os ajustes internos de cada país se sobrepõem à efetiva aplicação de políticas comuns (JANK e NASSAR, 2000).

Não se pode deixar de lembrar, contudo, que as características da agropecuária nos países membros do Mercosul são bastante heterogêneas e provenientes de processos de desenvolvimento singulares. Há diferenças no PIB agrícola e “per capita”, nas superfícies cultiváveis disponíveis, na posse

da terra, no acesso à informação, na distribuição espacial da população, na produção, na produtividade, entre outras.

Nesse sentido, deve-se destacar outra experiência de integração no âmbito da América Latina que foi a Andina, envolvendo Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. De acordo com IZAM e VÉRÈZ (2000), o capítulo VII do Acordo de Cartagena já se dedicava exclusivamente a programas para impulsionar o desenvolvimento agropecuário e agroindustrial conjunto e a alcançar um maior nível de segurança alimentar subregional. Ainda de acordo com estes autores, a conversão do Pacto Andino em Comunidade Andina, em 1996, proporcionou, com maior ênfase, a discussão sobre uma Política Agropecuária Comum Andina (PACA), que tem como fundamento central o tema da segurança alimentar subregional.

Assim, enquanto na Comunidade Andina existia a possibilidade de se constituir uma política agrícola comum, no Mercosul acentuava-se a liberalização comercial dos bens agropecuários (IZAM e VÉRÈZ, 2000).

É importante considerar também, no âmbito dessas relações internacionais, a proposta relativamente recente de criação da Associação de Livre Comércio das Américas (ALCA). Esta proposta ocorreu “em Miami em 1994, quando os presidentes dos países americanos, reunidos na cúpula das Américas, firmaram o compromisso de formar uma área de livre comércio abrangendo todo o território compreendido entre o Alasca e a Terra do Fogo. A implantação da ALCA será um processo necessariamente longo e exigirá árduas negociações, pois pressupõe a harmonização dos interesses, muitas vezes conflitantes, de 34 países com características econômicas e sociais extremamente distintas” (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1997). A ALCA “pertence ao gênero das zonas de livre comércio, nas quais circulam mercadorias com razoável liberdade, mas sem uma política comercial comum em relação ao resto do mundo nem mobilidade de fatores” (SERRA, 1997, p. 4).

Saliente-se que o presidente brasileiro Luis Inácio Lula da Silva, em 2003, tentou firmar acordo entre o Peru e o Mercosul, com a intenção de formar novo bloco econômico e tornar a região em um quarto pólo mundial (ROSSI, 2003). Para os andinos, como aponta o secretário geral da Comunidade Andina, “a integração de uma região que possui grandes recursos naturais e um importante potencial de crescimento, tem grande chance de sucesso. Entretanto, deve acontecer com uma anestesia financeira, por meio da ação dos organismos multilaterais de crédito para financiar obras de infra-estrutura, levando em consideração o desenvolvimento dos países mais pobres, a exemplo do que aconteceu no processo de

integração da União Européia. Nesse sentido, o tamanho do Brasil e o peso de sua economia, também não devem ser traduzidos em hegemonia do país dentro do novo bloco” (WASSERMANN, 2003, p.A17).

Além de criar um ambiente de cooperação entre os países sul-americanos, o governo brasileiro atual também vem dando mais velocidade ao processo de aproximação do Brasil e do MERCOSUL com outros países emergentes do Sul, como por exemplo China, Índia e África do Sul.

Nesse sentido, segundo ROSSI (2003, p. A13), as trocas comerciais do Brasil com a China aumentaram tanto que o país asiático passou a ser o segundo maior mercado para o Brasil, atrás apenas dos Estados Unidos. Com a Índia, foi assinado, na Cúpula do MERCOSUL realizada em Assunção, um acordo com o “objetivo de estabelecer regras claras, previsíveis e duradouras para estimular o desenvolvimento do comércio e dos investimentos recíprocos”. Com a África do Sul, também houve entendimentos para a construção de uma área de livre-comércio.

Todos estes aspectos mencionados mostram que as decisões a serem tomadas nos processos de construção de futuras alianças internacionais devem considerar diagnósticos cuidadosos acerca das principais características da agropecuária dos países. Para cada produto agrícola ou ramo de atividades envolvidas tende a haver sérias implicações aos produtores rurais, à indústria agroalimentar, ao setor de distribuição e, evidentemente, aos trabalhadores que estejam envolvidos.

Sejam quais forem as alianças internacionais julgadas como as mais pertinentes, elas precisam abrir espaço para experiências alternativas aos grandes interesses articulados em torno dos poderes tradicionais das elites dos referidos países. Experiências estas que, no caso brasileiro, modifiquem as estruturas que deslocam cerca de 50 milhões de pessoas para fora da cidadania. Desse modo, é importante que a população dos países envolvidos nessas potenciais alianças tenham a consciência de que somente uma sociedade do trabalho, da justiça universalmente garantida, da soberania popular e da diversidade cultural poderá representar os avanços civilizatórios que a crise e o esgotamento das economias fundadas na exploração do trabalho requerem.

## 3.4 Algumas Estratégias e Políticas Agroalimentares

### 3.4.1 Introdução

A abertura de fronteiras juntamente com a diminuição da intermediação estatal entre agricultores, canais de comercialização, industriais e consumidores proporcionou a perda de importantes vínculos entre os atores sociais do sistema agroalimentar, expondo estas relações a crises recorrentes pela falta de mercados. Em alguns casos, esta crise relaciona-se à distribuição e ao consumo de alimentos, ou melhor, à disponibilidade alimentar. Em outros casos, relaciona-se à produção, o que tem levado alguns países a depender da importação de alimentos. Mas na maior parte das vezes, esta crise está relacionada com ambas as características, o que é mais comum para todos os países da América Latina<sup>9</sup>.

Ao explicar esta situação para os grãos básicos no México, FRITSCHER-MUNDT (2003) observava as diferentes formas de intervenção do Estado para amortizar o problema, o comportamento dos produtores e as perspectivas de ação neste cenário. A autora ressaltava a importância de se concentrar atenção na agricultura, capacitando-a a enfrentar os desafios da abertura. Tarefa esta que já havia sido iniciada com a criação de uma Lei de Desenvolvimento Rural Sustentável, mas que requeria consensos e pactos entre os atores envolvidos nas cadeias alimentares e nas instâncias que definiam os destinos do país: o governo e os legisladores.

Segundo DAVIS (2002), na última década, os países da América Latina e região do Caribe iniciaram uma série de programas que variavam desde programas de transferência de renda condicional, associando medidas antipobreza à construção de capital humano, até esquemas de transferência de tecnologia agrícola direcionadas pela demanda, ou ainda mecanismos de compensação para liberalização de comércio. Este autor apresentava, dentro deste contexto, uma análise sobre várias dessas intervenções realizadas, tais como: o Programa de Pagamentos Diretos ao Campo (PROCAMPO) e o Programa Nacional para a Educação, Saúde e Nutrição (PROGRESA), ambos no México; o Programa Familiar de Cotas (PRAF-II), em Honduras; e a Rede de Proteção Social (RPS), na Nicarágua. Também analisando estas estratégias e políticas implantadas no México, ANDRETTA (2002) discutia a questão da distribuição dos subsídios alimentares neste país.

---

<sup>9</sup> De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), 40% da população latino-americana é pobre e 11% é subnutrida (FOLHA DE SÃO PAULO, 2003).

Embora este capítulo aborde principalmente as políticas mais voltadas para a situação brasileira, em diversas circunstâncias, estas podem se aplicar, de forma mais generalizada, para os outros países que compõem o estudo ( e vice-versa).

Seja como for, a superação dos problemas relacionados à insegurança alimentar exige a implantação de conjuntos distintos de políticas públicas. O quadro geral das políticas atualmente voltadas para a promoção do direito humano à alimentação no Brasil compreende basicamente cinco tipos de políticas. São elas: Política Agrária, Agrícola, de Emprego e Renda, de Microcrédito e de Transferência Direta de Renda.

No Quadro 1, a seguir, pode-se notar a grande diversidade de programas voltados a solucionar os problemas da fome e da pobreza existentes no país no ano de 2001. Dentre este conjunto de programas, três estão diretamente voltados para a alimentação da população. São eles: Programa Bolsa Alimentação, do Ministério da Saúde; Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, do Ministério do Trabalho; e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, do Ministério da Educação. Os dois últimos são programas de Assistência e o primeiro é um programa de Transferência Direta de Renda (GASQUES, 2002).

As Políticas Agrária e Agrícola também têm importância estratégica nesse contexto através da oferta de alimentos e matérias-primas, bem como seus meios de produção, às populações. Juntas, elas ocupam papel fundamental num modelo de desenvolvimento em que se pretende incrementar renda familiar e equidade.

Quadro 1. Diversidade de políticas sociais destinadas a solucionar, dentre outros, o problema da fome e da pobreza no Brasil, 2001.

SAÚDE	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Programa Nacional de Alimentação e Nutrição</li> <li>- Programa de Combate às Carências Nutricionais – ICCN: <ul style="list-style-type: none"> <li>Programa “Leite é Saúde”</li> <li>Programa Bolsa Alimentação</li> <li>Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional</li> <li>Combate à Hipovitaminose A</li> <li>Combate à Anemia Ferropriva</li> <li>Combate ao Bócio Endêmico</li> </ul> </li> <li>. Sistema Nacional de Vigilância Sanitária</li> <li>. Saúde Suplementar</li> <li>. Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACs</li> <li>. Programa de Saúde da Família – PSF</li> <li>. PROÁGUA</li> </ul>
EDUCAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Programa Nacional de Alimentação Escolar</li> <li>. Programa Bolsa Escola</li> </ul>
AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Programa Compra Direta de Pequenos Produtores</li> <li>. Programa de Atendimentos Institucionais</li> <li>. Programa Venda em Balcão</li> </ul>
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Programa Nacional de Reforma Agrária</li> <li>. Programa de Aperfeiçoamento da Consolidação de Assentamentos</li> <li>. Projeto de Desenvolvimento Sustentável para Assentamentos de Reforma Agrária no Semi-Árido do Nordeste (Dom Hélder Câmara)</li> <li>. Programa de Ações Afirmativas</li> <li>. Ações de Proteção ao Meio Ambiente</li> <li>. Programa Seguro Renda – “Convívio com a Seca”</li> <li>. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA</li> <li>. Programa Empreendedor Social</li> <li>. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF</li> </ul>
TRABALHO E EMPREGO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT</li> <li>. Programa de Erradicação do Trabalho Escravidor e Degradante</li> <li>. Programa de Geração de Renda – PROGER</li> <li>. Plano Nacional de Qualificação Profissional – PLANFOR</li> </ul>
INTEGRAÇÃO NACIONAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Programa de Prevenção de Desastres e Programa de Preparação para Emergências e Desastres</li> <li>. Programa Bolsa Renda</li> </ul>
PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI</li> <li>. Projeto Agente Jovem</li> <li>. Programas de Assistência às Famílias Atingidas pela Seca</li> <li>. Projeto Alvorada</li> </ul>
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – CASA CIVIL	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Programa de Comunidade Solidária</li> <li>. Programa Comunidade Ativa</li> </ul>

Fonte: COU TÍNHO, 2001 apud GASQUES, 2002

### 3.4.2 Aspectos de Política Agrária

Em relação à política agrária, apesar de sua enormidade territorial, o Brasil permaneceu até tempos relativamente recentes como um pequeno país, de ocupação principalmente litorânea, de agricultura concentrada em alguns poucos pólos exportadores ou em torno dos centros urbanos consumidores. De acordo com BENJAMIM (1998), toda a hiléia, todo o cerrado não contavam; a pampa e a caatinga contavam precariamente, para uma pecuária extensiva ou para uma agricultura miserável. Durante muito tempo, houve apenas polarizações regionais, freqüentemente ligadas com mais força a metrópoles estrangeiras – por força das atividades de exportação e importação - do que ao conjunto do país. Isso mudou radicalmente.

Nas últimas décadas, as redes de transportes, informações e comunicações, a integração bancária e as novas tecnologias agrícolas tornaram economicamente viável o acesso a um território muito maior, possibilitando o aproveitamento de enormes extensões de terras, antes marginais. Onde havia um grande país geográfico está surgindo um grande país efetivo.

Este grande país, no entanto, não completou sua integração espacial, e um dos motivos principais disso diz respeito à forma de apropriação do território habitado, que resultou em uma estrutura de propriedade da terra extremamente discriminatória. Ela começou a se formar na época colonial, em torno das capitâncias hereditárias, e ganhou sua formulação jurídica básica, no Brasil independente, em meados do século XIX, no contexto da solução, problemática e tardia, para a questão da Abolição. As elites de então enfrentavam um grave problema: em um país tão grande e desocupado, como gerenciar o fim da escravidão, àquela altura inevitável, e manter a mão-de-obra presa às fazendas? Como impedir o que na época se chamava “fuga de braços”, ou seja, evitar a formação de uma economia camponesa que esvaziasse as grandes plantações? Surgiu daí a Lei de Terras (1850), que definiu um princípio: legalmente, o acesso à terra passaria a se dar por doação da Coroa ou por processos de compra e venda. Nem sempre foi assim: desde 1822, a terra era livre (Regime de Posses) mas os trabalhadores eram escravos. Quando se aproximava o dia em que os trabalhadores seriam livres, a terra foi aprisionada. As antigas sesmarias ficaram com os grandes senhores; as terras devolutas, com a Coroa e seus afins, que recebiam glebas imensas. Os pobres foram impedidos de ter acesso legal à propriedade. Assim, na segunda metade do século XIX, permeando Império e República, a questão da escravidão se desdobrou em questão agrária.

A Lei de Terras vigorou até 1964. A questão agrária, neste momento, tinha um grande potencial de articulação. A pressão dos movimentos da sociedade rural pela reforma agrária, como única possibilidade para sustentar o desenvolvimento do país, foi muito forte. O Estatuto da Terra foi promulgado em

30/11/64. Até então, o Brasil não tinha um limite estabelecido para a propriedade da terra. Para isso, o estatuto cria o módulo rural (área para sobrevivência de 1 família média, que varia de 20 a 100 ha de acordo com a região onde está estabelecido). Dessa maneira, o país passa a reconhecer a função social da terra e, conseqüentemente, permite a desapropriação da mesma caso esta função não seja cumprida. Apesar disso, somente em 1985, surge o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA para cumprir metas de reforma agrária através de dois órgãos que já haviam sido criados pelo governo para esta finalidade: IBRA e INDA, que em 1972 transformaram-se no INCRA. São 21 anos (de 64 a 85) que demonstram a lentidão do processo e, no mínimo, a falta de interesse político pela reforma agrária. Deve-se ressaltar que estes dois órgãos implantaram assentamentos rurais em terras devolutas, constituindo um processo de colonização de áreas de no máximo 100 ha através de leilões, dentre outros rearranjos de terras em função de alguns conflitos localizados em determinadas regiões. Estas iniciativas geraram alguma desconcentração de terras, mas não podem ser consideradas realizações de reforma agrária porque nenhuma desapropriação de terras improdutivas foi realizada nestas áreas (BERGAMASCO, 2000, BERGAMASCO, AUBRÉE e FERRANTE, 2003 e BERGAMASCO e NORDER, 2003).

Em 1988, com o novo processo constitucional, a expectativa era enorme pela questão da reforma agrária. Entretanto, não se chegou a um consenso sobre esta questão. Ficou estabelecido que não se pode desapropriar terras produtivas. Mas a definição dos termos produtivo/ improdutivo ficou vaga. Isto se torna muito preocupante quando se verifica no discurso da política agrária e agrícola atual, depoimentos que indicam que não existem mais terras improdutivas no Brasil, mas sim, terras com potencial para se plantar e exportar. Portanto, o que se verificou com este novo processo constitucional além da criação do módulo fiscal, foi um grande retrocesso (BERGAMASCO, 2000, BERGAMASCO, AUBRÉE e FERRANTE, 2003 e BERGAMASCO e NORDER, 2003).

Como se pode perceber, o Brasil teve oportunidades históricas para fazer a sua reforma agrária e não a fez. A visão medieval de que a terra significa poder ainda impera em nosso país. Um tema estratégico deste século, como este, deixou de ser considerado relevante. O sentido da palavra “reforma” foi invertido. O que acontece hoje, por conta desta situação crítica, são conflitos e pressões dos movimentos sociais. É mister tornar o debate sobre a questão agrária público. São inflexões decisivas, complexas, altamente polêmicas, que precisam ser apresentadas à opinião pública desta forma e não de maneira simplória, como fatos consumados, cujas conseqüências de longo prazo sequer precisam ser objetos de reflexões cuidadosas.

Neste sentido, VEIGA (1998, p.1) também aponta a reformulação da política agrária como imprescindível, “principalmente no sentido de adequá-la às radicais mudanças das relações cidade-campo ocorridas na segunda metade do século passado, mudanças que certamente serão aceleradas pelos novos horizontes abertos pelas inovações tecnológicas e institucionais contemporâneas”.

Outro aspecto também importante, para ser relacionado com a questão da terra no Brasil, diz respeito a um desafio histórico igualmente pendente, embora de outra natureza: nunca desenvolvemos um modo de ocupação adaptado às condições da floresta tropical úmida, que ocupa cerca de metade do nosso país. Por não o termos desenvolvido, mantivemos frouxamente ligadas ao conjunto do território grandes extensões da região amazônica, praticamente desabitadas e, mais recentemente, agredidas por uma criminosa exploração predatória. Tampouco povoamos nem estruturamos de forma suficientemente firme as fronteiras externas ali. As pressões demográficas e econômicas, bem como o aumento da importância dessa região no mundo atual – por seu potencial hídrico, energético, mineral e genético – renovam e apressam este desafio (BENJAMIN et al, 1998).

Esta situação se torna ainda mais preocupante com a amplitude das fronteiras agrícolas das regiões Centro-Oeste e Norte do país que atualmente passam por uma segunda onda de expansão, com destaque para a produção de soja em larga escala e para a pecuária. Analisando o panorama das exportações de soja (grãos, farelo e óleo) para o período que vai de 1996 a 2003, TEIXEIRA (2004) afirma que o volume médio exportado aumentou 108,8%, enquanto as receitas cambiais médias aumentaram apenas 69,1%, nesse período. Ainda de acordo com TEIXEIRA (2004), isso significa que a constante queda dos preços, mesmo com as oscilações eventualmente positivas, impõe a necessidade do aumento desproporcional dos volumes exportados, o que pressiona a base produtiva sobre a fronteira agrícola brasileira<sup>10</sup>.

Apresentando outra estratégia para o desenvolvimento desta região, BENJAMIN et al. (1998) afirmavam que “a calha central do rio Amazonas, seus grandes afluentes e os lagos de várzea poderão ser transformados na mais importante fonte mundial de proteína animal de alta qualidade e baixo custo, através de uma piscicultura organizada e sustentável, com o manejo racional das 2 mil espécies de peixes e outras tantas de crustáceos que vivem ali e cujos ciclos biológicos precisam ser melhor conhecidos”. Além disso, estes autores apontavam que “a potencialidade e a fertilidade das águas e várzeas amazônicas podem transformar a região em grande produtora de gêneros alimentícios, especialmente mandioca, milho, arroz e feijão” (BENJAMIN et. al, 1998, p. 170).

---

<sup>10</sup> Em anexo, encontram-se duas tabelas apresentadas por este autor muito elucidativas neste sentido: 10 e 11.

### 3.4.3 Aspectos de Política Agrícola

Analisando a política de crédito rural de 1969 a 2000, CARDOSO (2001) verificou cinco etapas que caracterizavam este período. A primeira, de 69 a 79, foi uma etapa de crescimento acentuado da oferta, sendo que, no ano de 1979, os valores reais dos financiamentos foram os mais elevados de todo o período da análise. De 79 a 84 houve restrição severa de crédito e, de 84 a 86, uma ligeira retomada de elevação dos valores. De 86 a 90, houve novo decréscimo para que, na última etapa, de 90 a 95, apesar da evolução dos níveis populacionais e das necessidades alimentares, os valores dos empréstimos oficiais se estabilizassem em posições muito baixas, próximas das verificadas entre 1969 e 1971. O autor salientava que, sobretudo, a partir da década de 80, a orientação política passou a ser de diminuição da oferta dos financiamentos e dos subsídios através do crédito.

Ainda de acordo com CARDOSO (2001), em 1994 e 1995 houve restrições severas nos financiamentos para a categoria dos grandes produtores. Em 1995, o autor verificou que os pequenos produtores, com 75,4% do número de contratos, recebiam 24,6 % do montante do crédito. E os grandes produtores representavam apenas 0,2% do número e 1,0% do valor recebido. Antes destas restrições, em 94, os grandes produtores representavam 5,1% do número de contratos, recebendo 37,6% do volume total.

Em meados da década de 90, portanto, o crédito rural chegou ao nível mais baixo desde a sua criação. Voltou a subir, a partir de então, mas o volume total manteve-se abaixo dos valores alcançados nos anos 70 (CARDOSO, 2001). No período, o número de contratos também se recuperou, saltou de 250 mil, em 1994, para mais de 1,4 milhão em 2001, dos quais cerca de 950 mil referem-se a operações do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) (CARVALHO E VEIGA FILHO, 2004).

A pesquisa de OLIVEIRA (2004, p.16), aponta que apenas 10.926 contratos, representando 0,74% do total de contratos acima mencionados, receberam 37,8% (R\$ 6,78 bilhões) do total de recursos. O valor médio de cada um daqueles contratos supera R\$ 620,7 mil. Na outra ponta, quase 1,4 milhão de contratos, com valor médio de R\$ 5,2 mil, levantaram R\$ 7,34 bilhões. Ou seja, para 95,6% do total de contratos, sobraram menos de 41% dos recursos.

Portanto, a política do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) ainda promove a concentração de renda e da propriedade no campo, ao concentrar a distribuição de recursos a custos baixos e mesmo subsidiados a grandes grupos do setor e a latifúndios. É necessário, nesse sentido, pensar de que forma se consegue congrega os milhões de pequenos proprietários e de agricultores familiares aos benefícios do crédito rural (CARVALHO E VEIGA FILHO (2004) e OLIVEIRA (2004)).

Com a política em vigor, por outro lado, o governo vem confirmando sua prioridade a culturas de exportação, como a soja, algodão e cana-de-açúcar, normalmente com maior presença de grandes produtores, destinando proporcionalmente menos recursos para a produção de alimentos básicos, menos exportáveis. Em 2002, as lavouras de soja responderam por 27% de todo o crédito destinado ao custeio agrícola, correspondendo a R\$ 2,934 bilhões de um total de R\$ 10,948 bilhões (OLIVEIRA, 2004 e CAMPOS E CARDOSO, 2004). Deve-se lembrar que estes produtos são isentos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), tanto na venda da produção quanto na importação de insumos agrícolas (OLIVEIRA, 2004).

Ao analisar a concessão de recursos financeiros através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), trabalhando com os dados dos Anuários Estatísticos do Crédito Rural, referentes aos anos de 1996 a 2001, CAMPOS E CARDOSO (2004) observaram que embora tenha ocorrido um substancial aumento no número de contratos realizados para a agricultura familiar no Brasil, não houve realmente uma contrapartida distributiva desse montante.

De acordo com os mencionados autores, no espaço rural brasileiro, segundo o Censo Agropecuário de 1996, a maior parte dos estabelecimentos agropecuários familiares deveriam estar localizados nos estados do Nordeste; no entanto, o valor financiado pelo Pronaf nesta região foi de apenas 11,08% em 2001, evidenciando que muitas áreas nordestinas permaneceram desfavorecidas pelo programa. Além disso, deve-se considerar que muitas dessas áreas são bastante carentes de vários recursos, apresentando graves situações de fome e pobreza. Por outro lado, a região Sul, concentrando um número menor desses estabelecimentos familiares, consumiu 58,12% do valor financiado pelo Pronaf em 2001. Ainda segundo CAMPOS E CARDOSO (2004), cumpre observar também que o problema do desequilíbrio na distribuição dos recursos do Pronaf está ligado a problemas estruturais das regiões e dos estados brasileiros, difíceis de serem solucionados em curto prazo. Pode-se dizer que a distribuição do crédito tornou-se um espelho desses problemas, pois os recursos financeiros acabam seguindo a lei da oferta e da procura, dirigindo-se naturalmente para as regiões mais desenvolvidas e potencialmente consumidoras das fontes de crédito rural.

Não se pode deixar de reconhecer, de qualquer maneira, que o Pronaf evoluiu consideravelmente desde a sua criação em 1996. Em 2002, por exemplo, o Governo Federal lançou o Plano Safra para a agricultura familiar, introduzindo algumas medidas que visavam ampliar o acesso dos agricultores familiares ao crédito, estabelecendo também medidas de apoio à produção orgânica e à formação profissional de jovens agricultores. No Plano Safra 2003/2004, a criação do Pronaf Alimentos estabeleceu

a elevação do limite do financiamento de custeio para as culturas de arroz, feijão, mandioca, milho e trigo, consideradas como culturas alimentares básicas pelo Governo Federal.

Tendo em vista esta situação juntamente com o que foi exposto em relação às repercussões agrárias do problema, é imprescindível que medidas corretivas continuem sendo tomadas. A viabilidade e a necessidade histórica destas reformas estruturais em todos os estados do país, já foram amplamente apresentadas. Nesse momento, faz-se necessário debatê-las, pelas vias legais e políticas, com toda a sociedade, para demonstrar a legitimidade de sua opção. Este debate é importante para fortalecer a democracia brasileira. Dessa maneira, a sociedade pode participar, escolhendo as soluções e assumindo a devida e pública responsabilidade pelo que se faz e que se pretende fazer com o futuro das próximas gerações.

#### **3.4.4 Fome Zero**

Nesse sentido, o Projeto Fome Zero, em implementação desde 2002, é um marco conceitual importante na história política recente, pelo fato de colocar a questão do combate à fome e à miséria no centro das discussões prioritárias brasileiras. Compõe uma proposta inicial de política integrada de segurança alimentar e combate à fome que chama a população para participar, através dos comitês gestores formados democraticamente por dois terços de lideranças comunitárias e um terço de autoridades municipais. Dessa forma, visa transformar a destinação do recurso público em responsabilidade coletiva dos próprios beneficiados. Vale ressaltar que, além de propor novos programas, também se propôs a dar continuidade a todas as experiências bem sucedidas, sejam elas realizadas por governos anteriores e ou pela sociedade civil organizada. O INSTITUTO CIDADANIA (2001) apresenta o Fome Zero, nesse contexto, constituindo uma somatória de 25 políticas e 40 programas destinados a melhorar a qualidade, quantidade e regularidade da alimentação do brasileiro. Esta proposta aponta três diferentes tipos de políticas que serão descritas abaixo, segundo os dados do projeto.

As políticas estruturais apresentadas no documento visam mais e melhores empregos e a universalização dos direitos sociais. Estão relacionados no projeto alguns exemplos, como: Projeto Moradia; Apoio a Pequenas e Médias Empresas; Garantia de Políticas Agrícolas para a Agricultura Familiar; Bolsa Escola; Renda Mínima; e Reforma Agrária.

As Políticas específicas apontadas pelo Fome Zero são políticas tais como o Programa Cartão de Alimentação, como complementação de renda para compra de alimentos; Cestas Básicas Emergenciais; Estoques de Segurança de Alimentos; Ampliação do Programa de Alimentação do trabalhador, PAT, que

em 2001 atendia somente 3% das empresas e 28% dos trabalhadores formais; Reforço de merenda escolar; Combate à desnutrição materno-infantil; Programas de garantia de segurança e qualidade dos alimentos e de educação alimentar; e Compra institucional de alimentos (bolsa eletrônica).

Dentre estas políticas específicas, é importante considerar o lançamento do programa Bolsa-Família, em outubro de 2003, que resultou da unificação de quatro programas de transferência de renda anteriormente mencionados: Bolsa-Alimentação; Bolsa-Escola; Auxílio-Gás e Cartão Alimentação. Este é um programa, por meio do qual o governo federal repassa de R\$ 50,00 a R\$ 95,00 a famílias com renda per capita de até R\$ 50,00 mensais. Famílias com renda per capita de até R\$ 90,00 receberão de R\$ 15,00 a R\$ 45,00, sendo que a variação ocorre, entre outros fatores, pela quantidade de filhos existentes. Estes quatro programas atendem a 7 milhões de famílias incluídas no Cadastro Único (instrumento para identificação das famílias em situação de pobreza de todos os municípios brasileiros, que permite nortear a implementação de políticas públicas, sendo utilizado pelas três esferas de governo). As famílias que já recebem o dinheiro e ainda não foram recadastradas, continuarão a receber o benefício de acordo com as regras do programa antigo. Com o tempo, o governo quer que o cartão seja único e tenha o nome de Bolsa-Família. Quem receber o dinheiro precisa manter os filhos na escola, as vacinas das crianças precisam estar em dia, e os pais devem comprovar frequência ao posto de saúde. Complementarmente, os beneficiados terão prioridade de acesso a cursos de alfabetização de adultos, capacitação profissional e linhas de microcréditos. Essas atividades serão financiadas pelos Estados e municípios (SILVEIRA, 2003).

Com a finalidade de comparação, no programa mexicano PROGRESSA, que passou recentemente a ser chamado de OPORTUNIDADE, depois de escolhidos os beneficiados, as famílias passaram a contar com um serviço completo de saúde e nutrição, com foco em crianças de até cinco anos, gestantes e nutrizes. No tocante à saúde, existem remédios para hipertensão e planejamento familiar. Os filhos dessas famílias recebem bolsas escolares até completar o ensino médio e um curso profissionalizante. Quanto mais adiantada a série, maior o valor do subsídio. Além disso, as famílias recebem dinheiro que pode ser usado de qualquer forma, mas que, de fato, foi utilizado majoritariamente com alimentação. O programa melhorou todos os indicadores sociais dos beneficiados<sup>11</sup> (ATHIAS, 2003).

As Políticas Locais previstas pelo Fome Zero estão sub-divididas em três partes: ações para as áreas rurais, para as áreas urbanas e para as metrópoles. Para o caso das áreas rurais, o projeto destaca as

---

<sup>11</sup> Segundo documento que serviu de base para a exposição feita ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o programa mexicano que o jornal Folha de São Paulo menciona ter recebido cópia.

políticas de microcrédito e a interligação com sistema de varejo<sup>12</sup>; para as áreas urbanas, o Banco de Alimentos (doações, atendimento, voluntariado), Parcerias com Varejo e Agricultura Urbana<sup>13</sup>; e para as Metrôpoles, os Restaurantes Populares, os Bancos de Alimentos e as Centrais de Compras.

A experiência do município de Belo Horizonte, nesse contexto, é uma iniciativa de sucesso destacada no projeto Fome Zero. CUNHA et al (2000) abordaram a diversidade técnica e os arranjos organizacionais locais que determinavam a formulação e a implementação das políticas e programas municipais. Os autores propuseram uma metodologia para caracterizar a natureza regulatória ou compensatória destes programas, além de avaliar os respectivos impactos sobre o acesso aos alimentos pelos diferentes segmentos sociais da região. Isto demonstrou um esforço do setor público municipal em instrumentalizar operacionalmente o poder local para as políticas voltadas à segurança alimentar, mesmo aquelas vinculadas a políticas centralizadas do governo federal, como a merenda escolar e a distribuição de cestas básicas. Ainda de acordo com os autores, a criação de uma secretaria específica de abastecimento (SMAB) indicou o esforço de buscar uma instância própria de definição e implementação de políticas voltadas para a segurança alimentar.<sup>14</sup>

O caso do Restaurante Popular pode ilustrar uma destas experiências de Belo Horizonte, comentadas. Operando desde 1994, o restaurante comercializa refeições prontas no horário do almoço e uma refeição leve no período do jantar. Servindo de ponto de apoio para iniciativas de educação alimentar e iniciativas culturais, oferece uma alternativa de alimentação de qualidade e atua como regulador dos preços dos restaurantes de refeição pronta na região central. A entrada é livre e os preços são acessíveis (R\$1,00, referente a dezembro de 1998). Sua operacionalização é terceirizada, mas a gestão é pública, contando com subsídio direto e indireto da prefeitura (CUNHA, 2000).

Entretanto, em todo o esforço desenvolvido, nos últimos anos, para o aperfeiçoamento da ação governamental e societária em prol da promoção e da proteção dos direitos humanos, tem-se atribuído papel essencial à descentralização do Estado, à multiplicação e à diversificação dos espaços públicos não governamentais, bem como à participação mais ativa, no processo, das organizações<sup>15</sup> e das redes da

---

<sup>12</sup> Ver interessante trabalho realizado na cidade de Bebedouro que viabilizou a produção familiar de laranjas através do processamento tecnológico realizado por agroindústria que fornece o suco industrializado para a merenda escolar dispensando o uso de refrigeração (PAULILLO, 2002). Neste contexto, vale a pena ressaltar também importante trabalho de extensão universitária, realizado no rural de Campinas, apresentado por ARRAES (2002). Este trabalho foi dirigido a fortalecer laços comunitários e estimular a constituição de associações locais institucionalizando o diálogo com o poder público local.

<sup>13</sup> A Prefeitura Municipal de Campinas regulamentou em 12/04/03, por decreto, lei de 1997 para implementação das hortas comunitárias na cidade (FOLHA DE SÃO PAULO, 15/04/03).

<sup>14</sup> Para uma descrição sintética da implementação da SMAB/BH, ver COELHO (1996).

<sup>15</sup> Algumas instituições, como o Instituto Pólis, através do Projeto "Por uma política municipal de segurança alimentar", vêm acrescentando subsídios ao debate, levantando e reunindo experiências locais. Dentro deste contexto, destaca-se, por exemplo, a idéia de VAZ (1996), para se planejar intervenções

sociedade civil<sup>16</sup>. Esse último aspecto, a interlocução do Estado com a sociedade, é crucial para a concepção, a formulação e a implementação das políticas públicas, particularmente no que se refere à luta contra a pobreza e a exclusão social.

Apesar de não haver consenso na idéia de que a Segurança Alimentar não é garantida apenas seguindo os critérios empresariais e de mercado, as mudanças nas bases políticas do governo visam recolocar o Estado, assim como as organizações sociais, civis, e também empresariais, como protagonistas nesta questão, como apontado por BELIK (2003a e 2003b).

Para TAKAGI , GRAZIANO DA SILVA e BELIK (2002), o ponto crítico para resolver o problema da insegurança alimentar no Brasil é a baixa articulação das políticas locais com as políticas estruturais e específicas. Essa problemática também já havia sido observada por MARQUES (1996) que ressaltara a importância de se partir de políticas locais com respaldo simultâneo da esfera estadual e federal, dado que há falta de coordenação e articulação em nível federal capaz de nuclear as ações referentes a segurança alimentar, tendo como um dos entraves, a grande diversidade de formas de organização e heterogeneidades em nível local.

### **3.4.5 Desenvolvimento Local**

Dentro deste contexto, o termo “desenvolvimento local” assume destacado reconhecimento. Esta expressão que também pode ser entendida como desenvolvimento endógeno, territorial, autocentrado ou desenvolvimento por baixo, segundo BENKO (1996), opõe-se ao desenvolvimento por cima, ou seja, aquele dirigido pelo poder central que busca desenvolver os espaços dados orientando fluxos de investimento, tentando criar pólos de crescimento pelo controle dos fluxos. Este autor enfatiza que o desenvolvimento local é antes de tudo a flexibilização, opondo-se à rigidez das formas de organização clássica, uma estratégia de diversificação e enriquecimento das atividades sobre um dado território com base na mobilização de seus recursos (naturais, humanos e econômicos) e de suas energias, opondo-se às estratégias centralizadas de manejo do território.

---

eficazes para resolver o problema. Este autor discute a importância da organização de feiras de projetos que visem motivar os cidadãos e capacitar lideranças sociais a participarem da elaboração e discussão de políticas públicas.

<sup>16</sup> A Pastoral da Criança, para servir de exemplo dado por ARNS (2004), tem 20 anos de compromisso com a construção da cidadania, prevenção de doenças, recuperação de desnutridos, educação popular para o desenvolvimento físico, social, mental, espiritual e cognitivo das crianças menores de seis anos, dentro de seu contexto familiar e comunitário. De acordo com a autora, a entidade conta com mais de 230 mil voluntários, que atuam nas famílias, acompanhando 1,717 milhão de crianças e 80 mil gestantes pobres, em 34 mil comunidades de cerca de 3700 municípios do Brasil.

O termo desenvolvimento local já está mais difundido atualmente e diversos de seus propósitos já vêm sendo colocados em prática. Nesse sentido, ações locais no âmbito das áreas rurais, por exemplo, também podem ser observadas. De acordo com FERREIRA (2002), desde 1988, com a promulgação da Constituição Federal, tornou-se obrigatória a elaboração de Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (PMDRs) em todos os municípios da Federação. Tal fato veio a fortalecer a necessidade e a importância da criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs), com o intuito de integrar as ações de assistência técnica, pesquisa, treinamento e infra-estrutura de forma descentralizada.

Este mesmo autor afirmava que este conselho é um órgão criado pelo Poder Legislativo Municipal e o seu papel na condução da política agrícola municipal é o de gestor do Plano de Desenvolvimento Rural (PDR) integrado ao Plano Diretor Municipal (PDM).

O Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR), conforme aponta FERREIRA (2002), é um dos principais mecanismos utilizados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) para estimular a articulação e a participação das forças locais ligadas ao meio rural, com a finalidade de promover o desenvolvimento local.

Há anos, a questão da descentralização das experiências de assentamentos também vem sendo discutida. Esse processo faz aumentar a importância das prefeituras no desenvolvimento de ações institucionais nos Projetos de Assentamentos Rurais (P.As.). No âmbito federal, já no início da década de 1990, essa problemática começava a aparecer através do debate acerca da emancipação dos assentamentos. Na época, alguns projetos foram esboçados e oficialmente lançados, embora as respectivas implementações fossem praticamente abortadas. No mesmo período, especificamente a partir do governo transitório de Itamar Franco, algumas mudanças na coordenação das políticas de assentamento passavam a privilegiar a chamada agricultura familiar como uma linha estratégica do desenvolvimento rural (JORGE e SOUZA, 2003 e FERRANTE e BARONE, 2003). Com isso, a questão do desenvolvimento local começava a ganhar importância na elaboração das políticas públicas também nos órgãos responsáveis pela reforma agrária.

Em abril de 1999, já no segundo mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso, é apresentado o documento "Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural - Política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado", base das iniciativas federais no tocante à questão da produção familiar como um todo e dos assentamentos rurais em especial, já que preconiza, em sua apresentação, a reformulação da reforma agrária. Buscando estabelecer uma linha de continuidade desde as ações do governo Itamar

Franco, o documento cita a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em 1996, como um passo primeiro na direção de uma política completa para o setor. Sobre o PRONAF, ressalta-se que sua viabilização no âmbito municipal cobra mais uma vez a organização de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, fórum cujas atribuições foram aperfeiçoadas nas diretrizes do "Novo Mundo Rural" (JORGE e SOUZA, 2003 e FERRANTE e BARONE, 2003).

Reconhecendo que o desenvolvimento de uma política pública para os projetos de assentamentos envolve uma série de dificuldades relativas aos órgãos responsáveis pelos mesmos, aos diferentes níveis de governo (União, Estados e Municípios) e à problemática mais eminentemente política da reforma agrária, qual seja, a forte pressão da mobilização popular e de diversas organizações não governamentais, o "Novo Mundo Rural" também apresenta como premissas o objetivo do desenvolvimento local e a articulação de todas as instâncias do poder público para a sua consecução.

Portanto, a ênfase dada à esfera local (municipal e microrregional) é novamente patente neste documento. Trata-se de um "retorno ao território" como base de iniciativas para o desenvolvimento, em substituição a uma perspectiva setorial, ineficaz na promoção da sustentabilidade idealizada.

A proposta federal reforça a base local para o desenvolvimento sustentável dos Projetos de Assentamentos Rurais, propondo linhas de investimentos (via PRONAF), parcerias e, acima de tudo, uma série de medidas para a organização local de instituições capazes de acompanhar e suportar a difícil trajetória de consolidação dos assentamentos. Deste ponto de vista, a visível ineficiência e descontrole das políticas de investimento nos P.As. poderia ser superada (JORGE, 2002). Nota-se, ainda segundo este autor, que a nova abordagem quer dotar o espaço municipal e microrregional de uma capacidade de decisão e monitoramento até então inexistente.

No "*Novo Mundo Rural*" estimula-se a criação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável, responsáveis não somente pela elaboração de um Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável, mas também pela elaboração de derivados Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDAs) - sob controle dos agentes institucionais locais, como Câmaras de Vereadores, Prefeituras, Sindicatos e outras entidades civis, sempre com a participação de técnicos dos órgãos federais e estaduais voltados para o desenvolvimento da agricultura e reforma agrária (INCRA, Secretarias Estaduais, etc.). São esses planos, elaborados localmente, que idealmente deveriam orientar as ações governamentais em todos os níveis, garantindo um controle local bastante preciso sobre os rumos da dinâmica da produção familiar.

Independentemente do que é ideal e do que pode ser real, é importante reforçar a idéia destacada por MALUF (2001) de que “o crescimento da produção e a criação de oportunidades de trabalho no conjunto de atividades do sistema agroalimentar dependem fortemente da ampliação da disponibilidade de alimentos de qualidade oriundos de formas eqüitativas de produção, nem de longe se resumindo ao binômio comércio-eficiência (competitividade)”. Viabilizar a produção agroalimentar é, segundo o autor, “ao mesmo tempo, enfrentar a pobreza rural e um dos principais focos de insegurança alimentar; sem prejuízo do fato de que o segmento rural do sistema agroalimentar comporta a presença de rendas oriundas de atividades não-agrícolas. Assim, um novo padrão de regulação pública exigiria a criação de instâncias de concertação social e de articulação intra-governamental, com instrumentos para a ação descentralizada e a diferenciação regional das políticas” (MALUF, 2001, p. 166).

É notório, portanto, que existem problemas de convergência e direcionamento entre a realidade da agricultura familiar e as proposições contidas nas atuais políticas públicas afins. Existem poucas políticas voltadas para o agricultor familiar que trabalha em outras atividades que não exclusivamente agrícolas, por exemplo, e mesmo estas iniciativas exigem comprovação de sua menor importância relativa em relação à produção agropecuária quando da solicitação e/ou captação de crédito.

Ao analisar a evolução nos últimos anos da percepção social sobre as vantagens que podem trazer as políticas públicas de expansão e fortalecimento da agricultura familiar para a estratégia de desenvolvimento que o Brasil necessita, VEIGA (1998) argumenta que “a agricultura familiar é tão mais sustentável (estabilidade, resiliência e equidade) que é impossível imaginar que a sociedade brasileira não venha a se dar conta do preço que está pagando por ter acreditado no mito da maior eficiência da agricultura patronal. Um dia acabará entendendo que mesmo essa sua duvidosa eficiência alocativa nem de longe compensa sua absurda ineficiência distributiva. Contudo, para que isso ocorra vai ser preciso superar a crença dominante entre as elites brasileiras de que a desigualdade não dificulta o crescimento, podendo até ajudá-lo. Essa é uma idéia que no debate internacional só pode ser considerada anacrônica, e mesmo extravagante, mas que continua muito forte por aqui” (VEIGA, 1998, p.10).

Este autor respalda sua análise apresentando a experiência de países que conseguiram se desenvolver através da promoção deste tipo de agricultura e chamando a atenção para o fato de que durante muito tempo, no passado, as atividades econômicas brasileiras tinham um perfil que gravitava entre algum pólo interno (quase sempre ligado a um porto) e o mercado mundial, ou pólo externo, de onde vinham os estímulos que definiam o que, como e quanto produzir, e a que preços vender.

Vale lembrar que a história econômica do Brasil é marcada, no século passado, justamente pela transição desse conjunto de regiões articuladas para fora, herança da fase primário-exportadora, na direção de uma maior integração inter-regional, comandada pela dinâmica da indústria. Inicialmente muito concentrada no Sudeste, esta tendeu a difundir-se para outros espaços, em parte por causa dos avanços em infra-estrutura, em parte pela expansão dos mercados e em parte por decisões de investimento do governo federal. A lógica de integração do mercado nacional comandou o processo (BENJAMIN, 1998).

Os projetos da década de 90 interrompem esse movimento pois seguem uma lógica de “integração competitiva”, também mencionada anteriormente por MALUF (2001), segundo a qual todo o esforço concentrou-se em facilitar as ligações entre o mercado mundial e as regiões e setores potencialmente competitivos. Por isso, os projetos enfatizaram a articulação para fora. Concentraram-se nas regiões Sul, Sudeste e parte do Centro-Oeste, onde, não por acaso, situa-se a moderna agricultura de grãos destinada à exportação.

Ao lado da modernização de alguns setores e unidades produtivas que absorvem pouca gente, observa-se o deslocamento crescente da força de trabalho para uma nova versão do antigo setor de subsistência, que opera com produtividade muito baixa. Por isso, ao se expandir, ele deprime a produtividade do conjunto do sistema econômico. Uma importante diferença aparece, em relação às décadas anteriores: nesse “setor” não está mais, fundamentalmente, uma população rural excedente, dedicada a uma agricultura de subsistência. Na crise contemporânea, a crescente população remetida para tal modo de vida é urbana, e os serviços é que mal a absorvem<sup>17</sup>. Crescem a informalidade e a precariedade do trabalho. Grandes contingentes são expulsos do núcleo moderno da economia, muito antes de termos conseguido inserir nele a maioria da população. A segregação social se agrava.

Assistimos, então, a formação de um excedente de mão-de-obra sem destinação conhecida, pois a desestruturação da policultura tradicional, que propiciava uma ocupação estável da terra, foi feita sem alteração da estrutura de propriedade. Em seu lugar, não surgiu uma moderna agricultura baseada na pequena produção – independente ou cooperativada, que também seria capaz de assegurar a ocupação estável da terra. Como conseqüência, reduziram-se as oportunidades de emprego, por causa da crescente mecanização, e aumentou a urbanização da própria população empregada na agropecuária, com a expulsão

---

<sup>17</sup> Balsadi e Silva (2001), analisando a qualidade do emprego agrícola e não-agrícola da PEA rural no Estado de São Paulo, nos anos 90, mostram que os grupos de ocupações não-agrícolas apresentam um quadro mais favorável que o dos grupos de ocupações agrícolas, com exceção dos serviços domésticos para as mulheres, para grande parte das pessoas que vivem no campo paulista. A importância destas novas oportunidades de trabalho está muito relacionada com uma estratégia de complementação da renda em função da crise da agricultura: uma alternativa.

dos trabalhadores residentes e sua transformação em “bóias-frias”. Enormes contingentes de pequenos proprietários foram arruinados e de trabalhadores rurais foram deslocados – em um processo que continua até hoje -, passando a disputar um lugar ao sol fora da agricultura por qualquer salário. Os que insistem em permanecer no campo são sistematicamente expulsos para áreas mais distantes, dotadas de piores terras e menor infra-estrutura (BENJAMIN, 1998).

Assim, o padrão do campo brasileiro se tornou completamente incoerente. Aquela agricultura que produzia fundamentalmente bens de exportação e enviava gente para as cidades era funcional, sob certo ponto de vista, na fase primário-exportadora e nos primórdios da industrialização. Hoje, as cidades não precisam de mais gente, e a economia não depende mais dos excedentes agrícolas exportáveis. O papel da agricultura, ao contrário, deve reter mão-de-obra no campo, apoiar a rede de pequenas e médias cidades (para desconcentrar as atividades dinâmicas) e baixar o custo da alimentação (para ampliar o mercado interno)<sup>18</sup>.

Dentro de todo esse contexto analisado, no qual se percebe cada vez mais a importância do município como ponto de partida para o desenvolvimento local, é mister conhecer também qual é a percepção das famílias brasileiras em relação à sua situação alimentar. Tanto em áreas urbanas quanto em áreas rurais, existem indicadores diretos do nível de segurança ou insegurança alimentar que não dependam da estimativa da renda familiar disponível, para acompanhar e avaliar o impacto das políticas até agora observadas?

A inexistência de metodologia e de instrumentos nacionais, para análise das condições de insegurança alimentar das famílias brasileiras e acompanhamento e avaliação do impacto das políticas públicas pertinentes, estimulou a realização de recente trabalho intitulado “(In) Segurança Alimentar no Brasil: validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação”. Os procedimentos desta validação, qualitativos e quantitativos, ocorreram em quatro cidades, selecionadas por representar contextos econômicos, sociais e culturais diferentes: Campinas-SP, Brasília-DF, João Pessoa-PB e Manaus-AM. Em suporte ao projeto e, visando acompanhar o processo, foram realizados em Brasília três seminários que contaram com a participação de representantes do Ministério da Saúde, Ministério Especial de Segurança Alimentar, de Promoção e Assistência Social, de Ciência e Tecnologia e da Organização Pan-americana da Saúde. A presença multidisciplinar destes especialistas, além de ter aportado contribuições científicas e políticas relevantes, apontaram possibilidades de aplicação desta

---

<sup>18</sup> Mesmo que a produtividade do trabalho na agricultura de base familiar seja inferior à da grande produção mecanizada (o que não é certo), há outras vantagens no primeiro modelo. Tornando-se o setor mais homogêneo, sua produtividade média tende a ser maior, sendo menor a concentração de renda, os gastos em consumo tendem a distribuir-se pelo conjunto da população, aumentando o mercado de bens de uso comum, produzidos internamente, muitas vezes localmente

escala validada em outras populações e em inquéritos nacionais e recomendaram ainda, a replicação dos métodos de validação para população rural brasileira (SEGALL-CORRÊA et al, 2003a).

Conseqüentemente, os procedimentos de validação desta metodologia também foram realizados em áreas rurais do país (SEGALL-CORRÊA, 2004) e em inquéritos de base populacional (SEGALL-CORRÊA, 2003b), cumprindo todas as etapas previstas nas recomendações internacionais. A partir deste trabalho dispõem-se, hoje, no Brasil, de instrumento de pesquisa cientificamente testado para avaliar e acompanhar, com indicadores diretos, o impacto nas famílias, das políticas sociais voltadas ao combate à fome e à miséria. Este questionário de fácil aplicação e baixo custo operacional, foi incorporado aos inquéritos populacionais nacionais, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de 2004, da “Demography and Health Surveys – DHS”, do Ministério da Saúde, e em outras pesquisas locais, como importante ferramenta de gestão governamental.

A título de ilustração, vale ressaltar dentre os resultados encontrados com a utilização desta metodologia em Campinas, de acordo com (SEGALL-CORRÊA, 2003B), que 1/5 da população campineira, no seu cotidiano, experimenta insegurança alimentar moderada ou grave. Isto significa que, com alguma frequência, adultos e crianças desta cidade têm pouco ou quase nada para comer. Portanto, a insegurança alimentar não deve ser considerada uma prerrogativa apenas dos países e populações muito pobres. Ela é uma emergência nestas condições, mas pode e é frequentemente encontrada em situações de menor carência.

### **3.4.6 Aleitamento Materno**

Para conclusão deste capítulo, apresentam-se a partir deste ponto algumas considerações sobre algo que é fundamental quando se trata de políticas em prol da segurança alimentar, essencialmente por ser o princípio de tudo: o aleitamento materno.

A Resolução aprovada na 54<sup>a</sup> Assembléia Mundial da Saúde, da Organização Mundial da Saúde (OMS), recomenda que todas as crianças devem receber exclusivamente leite materno até cerca de seis meses de vida e que a amamentação deve ser mantida por pelo menos dois anos.

Recente trabalho de REA (2003) permitiu apontar que são vários os trabalhos mostrando que o aleitamento protege a criança contra infecções, principalmente as relacionadas ao aparelho respiratório e

digestivo (Feachem & Koblinski, 1984, Victora et al., 1987); também diminui a probabilidade do desencadeamento de processos alérgicos (urticárias, eczemas, asma, bronquite, etc.) pelo retardo da introdução de proteínas heterólogas do leite de vaca (Saarinen & Kajosaari, 1995). REA (2003) afirmou também que os conhecimentos das últimas duas décadas evidenciaram que são vários os agravos quando a amamentação não acontece, entre os quais: enterocolite necrotizante (Lucas & Cole, 1990), diabetes (Karjalainen et al., 1992) e pneumonia (César et al., 1999). REA (2003) ainda apontou que o uso de leite materno para recém nascidos prematuros e de baixo peso leva a maiores índices de inteligência (Lucas et al., 1992) e acuidade visual (Birch et al., 1993).

Ainda de acordo com REA (2003), saliente-se que por muitos anos desconheceu-se o valor nutricional e imunológico do leite materno, o valor do ato de amamentar e suas consequências fisiológicas, emocionais e de menor morbidade para o bebê e para a mãe (menos câncer de ovário, Gwinn et al., 1990 – e de mama pré-menopausa – Michels et al., 1996). Além disso, o aleitamento favorece o desenvolvimento neuropsicomotor, melhorando profundamente a relação mãe-filho, com todos os benefícios subseqüentes.

Vale lembrar, sobretudo, que nos países pobres e nas classes sociais menos favorecidas dos países ricos o aleitamento também colabora para diminuir a taxa de desnutrição protéica e calórica e tem papel importante na redução da mortalidade infantil quando associada à melhoria das condições sanitárias e econômicas<sup>19</sup>.

Adiciona-se a isto o fato de que o aleitamento ainda representa real economia para as famílias, determinando uma economia considerável para o país, em função da não importação da tecnologia utilizada na preparação das fórmulas lácteas (leite em pó).

Em relação às famílias mais pobres, a relação custo/ benefício de se utilizar leite em pó quando a renda familiar é de um salário mínimo é muito inadequada. Para sustentar um bebê aos quatro meses de idade com leite em pó, o chefe da família terá que comprometer subestimadamente quase 10% da renda disponível. Isso se a mãe der o leite apenas para o bebê, o que é muito difícil de acontecer. Como o leite passa a ser distribuído para todas as crianças, o bebê acaba recebendo o leite cada vez mais diluído e, ao final, apenas uma água esbranquiçada acaba sendo oferecida, muitas vezes, preparada com água contaminada, ou que se contamina durante o preparo ou a oferta.

---

<sup>19</sup> Sobre este assunto ver GOLDENBERG (1989) e MARTINS F<sup>o</sup>(1984).

Considerando o que foi exposto, as atividades ou programas pró-amamentação começaram a ser esboçados no Brasil, cientes de que ações setoriais pró-amamentação têm de ser respaldadas por políticas gerais. Nesse sentido, é muito interessante comparar este momento inicial do lançamento do Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno no Brasil (PNIAM) com o atual momento de definição de uma Política Nacional de Combate à Fome e à Pobreza.

A mensagem e a política em prol da amamentação exclusiva por seis meses já está em vigência há mais de dez anos no país, tendo sido inclusive aprovada na Assembléia Mundial da Saúde em 2001, quando se mostrou ser possível incrementar o aleitamento materno exclusivo de 0 a 4 meses, que era de 3,8% em 1986 e aumentou cerca de dez vezes em 1996 (BEMFAM/ DHS/MS/UNICEF, 1997 apud REA, 2003).

Nesse sentido, ao se pensar em políticas de combate à fome e à pobreza no Brasil, deve-se pensar nas ações realizadas em prol da amamentação exclusiva como exemplo a ser seguido. Se, no Brasil, em 1975, uma em cada duas mulheres amamentava apenas até o segundo ou terceiro mês, no último inquérito, de 1999, uma em cada duas mulheres amamentava até cerca de dez meses (REA, 2003). Esse aumento deve ser visto como sucesso de um conjunto de atividades realizadas em prol do aleitamento materno, respaldado por uma política nacional, que soube lidar com as dificuldades que apareceram no caminho, não se acovardando frente aos desafios que se colocavam e ainda se colocam para o futuro.

Para ilustrar a importância das atividades realizadas em prol do aleitamento no Brasil, vale considerar a Assembléia Mundial da Saúde de 1986, quando se votou a resolução que clarifica o artigo 6 do código sobre doações de substitutos de leite materno, como sendo desnecessárias à maternidades, pois sendo poucos os bebês que são exceção ao uso do leite humano, sua alimentação deve ser adquirida pelos canais normais de compras de medicamentos (REA, 2003). Saliente-se, ainda de acordo com esta autora, que a proposta atual do Ministério da Saúde, além de concentrar esforços nas atividades até então realizadas, intensifica a atenção humanizada ao recém-nascido com o método “mãe canguru” e o uso de leite humano, e implanta a Iniciativa Unidades Básicas Amigas da Amamentação (IUBAAM) nos ambulatórios que fazem atenção primária, para melhorar a sustentação do aleitamento materno. Nota-se, entretanto, que muitas destas atividades realizadas em prol do aleitamento, invariavelmente entram em conflito direto com os interesses da indústria. Para citar um exemplo mais recente, remetemo-nos a MEIRELES (2004) que acredita que o Ministério da Saúde está discriminando o consumo de leite, ao impor um tom de advertência sobre seu consumo em nova legislação a ser aprovada. Representando a

Associação Brasileira de Leite Longa Vida (ABLV) este autor protesta com veemência sobre o projeto de lei nº 6.915/2002, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância, e também a de produtos de puericultura correlatos. MEIRELES (2004) aponta a discriminação feita pela ANVISA, que usa uma recomendação de 1981 da Organização Mundial da Saúde, que registra: “os fabricantes e os distribuidores de fórmulas infantis devem assegurar de que cada embalagem tenha uma mensagem clara, conspícua, legível e compreensível impressa, ou de uma etiqueta que não possa ser prontamente removida, em uma língua apropriada, que inclua todos os seguintes pontos: a) as palavras “observação importante” ou seu equivalente; b) uma indicação da superioridade do aleitamento materno; c) uma indicação de que o produto deve ser usado somente quando houver o conselho de um profissional de saúde a respeito da necessidade para seu uso e do método de uso apropriado e d) instruções para a preparação apropriada e um aviso sobre os perigos de saúde de preparação imprópria”.

. Não foi somente o Brasil que esteve atento às questões do aleitamento materno, segundo PÉREZ-ESCAMILLA (2003), ao examinar as tendências recentes dessa questão na América Latina e Caribe: os resultados indicam que a duração do aleitamento vem aumentando numa época em que era previsto o oposto, tendo em vista a crescente urbanização da região<sup>20</sup>. PÉREZ-ESCAMILLA (2003) explica que políticas de proteção ao aleitamento materno e programas de promoção do mesmo podem explicar parte desse aumento observado.

Tendo em vista este quadro geral de políticas em prol do direito humano à alimentação reunido neste capítulo, fica evidente a oposição de interesses, muitas vezes conflitantes, obrigados a viver dramaticamente seus papéis de alternos no âmbito do processo civilizatório da América Latina.

Se, por um lado, observa-se um grupo de poucos privilegiados em oposição às questões agrícola, agrária e de superação do círculo vicioso de pobreza e de estagnação, por outro lado, nota-se a mobilização de esforços cada vez maiores por parte dos movimentos sociais, da sociedade civil organizada ou não, e dos partidos políticos para estimular cada vez mais a emergência de forças renovadoras que precisam construir o futuro latino-americano.

De acordo com RIBEIRO (1988, p.257-258), a “América Latina volta a tempos bolivarianos. São chamadas novamente à cena as tensões antioligárquicas e anticoloniais que espocaram tantas vezes em guerras de emancipação e em sublevações milenaristas de escravos, de índios e de camponeses”. Ainda segundo este autor, uma mudança de lá para cá, é evidente, pois agora “a tarefa destas forças

---

<sup>20</sup> Sobre este assunto ver Tabela 12. Duração do aleitamento materno (meses) nas América Latina que se encontra em anexo.

revolucionárias é a conquista do poder político por vanguardas socialistas capazes de reestruturar toda a ordem social, de erradicar as condições econômicas representadas pelos interesses oligárquicos e imperialistas; de liquidar o despotismo do velho patriarcado civil e militar; para, deste modo, pôr fim aos fatores causais do atraso que pesa há séculos sobre os povos latino-americanos”.

Uma vez alcançados esses requisitos políticos prévios, reforça-se a idéia de RIBEIRO (1988) de se tornar possível superar o enquadramento de dependência imposto pela atualização histórica que eterniza o subdesenvolvimento e orientar os povos latino-americanos para o seu desenvolvimento autônomo e continuado.

## **4. Metodologia**

### **4.1. Considerações Iniciais**

De forma introdutória, uma idéia bastante elucidativa em relação à metodologia da pesquisa científica será exposta, a seguir.

“No bola ao cesto, são muitas as maneiras de lançar a bola, rebatê-la e correr de base para base; de devolver a bola; diferem as estratégias para utilizar os jogadores e substituí-los; variam as formas de dar sinais, de dirigir e de manter o moral da equipe. Tudo isso e mais alguma coisa concorre para um bom jogo e cada um desses itens admite variantes indefinidas. Poderíamos dizer, naturalmente, que só existe uma forma de jogar: fazer pontos quando se está rebatendo e impedi-los quando não se está. E essa afirmação seria tão útil quanto uma definição geral e abstrata do método científico. Os problemas importantes para os jogadores surgem em nível mais concreto e específico. Uma lógica reconstruída é útil para por clara a unidade que existe sobre a multiplicidade de técnicas particulares; pode mostrar, por exemplo, que ampla classe de inferências admite interpretação à luz de algumas regras de dedução, simples e reduzida em número. Mas a simplicidade de qualquer reconstrução, de qualquer método, não deve ser dirigida a privar-nos da consciência da complexidade de um processo de investigação, quando tomado como um todo”. Se desejarmos fazer justiça a essa complexidade, será difícil aperfeiçoar a observação de P. W. Bridgman, segundo a qual “o cientista não tem outro método senão o de empenhar-se ao máximo” (KAPLAN, 1981, p. 30).

Sem dúvida, a complexidade dos processos sociais, a inter-relação de problemas e as determinações em um espaço cada vez mais globalizado, demandam que as ciências reformulem suas condições originais e de desenvolvimento para conseguir obter respostas para as perguntas do mundo atual.

Sendo assim, entendemos que o tratamento da questão da agricultura e da segurança alimentar requer a articulação de diferentes enfoques disciplinares. Isto é, nenhuma das perspectivas que brevemente desenvolveremos nesse trabalho pode sozinha abarcar, e muito menos resolver, o problema.

Como aponta GARCIA (1991), a realidade não é disciplinar, não apresenta seus problemas cuidadosamente classificados em correspondência com as disciplinas que vêm surgindo na história da ciência. O fato de que estas tenham surgido e desenvolvido importante bagagem de conhecimentos

demonstra que foi possível identificar fenômenos que puderam ser considerados com independência de outros fenômenos com os quais estavam vinculados, mas que puderam ser estudados em si mesmos.

Assim, acredita-se que quanto mais profunda e completa seja a compreensão de um problema, maior será a possibilidade de enfrentá-lo. Portanto, se pretendemos nos aproximar de uma descrição explicativa das causas e relações entre agricultura e segurança alimentar, necessitamos nos deter em um amplo conjunto de determinações que são econômicas, sociais, políticas, culturais, ideológicas e técnico-produtivas.

Trata-se, portanto, de uma abordagem multidisciplinar que, da mesma maneira que o bola ao cesto (basquete), exige um comportamento adequado para cada situação de jogo, esta pesquisa exige que se encontre o que é determinante para o seu desenvolvimento. Mas como definir o que é essencial se a situação é multifacetada? Como escolher um objeto e delimitar aspectos da temática se esta é tão inesgotável?

Procurou-se responder estas questões no decorrer deste trabalho, conferindo uma certa autonomia ao raciocínio. Isto é imprescindível para ir descobrindo as diversas relações existentes. Não se procurou encontrar uma razão primeira para a questão, mas principalmente, procurou-se estabelecer conexões.

## **4.2. Dados**

Os dados utilizados no presente trabalho foram provenientes, sobretudo, do banco de dados estatísticos da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAOSTAT).

Especificamente, são dados da Folha de Balanço Alimentar<sup>21</sup> que proporcionam uma ampla visão da estrutura de provisão de alimentos de um país durante determinado período de referência e sua respectiva utilização (FAO, 2003).

De forma geral, estes dados indicam a quantidade potencial média de alimentos disponível para consumo humano em cada país, considerando produção, importação, exportação, processamento de produtos alimentares e perdas, além da quantidade utilizada como sementes e ração animal.

Em relação aos dados de produção, outras informações também disponíveis no FAOSTAT foram consultadas, tais como, informações sobre o uso da terra, envolvendo área total, área agrícola com culturas

---

<sup>21</sup> O termo Folha de Balanço Alimentar é tradução de “Food Balance Sheet” disponível no “Food and Agriculture of the United Nations Statistical Databases” (FAOSTAT).

permanentes e temporárias e com pastagem, dados sobre população total, população rural e economicamente ativa na agricultura.

Dados disponíveis em outros bancos de dados, tais como os da “United Nations Development Programme” (UNDP) referentes aos índices de desenvolvimento humano (IDH) também fizeram parte do conjunto de dados utilizados.

A provisão por habitante de cada produto agroalimentar disponível para o consumo humano é obtida dividindo-se a respectiva quantidade pelos dados relativos à população que potencialmente o consome. Os dados de provisão de alimentos por habitante se expressam em termos de quantidade (kg de produto por ano) por habitante. Além disso, aplicando-se os fatores apropriados de composição de alimentos para todos os produtos primários e processados, estes dados de provisão de alimentos por habitante também podem ser expressos em termos dos respectivos valores calóricos (Calorias de produto por dia), de quantidade de proteínas (g de proteína de produto por dia) e de lipídios (g de lipídios de produto por dia) (FAO, 2003).

No que se refere à disponibilidade dos vários produtos a serem estudados, foram selecionados aqueles que constituem importantes fontes de calorias e proteínas para uma alimentação básica de amplas camadas da população, dentre os quais alguns mais importantes para os países mais carentes<sup>22</sup>. São eles: açúcar, arroz, batata, carne bovina, carne de frango, carne suína, feijão, frutas, hortícolas, leite, mandioca, milho, óleo vegetal, ovos, pescados e trigo.

No que se refere aos países a serem estudados, foram selecionados, inicialmente, aqueles que pertencem à América Latina e possuem seus dados disponíveis para análise, em número de 23 países:

São eles: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Trinidad & Tobago, Uruguai e Venezuela.

Deve-se esclarecer que este conjunto de países da América Latina foi selecionado a fim de se evitar um grau muito elevado de heterogeneidade entre as observações, adotando-se o critério de excluir os países cuja população total não ultrapassa um milhão de habitantes, pelo simples fato desses países não possuírem dados disponíveis para análise.

---

<sup>22</sup> A porcentagem do total de calorias / habitante / dia que este grupo de produtos representa para cada país pode ser observada na Tabela 3 apresentada no próximo capítulo, intitulado “Resultados e Discussões”.

Vale lembrar que para algumas análises específicas, poderão também fazer parte do conjunto de países analisados outros países, respeitando o critério de mais de 1 milhão de habitantes por país.

Sobre o quadro de políticas relacionadas ao tema no último capítulo da revisão bibliográfica, também foram consultados documentos das agências internacionais, entre outros mais específicos. Desta forma, foram utilizados dados do “*Demographic and Health Surveys*” (DHS) sobre tempo de aleitamento materno e taxa de fertilidade total (crianças por mulher) e dados do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), especificamente da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), sobre preços e quantidades exportadas do agronegócio brasileiro.

Nesse sentido, vale ressaltar que foram levantadas também informações teóricas importantes para o desenvolvimento do trabalho durante todo o processo de revisão de literatura. Isto será importante porque, em boa parte, as análises são também descritivas.

### **4.3. Variáveis**

#### **4.3.1 Análise geral da disponibilidade de alimentos no mundo**

Dados expressos em termos dos respectivos valores calóricos e de quantidade de proteínas:

V01- calorias diárias por habitante de cada país

V02- gramas de proteínas de origem animal diárias por habitante de cada país

Foram considerados 29 indivíduos, assim distribuídos:

- os 23 países da América Latina, mencionados anteriormente
- África<sup>23</sup>
- China
- Estados Unidos da América
- Índia
- Média mundial<sup>24</sup>
- União Européia<sup>25</sup>

---

<sup>23</sup> Cinquenta e nove países africanos formam o conjunto de países analisados para compor a média africana de acordo com o FAOSTAT (FAO, 2003).

<sup>24</sup> Duzentos e cinquenta e dois países do mundo formam o conjunto de países analisados para compor a média mundial, de acordo com o FAOSTAT (FAO, 2003).

É importante explicar que ampliou-se o âmbito desta análise incluindo outros países, tais como os países da África em seu conjunto, China, Estados Unidos, Índia e os países que compõem a União Européia para focalizar a América Latina como parte de um sistema maior, único e interativo. Desta forma, estabelece-se um bom contraponto para efetuar as análises mais específicas subseqüentes.

### **4.3.2 Análises específicas para a América Latina**

#### **4.3.2.1 Calorias**

Dados expressos em termos de seus respectivos valores calóricos:

- Calorias de produto por dia por habitante

São 16 produtos que compõem esta análise: açúcar, arroz, batata, carne bovina, carne de frango, carne suína, feijão, frutas, hortícolas, leite, mandioca, milho, óleos vegetais, ovos, pescados e trigo. Para cada um destes produtos, aplica-se o indicador acima mencionado. Portanto, esta análise engloba 16 variáveis.

#### **4.3.2.2 Produção**

Dados expressos em termos de suas respectivas quantidades produzidas:

- 1000 toneladas de cada produto por dia por habitante

São 16 produtos que compõem esta análise: açúcar, arroz, batata, carne bovina, carne de frango, carne suína, feijão, frutas, hortícolas, leite, mandioca, milho, óleos vegetais, ovos, pescados e trigo. Portanto, os 16 produtos possuem seus valores na unidade do sistema métrico acima mencionado. Assim, esta análise totaliza 16 variáveis.

---

<sup>25</sup> Os quinze países que integram a União Européia no período de referência desta análise (1999, 2000 e 2001) são Alemanha, Áustria, Bélgica, Luxemburgo, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália. Países Baixos, Portugal, Reino Unido e Suécia.

### 4.3. Métodos

Antes de apresentar a metodologia específica utilizada no processamento dos dados numéricos, deve-se ressaltar algumas considerações importantes para o desenvolvimento deste trabalho.

Ainda que, na maioria das vezes, o banco de dados estatístico da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAOSTAT) seja a única fonte regular e padronizada de informações sobre padrões alimentares, a interpretação destes dados deverá ser feita com cautela, considerando a não possibilidade de se conhecer ao certo o número da população existente no país para o período analisado, a distribuição do consumo alimentar nos diferentes estratos da população, a qualidade das estatísticas de produção e comercialização de alimentos em cada país e a imprecisão da conversão dos produtos alimentares em nutrientes<sup>26</sup>.

Além disso, os produtos agrícolas estão diretamente vinculados à natureza e, portanto, sujeitos a riscos advindos de diferentes tipos de ocorrências aleatórias. Isto, de alguma maneira, pode ocasionar a existência de dados atípicos para determinado ano. Este fato pode ocasionar conseqüências diretas nos dados e, conseqüentemente, nas variáveis que se relacionam à disponibilidade alimentar, por ser esta diretamente dependente da produção agropecuária. Assim, pretende-se utilizar indicadores elaborados a partir da média de três anos consecutivos (1999, 2000, 2001), com a finalidade de diminuir os inconvenientes ligados à representação dos dados.

Os dados serão organizados de forma a possibilitar a comparação dos resultados que representam os perfis de produção e de disponibilidade alimentar dos países. Serão analisados, separadamente, um grupo de cada vez, ou seja, primeiramente as análises em termos de calorias e na seqüência as análises em termos de produção.

Considerando-se os objetivos do trabalho e as características dos dados multivariados, pretende-se utilizar o método da análise fatorial em componentes principais e, de forma complementar, a classificação automática hierárquica. Além disso, tratando-se de um estudo bastante abrangente, em grande parte as análises serão também descritivas.

Quanto à técnica em componentes principais, seu objetivo é modificar a matriz de dados, para caracterizar observações por um número reduzido de variáveis não correlacionadas, chamadas fatores,

---

<sup>26</sup> A conversão das quantidades de alimentos em nutrientes é em geral difícil em função de: porcentagem de resíduos, diversidade das composições alimentares de vegetais segundo os processos de produção, as variedades, os graus de maturação, condições de colheita e eventualmente de transformação, os tipos de preparação culinária, etc. (Malassis, 1979)

facilitando a análise. Em geral as análises são quantitativas e utilizam-se freqüentemente variáveis centradas-reduzidas (JUDEZ, 1989).

Geralmente, o primeiro fator não é suficiente para representar a totalidade da variância contida na dispersão. Assim, pode-se utilizar um segundo fator (com variância explicada menor que o primeiro) e assim sucessivamente. Visto que se extraem fatores por ordem de importância decrescente, os últimos serão freqüentemente negligenciáveis.

“Na análise do problema é comum passar a utilizar apenas os primeiros componentes principais, aos quais corresponde, geralmente, grande parte da variância das  $n$  variáveis. É claro que alguma informação é perdida quando substituímos as  $n$  variáveis por um número menor de componentes principais. Por outro lado, há vantagens óbvias em substituir um número relativamente grande de  $n$  variáveis, com problemas de multicolinearidade, por um número relativamente pequeno de variáveis (componentes principais) não-correlacionadas” (HOFFMANN, 1992, p. 10).

Em relação às técnicas de rotação de fatores, mantendo-se a ortogonalidade entre os mesmos, obtém-se uma nova matriz de coeficientes dos fatores de maneira tal que os valores absolutos dos elementos de cada coluna desta matriz (correlações de cada fator com as variáveis originais) se aproximem de zero ou de um. Isto facilita a interpretação dos fatores, pois cada um dos novos fatores rotacionados deverá apresentar correlação forte com uma ou mais variáveis e fraca com as demais. Existem vários critérios de rotação, sendo que o mais utilizado é o Varimax, onde os valores das comunalidades não são alterados (JUDEZ, 1989).

Quanto à análise hierárquica, o objetivo de uma classificação é repartir os indivíduos em grupos homogêneos, de forma que cada grupo seja bem diferenciado dos outros. Normalmente, o resultado é uma hierarquia, representada por uma “árvore” hierárquica, um dendrograma. As representações gráficas das “árvores” hierárquicas auxiliam a análise dos resultados.

Tanto para componentes principais como para a análise hierárquica utilizou-se o “software” “Statistical Packet for Social Sciences” - SPSS, e o STAT-ITCF, do “Institut Technique de Céréales et des Fourrages” (França). Microsoft Excel também foi utilizado para as análises preliminares.

## 5. Resultados e Discussão

### 5.1. Análise geral da disponibilidade de alimentos no mundo

Para esta análise foi realizada a classificação automática hierárquica, com o objetivo de separar os países em grupos relativamente homogêneos. Para tanto, foram considerados os dados do conjunto de vinte e nove indivíduos anteriormente mencionados e duas variáveis (Calorias diárias por habitante e gramas de proteínas de origem animal diárias por habitante), havendo a formação de dois grandes grupos que podem ser observados na Figura 1.

Fica evidente, neste gráfico, a separação clara dos países em dois grandes grupos: de um lado o grupo (1) de treze países da América Latina que envolve também a média de países da África e Índia e, de outro, os demais nove países da América Latina juntamente com a média dos países que compõem a União Européia, Estados Unidos, Japão, China e a média mundial (grupo 2).

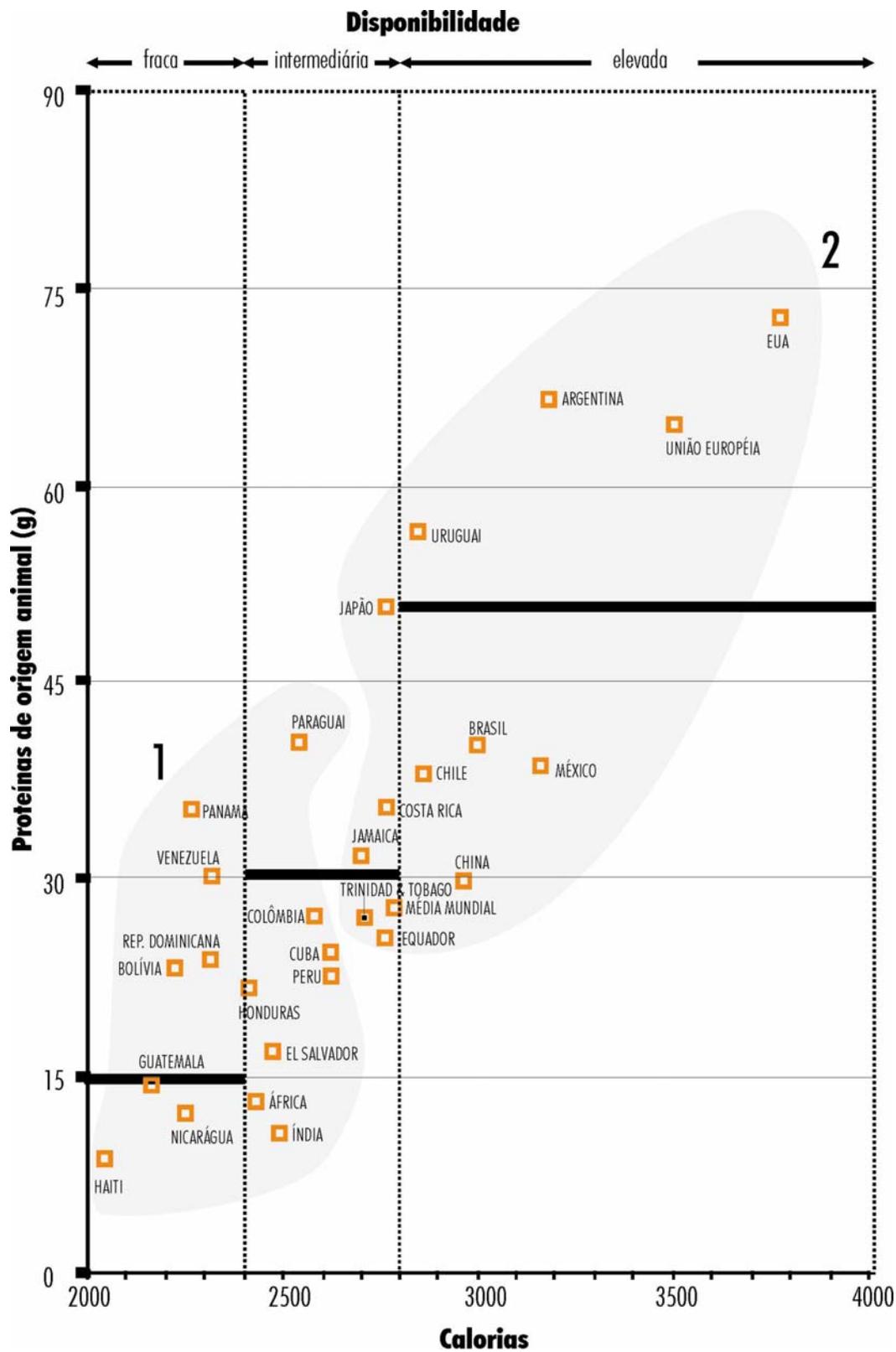
A diferença entre o padrão de disponibilidade alimentar dos países destes dois grupos parece estar relacionada, principalmente, à quantidade de calorias disponíveis. Também existe uma diferença nítida em relação à quantidade de proteínas de origem animal. Entretanto, uma noção mais clara sobre o assunto pode ser apreciada quando observados os cinco sub-grupos formados<sup>27</sup>.

O grupo (1) pode ser subdividido em dois sub-grupos. O primeiro sub-grupo, composto por Haiti, Nicarágua, Guatemala, Bolívia, República Dominicana, Venezuela e Panamá apresenta uma disponibilidade calórica mais fraca; o segundo sub-grupo é formado por Cuba, Peru, Colômbia, Paraguai, Honduras e El Salvador, cuja disponibilidade calórica já possui um nível intermediário. Apesar de disporem de níveis de proteínas de origem animal baixos, equiparáveis aos países do primeiro sub-grupo mencionado, os países da África e Índia fazem parte deste segundo sub-grupo (apresentam níveis calóricos intermediários).

O grupo (2), por sua vez, reúne três diferentes sub-grupos. O primeiro deles é composto pelos Estados Unidos e pelos países da União Européia, que apresentam além de uma elevada disponibilidade calórica, também elevada quantidade de proteínas de origem animal disponível. O segundo sub-grupo reúne países como Argentina, Brasil, México e China e também apresenta uma disponibilidade calórica

---

<sup>27</sup> O dendrograma que resultou desta análise encontra-se em anexo (Dendrograma 1), observando-se, também, que estes dois grandes grupos podem ainda ser subdivididos em 5 subgrupos.



**Figura 1 – Disponibilidade de Alimentos (1999, 2000 e 2001): Calorias e gramas de proteínas de origem animal por habitante por dia.**

mais elevada. Saliente-se, inclusive, que a Argentina possui níveis de quantidades de proteínas de origem animal mais equiparáveis aos níveis dos países da União Européia e dos Estados Unidos. O último sub-grupo é formado por Uruguai, Costa Rica, Equador, Trinidad & Tobago, Jamaica, Japão, Chile e a média mundial. Estes indivíduos possuem quantidades que variam desde níveis intermediários até níveis mais elevados, tanto de calorias quanto de proteínas de origem animal disponíveis. A análise transversal realizada a seguir poderá localizar melhor estes países que se localizam numa faixa de transição do gráfico.

Para tornar mais claro o entendimento da Figura 1, dividiu-se o eixo da disponibilidade calórica em três categorias: disponibilidade fraca (inferior a 2400 Calorias / dia / hab); disponibilidade intermediária (entre 2400 e 2800 Calorias) e disponibilidade elevada (superior a 2800 Calorias)<sup>28</sup>. Ainda, em cada uma destas categorias, pode-se observar o comportamento dos países de acordo com as disponibilidades relativas de proteínas de origem animal, como mostra a Tabela 1:

**Tabela 1. Categorias de disponibilidades de energia e de proteínas de origem animal (médias de 1999, 2000 e 2001).**

<b>ENERGIA</b>	<b>PROTEÍNA DE ORIGEM ANIMAL</b>	<b>PAÍSES</b>
Elevado Superior a 2800 Cal	Relativamente elevado (> 50g)	Argentina, Uruguai, EUA e União Européia.
	Relativamente baixo (< 50g)	Brasil, Chile, México, China e média mundial.
Intermediário 2400 a 2800 Cal	Relativamente elevado (> 30g)	Paraguai, Costa Rica, Jamaica e Japão.
	Relativamente baixo (< 30g)	Colômbia, Cuba, El Salvador, Equador, Peru, Trinidad & Tobago, Índia e África.
Fraco Inferior a 2400 Cal	Relativamente elevado (> 15g)	Bolívia, Honduras, Venezuela, Panamá e República Dominicana.
	Relativamente baixo (< 15g)	Haiti, Guatemala e Nicarágua.

Fonte: Dados da Pesquisa

Como pode ser observado na Tabela 1, a média dos quinze países da União Européia e os Estados Unidos da América apresentam uma disponibilidade elevada em termos de energia e de proteínas de origem animal, além de Argentina e Uruguai que também se incluem nesta categoria. Isto mostra que todas essas observações (indivíduos) têm disponibilidades de produtos provenientes da pecuária (carnes,

<sup>28</sup> Sobre este assunto ver importante pesquisa realizada por MALASSIS (1979).

leite, ovos e seus derivados), em um nível bastante superior ao dos outros indivíduos que compõem esta análise. Brasil, Chile e México também apresentam uma elevada disponibilidade em termos de energia; entretanto, a disponibilidade relativa de proteína de origem animal é baixa para estes países, assim como para a China e para a média mundial.

Colômbia, Cuba, El Salvador, Equador, Peru e Trinidad & Tobago apresentam disponibilidades intermediárias em termos calóricos, mas as suas respectivas disponibilidades de proteínas de origem animal são relativamente baixas. Apesar de apresentarem níveis mais baixos ainda, tanto em termos de energia quanto de proteínas de origem animal, também se incluem nesta categoria a Índia e países da África. Por outro lado, Paraguai, Costa Rica e Jamaica, apesar de apresentarem disponibilidades intermediárias em termos de energia, têm disponibilidades relativamente elevadas de proteínas de origem animal, assim como é o caso do Japão, o qual também se inclui nesta categoria.

Bolívia, Honduras, Panamá, República Dominicana, Venezuela, Haiti, Guatemala e Nicarágua possuem disponibilidades fracas em termos de energia. Deve-se notar, além disto, que o consumo de proteína de origem animal relativamente baixo agrava ainda mais a situação nutricional dos três últimos países mencionados.

Também é interessante notar, na Figura 1, que a disposição dos países no gráfico apresenta uma tendência relacionada ao nível de desenvolvimento dos respectivos países. A título de ilustração, a Tabela 3 apresenta os valores de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de 2000, dos países que compõem esta análise, para proporcionar uma idéia comparativa.

Vale lembrar que o IDH, além de computar o PIB “per capita” – depois de corrigí-lo pelo poder de compra da moeda de cada país -, também considera duas outras dimensões de destacada importância: longevidade e educação. Para se aferir a longevidade das pessoas, ou seja, se elas têm uma vida longa e saudável, utiliza-se a estatística da expectativa de vida ao nascer. Por outro lado, para mensurar o acesso ao conhecimento, duas taxas são utilizadas: alfabetização e matrículas combinadas nos três níveis de ensino (UNDP, 2002).

De maneira geral, pode-se observar que quanto maior o valor do IDH apresentado por determinado país, mais elevado é o posicionamento da respectiva disponibilidade alimentar, ou seja, dispõe-se, em geral, de utilizações mais altas de calorias e proteínas de origem animal. Isto pode ser verificado também na tabela 2 que apresenta as correlações entre as três variáveis estudadas que são: calorias (CAL), proteínas de origem animal (POA) e índice de desenvolvimento humano (IDH). Observe-se que a variável

IDH possui correlações significativas com ambas as variáveis: calorias (0,71) e proteínas de origem animal (0,83), sendo que com esta última apresenta correlação mais forte (Tabela 2).

**Tabela 2. Análise de correlação entre as variáveis Calorias (CAL), Proteínas de origem animal (POA) e Índice de desenvolvimento humano (IDH) nos indivíduos estudados.**

Análise de Correlação de Pearson				
		CAL	POA	IDH
CAL	Pearson Correlation	1	**0,830581	**0,713702
	Sig. (2-tailed)	,	2,47E-08	1,38E-05
	N	29	29	29
POA	Pearson Correlation	**0,830581	1	**0,832515
	Sig. (2-tailed)	2,47E-08	,	2,14E-08
	N	29	29	29
IDH	Pearson Correlation	**0,713702	**0,832515	1
	Sig. (2-tailed)	1,38E-05	2,14E-08	,
	N	29	29	29
**Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).				

Deve-se ressaltar que, de acordo com as categorias de IDH do Relatório do Desenvolvimento Humano (UNDP, 2002), apenas o Haiti participa da categoria IDH baixo, junto a países da África (0,275 – 0,499); Guatemala, Nicarágua e Honduras, assim como a Índia, apesar de apresentarem níveis mais baixos de IDH (relativamente aos que estão posicionados anteriormente na tabela), também participam da categoria IDH médio (0,500 – 0,799), junto aos demais países da América Latina, exceto Argentina, Chile, Uruguai, Costa Rica e Trinidad & Tobago; Estes últimos países latino-americanos mencionados participam da categoria IDH elevado, junto aos países da União Européia, Estados Unidos e Japão (0,800 – 0,942). (UNDP, 2002).

Percebe-se, nesta análise comparativa, um crescente grau de complexidade e de multiplicidade das associações que podem ser realizadas em relação à disponibilidade alimentar dos países. Fica evidente, entretanto, que o poder de compra, a educação e a saúde se relacionam de forma expressiva com o nível de suficiência alimentar para atender às necessidades básicas dos países.

Em resumo, pode-se notar que os problemas com que se defrontam os latino-americanos são comuns e estão ligados aos do mundo todo. Nos dois grandes grupos formados, percebe-se que, de um lado, destacaram-se países que são exemplos de grandes economias em crescimento, e de outro, países menos engajados nos circuitos comerciais. Vale advertir, contudo, que esse grupo de países que apresentam níveis de disponibilidade alimentar superiores podem não necessariamente atender os

objetivos da Cúpula Mundial da Alimentação se os respectivos progressos forem conquistados com base na disparidade entre grupos sociais, étnicos e/ou regionais, com uns progredindo e outros ficando para trás.

**Tabela 3. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 2000.**

Ordem de países segundo IDH								
1	EUA	0,939	11	Panamá	0,787	21	MUNDO	0,722
2	Japão	0,933	12	Colômbia	0,772	22	El Salvador	0,706
3	União Européia	0,921	13	Venezuela	0,770	23	Bolívia	0,653
4	Argentina	0,844	14	Brasil	0,757	24	Honduras	0,638
5	Chile	0,831	15	Peru	0,747	25	Nicarágua	0,635
6	Uruguai	0,831	16	Jamaica	0,742	26	Guatemala	0,631
7	Costa Rica	0,820	17	Paraguai	0,740	27	Índia	0,577
8	Trin.& Tob.	0,805	18	Equador	0,732	28	Haiti	0,471
9	México	0,796	19	Rep.Dom.	0,727	29	África	0,471
10	Cuba	0,795	20	China	0,726			

Fonte: "United Nations Development Programme (UNDP, 2002)".

Nesse sentido, não se pode deixar de destacar, também, o posicionamento singular do Japão na análise. Embora seja um país com elevado índice de desenvolvimento humano, apresentou níveis médios de disponibilidade de calorias e de proteínas de origem animal, mais saudavelmente equilibrados. Sabe-se que as características geográficas influenciam bastante os hábitos alimentares de uma população. E no caso do Japão, isso não é diferente: em virtude da grande extensão do litoral e da presença de correntes marítimas frias e quentes, o Japão é uma das maiores nações pesqueiras do mundo. Além da pesca, destaca-se também, o grande consumo de algas marinhas. Apesar de sua reduzida área para a agricultura (menos de 15% do território), os japoneses aproveitam intensamente o espaço, aplicando técnicas modernas para o cultivo de cereais, hortaliças e frutas. No caso da pecuária bovina, por outro lado, a falta

de espaço para as pastagens limitou a atividade, fazendo com que ela tenha sido desenvolvida em menor escala e substituída pela piscicultura.

## **5.2 Análises específicas para a América Latina**

Com o objetivo de elucidar possíveis insuficiências quanto ao entendimento destes assuntos que envolvem a segurança alimentar e, portanto, a fim de possibilitar uma compreensão mais adequada em relação às disponibilidades alimentares dos países da América Latina, a partir deste ponto as análises gerais serão aprofundadas, a fim de evidenciarem a capacidade de resposta de duas análises mais específicas: análises acerca da disponibilidade de calorias e análise da produção de gêneros alimentícios.

Para execução destas análises, levou-se em consideração um conjunto de dezesseis produtos alimentares selecionados, por constituírem importantes fontes de calorias e proteínas para uma alimentação básica de amplas camadas da população, conforme exposto no quarto capítulo, sobre a metodologia desta pesquisa.

Açúcar, arroz, batata, carne bovina, carne de frango, carne suína, feijão, frutas, hortícolas, leite, mandioca, milho, óleos vegetais, ovos, pescados e trigo formam este conjunto de produtos e representam, em média, 88,5% da disponibilidade calórica na América Latina, como pode ser observado na Tabela 4.

Deve-se esclarecer que as análises mais específicas serão realizadas considerando apenas os países da América Latina, a fim de se obter mais homogeneidade entre as observações.

Nesse sentido, saliente-se que a representatividade do referido conjunto de produtos está abaixo de 80% das calorias disponíveis somente para os países da África (73,55%) e para os Estados Unidos da América (79,75%), como também pode ser verificado na Tabela 4. No caso da África, os cereais, cevada, painço e sorgo são, em conjunto, responsáveis por 11,62% das disponibilidades calóricas.

Nos EUA, o que chama a atenção é a porcentagem que “outros tipos de adoçantes” apresentam em termos de disponibilidades calóricas para o país: 8,73%. Esses produtos tais como glucose e dextrose, isoglucose, lactose, xaropes diversos e outros tipos de açúcar aromatizados e/ou utilizados no processamento da indústria estão disponíveis para a população americana em termos de 658 calorias/habitante/ dia. Esta quantidade é idêntica à da disponibilidade de açúcar comum para a população americana. Saliente-se que o mel não faz parte de “outros tipos de adoçantes”, com uma disponibilidade de apenas 5 calorias/habitante/ dia.

**Tabela 4. Porcentagem da disponibilidade total de Calorias / habitante / dia do conjunto de produtos (açúcar, arroz, batata, carne bovina, carne de frango, carne suína, feijão, frutas, hortícolas, leite, mandioca, milho, óleos vegetais, ovos, pescados e trigo), no consumo total de cada país, para o período 1999, 2000 e 2001.**

<b>Países</b>		
América latina	Porcentagem (%)	Cal. / dia / hab
Argentina	88,61	3178,00
Bolívia	89,41	2237,00
Brasil	91,64	3002,00
Chile	92,81	2851,00
Colômbia	86,04	2572,00
Costa Rica	89,45	2758,00
Cuba	89,11	2607,00
El Salvador	85,20	2460,00
Equador	92,80	2735,00
Guatemala	92,83	2161,00
Haiti	82,36	2041,00
Honduras	93,12	2398,00
Jamaica	82,68	2690,00
México	91,12	3152,00
Nicarágua	90,12	2247,00
Panamá	82,87	2254,00
Paraguai	87,03	2560,00
Peru	85,32	2602,00
Rep. Dom.	88,98	2323,00
T&T	86,59	2714,00
Uruguai	86,03	2841,00
Venezuela	90,09	2332,00
<b>Média América Latina</b>	<b>88,46</b>	<b>2577,95</b>
<b>Média Mundial</b>	<b>84,09</b>	<b>2803,00</b>
EUA	79,65	3769,00
União Européia	81,31	3510,00
África	73,55	2427,00
China	86,21	2974,00
Índia	81,74	2492,00
Japão	82,27	2753,00

Fonte: Food and Agricultural Organization of the United Nations (FAO, 2003).

### 5.2.1 Calorias

Na análise em componentes principais (ACP) dos países da América Latina foram consideradas dezesseis variáveis (produtos) e vinte e duas observações (países), conforme mencionado no capítulo de metodologia da pesquisa.

Desta forma, foram analisados os cinco primeiros fatores, representando 76,2% da variância total dos dados. Os resultados que se seguem podem ser observados na Tabela 5 que apresenta as correlações das variáveis com os eixos fatoriais.

O primeiro fator (F1) apresenta correlações elevadas e positivas com as variáveis de disponibilidade de calorias provenientes dos seguintes produtos: trigo, batata e hortícolas. Também apresenta correlações elevadas e negativas com as variáveis de disponibilidades de calorias provenientes de feijão. Este fator explica 19,6% da variação total da análise e opõe países cuja disponibilidade calórica está mais relacionada aos produtos, tais como hortícolas, batata e trigo, àqueles em que a disponibilidade calórica está mais relacionada ao feijão.

O segundo fator (F2) apresenta correlações elevadas e positivas com as variáveis de disponibilidade de calorias provenientes de arroz e frutas e apresenta correlação elevada e negativa com a variável de disponibilidade calórica proveniente de milho, explicando 16,1% da variância total dos dados. Este fator também apresenta correlação intermediária e positiva com a variável de calorias provenientes de óleos vegetais.

A Figura 2 ilustra a relação entre estes dois fatores analisados (F1 e F2).

O terceiro fator (F3) e o quarto fator (F4) explicam, respectivamente, 15,6 e 13,7% da variância total dos dados. F3 apresenta correlações elevadas e positivas com as variáveis que caracterizam a disponibilidade calórica de carne de frango, açúcar e pescados e F4 apresenta correlações elevadas e positivas com a variável de disponibilidade de calorias provenientes da carne bovina e do leite. F3 também apresenta correlação intermediária e positiva com a variável de calorias provenientes de óleos vegetais. Na figura 3 (F3 e F4), pode-se apreciar a importância dos diferentes tipos de produtos na disponibilidade calórica dos países.

O quinto fator (F5) explica 11,2 % da variância total dos dados e apresenta correlações elevadas e positivas com as variáveis de calorias provenientes da mandioca e de carne suína. A fim de se obter uma idéia comparativa também destas variáveis, a relação entre F5 e F4 pode ser apreciada na Figura 4.

**Tabela 5. Coeficientes de correlações, proporção de variância e proporção acumulada - Calorias**

	Eixos Fatoriais				
	F1	F2	F3	F4	F5
Contribuição à variação total (% explicada pelo fator)	19,6	16,1	15,6	13,7	11,2
Contribuição à variação total (acumulada)	26,3	45,7	56,7	67,3	76,2
Calorias provenientes do TRIGO	<b>0,6870</b>	-0,1780	0,4670	0,3850	-0,1640
Calorias provenientes do ARROZ	-0,1420	<b>0,8640</b>	-0,0122	-0,1140	-0,1330
Calorias provenientes do MILHO	-0,4610	<b>-0,7140</b>	-0,2580	-0,1410	0,0751
Calorias provenientes da MANDIOCA	-0,0100	0,1770	-0,3310	-0,1740	<b>0,8280</b>
Calorias provenientes da BATATA	<b>0,7410</b>	0,1520	-0,1560	0,0969	-0,0366
Calorias provenientes de AÇÚCAR	-0,1600	0,1530	<b>0,7720</b>	0,0440	-0,1330
Calorias provenientes do FEIJÃO	<b>-0,7660</b>	-0,2400	-0,0962	-0,0461	-0,0490
Calorias provenientes de ÓLEOS VEGETAIS	-0,2060	<i>0,5170</i>	<i>0,5250</i>	0,1840	0,3160
Calorias provenientes de HORTÍCOLAS	<b>0,7710</b>	-0,3410	0,3140	0,1450	0,2390
Calorias provenientes de FRUTAS	0,1400	<b>0,7000</b>	0,0622	-0,1140	0,0144
Calorias provenientes de CARNE BOVINA	0,4610	-0,1120	-0,0751	<b>0,7840</b>	0,1150
Calorias provenientes de CARNE SUÍNA	0,1670	-0,2500	0,1590	0,2120	<b>0,7970</b>
Calorias provenientes de CARNE DE FRANGO	0,2920	-0,0251	<b>0,7830</b>	0,1230	-0,0135
Calorias provenientes do LEITE	0,0924	0,0116	0,1270	<b>0,9440</b>	-0,0164
Calorias provenientes de OVOS	-0,2560	-0,4270	0,0338	0,4920	0,4860
Calorias provenientes de PESCADOS	0,4560	0,1300	<b>0,6570</b>	-0,2970	0,0296

Fonte: Dados da pesquisa Método de Extração: Análise em Componentes Principais. Método de Rotação: Varimax.

Em seguida, foi realizada a classificação automática hierárquica<sup>29</sup> com o objetivo de separar os países em grupos relativamente homogêneos. Para a análise foram consideradas as coordenadas dos indivíduos nos cinco primeiros eixos fatoriais da ACP, havendo a formação de seis grupos, os quais podem ser observados nas figuras 2, 3 e 4 a seguir.

A Tabela 6, também a seguir, apresenta os valores médios das variáveis dos grupos obtidos.

<sup>29</sup> O dendrograma que resultou desta análise encontra-se em anexo (Dendrograma 2).

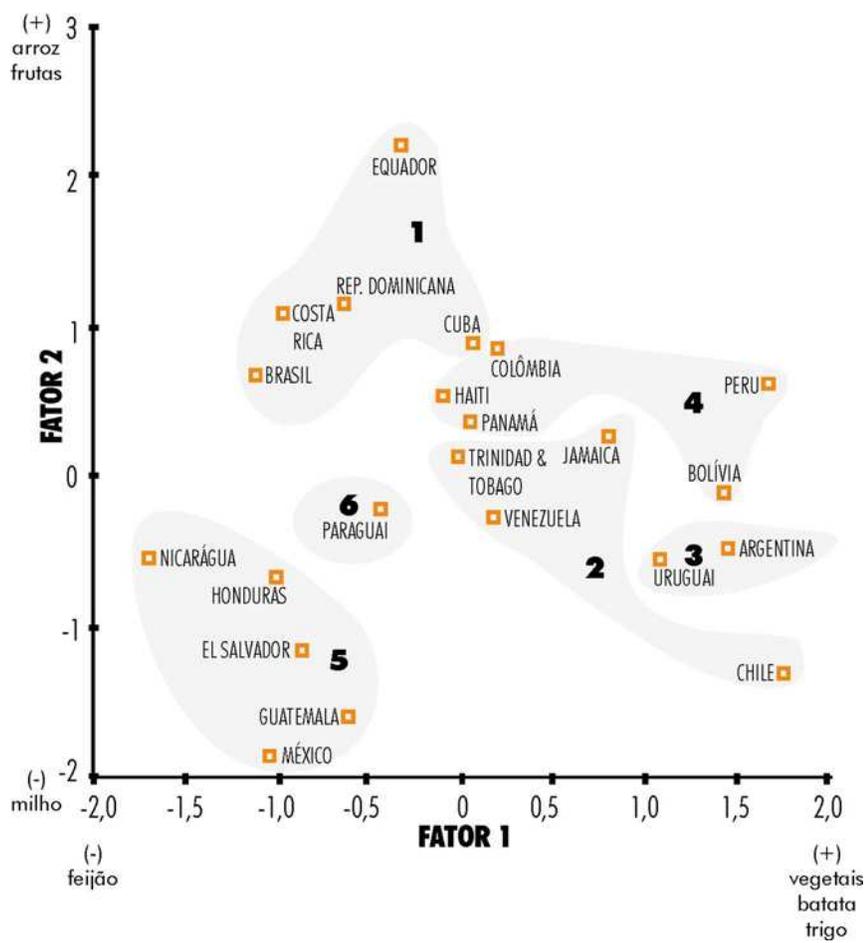


Figura 2 – Representação dos países da América Latina nos eixos fatoriais 1 e 2 (Calorias)

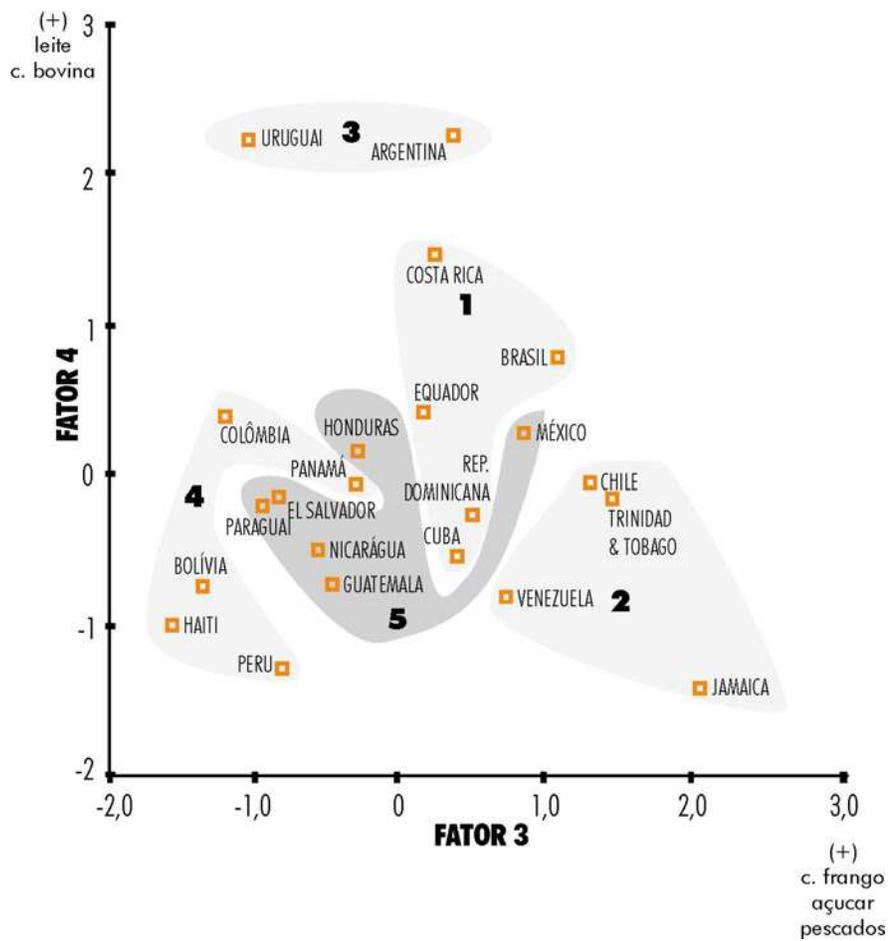


Figura 3 – Representação dos países da América Latina nos eixos fatoriais 3 e 4 (Calorias)

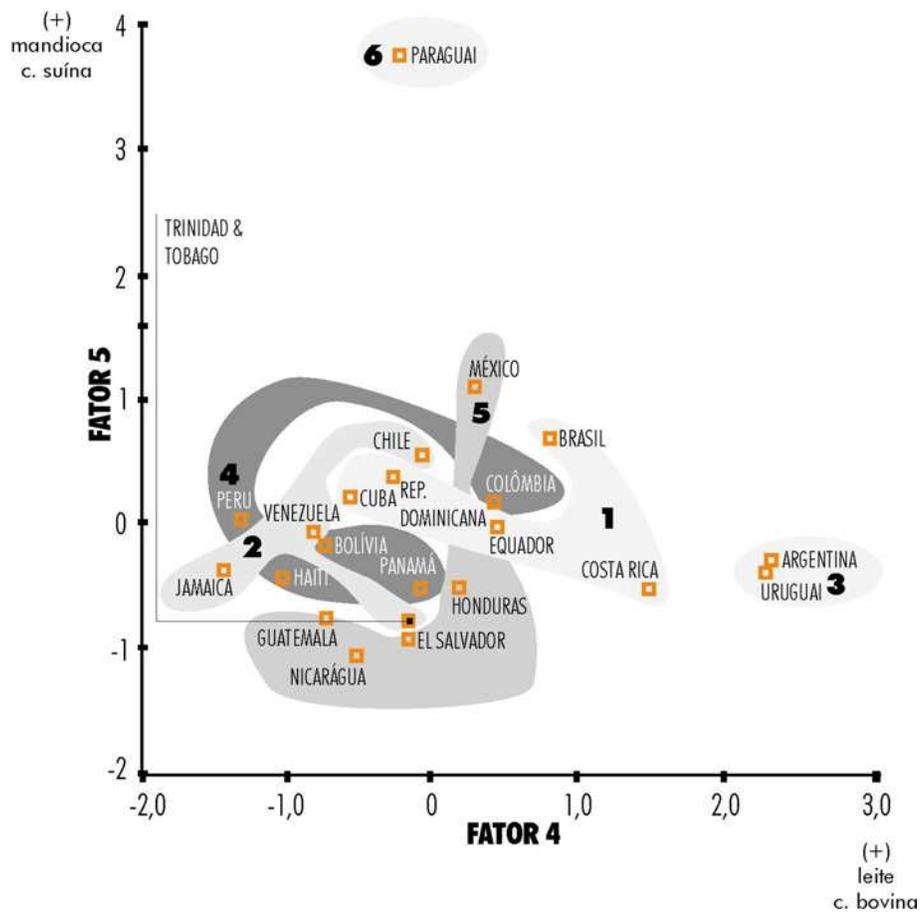


Figura 4 – Representação dos países da América Latina nos eixos fatoriais 4 e 5 (Calorias)

**Tabela 6. Valores médios das variáveis dos grupos da América Latina - Calorias**

Variáveis (Cal/dia/hab.)	Grupos América Latina						Média	Média
	1	2	3	4	5	6	AL	Mundial
Trigo	318,20	621,75	780,50	296,80	230,00	146,00	<b>382,7</b>	530,0
Arroz	466,00	176,25	89,50	344,60	121,00	105,00	<b>256,7</b>	570,0
Milho	90,00	153,50	128,50	244,00	790,80	452,00	<b>315,8</b>	152,0
Mandioca	39,40	11,00	3,00	66,00	5,80	313,00	<b>41,8</b>	44,0
Batata	39,60	45,75	86,50	85,20	14,40	2,00	<b>47,9</b>	59,0
Açúcar	483,60	461,75	308,00	282,40	378,40	233,00	<b>382,6</b>	199,0
Feijão	63,80	17,00	5,00	26,20	126,20	66,00	<b>55,7</b>	20,0
Óleos	339,40	299,00	232,50	195,20	200,20	340,00	<b>258,0</b>	256,0
Hortícolas	26,20	46,25	49,00	32,40	25,40	35,00	<b>33,5</b>	70,0
Frutas	168,20	114,50	93,50	144,80	84,80	74,00	<b>123,1</b>	78,0
Carne Bovina	70,00	58,50	359,50	63,20	32,00	113,00	<b>86,0</b>	40,0
Carne Suína	47,00	47,00	59,00	27,40	30,40	149,00	<b>44,5</b>	114,0
Carne de Frango	71,80	107,75	86,00	55,20	50,60	34,00	<b>69,3</b>	44,0
Leite	168,80	124,50	305,00	107,00	121,00	120,00	<b>146,0</b>	121,0
Ovos	22,00	14,75	29,50	13,20	28,20	37,00	<b>21,5</b>	32,0
Pescados	15,20	31,00	15,00	12,80	7,20	9,00	<b>15,4</b>	28,0
<b>Total</b>	<b>2429,20</b>	<b>2330,25</b>	<b>2630,00</b>	<b>1996,40</b>	<b>2246,40</b>	<b>2228,00</b>	<b>2280,41</b>	<b>2357,00</b>
<b>Origem vegetal</b>	<b>2034,40</b>	<b>1946,75</b>	<b>1776,00</b>	<b>1717,60</b>	<b>1977,00</b>	<b>1766,00</b>	<b>1897,73</b>	<b>1978,00</b>
<b>Origem animal</b>	<b>394,80</b>	<b>383,50</b>	<b>854,00</b>	<b>278,80</b>	<b>269,40</b>	<b>462,00</b>	<b>382,68</b>	<b>379,00</b>

Fonte: Dados da Pesquisa

O grupo 1 é constituído por cinco países: Brasil, Costa Rica, Cuba, Equador e República Dominicana. Apresenta valores superiores aos demais grupos de países da América Latina para as variáveis que representam a disponibilidade calórica de arroz, feijão, óleos vegetais, frutas e açúcar. Nestes países, a média de disponibilidade de arroz é de 466,00 Calorias por dia por habitante, enquanto a média geral é de 256,70 Calorias, o que mostra a importância deste cereal na alimentação da população dos países deste grupo, como pode ser observado na Tabela 6<sup>30</sup>. O milho, por outro lado, representa para estes países os mais baixos valores de disponibilidade calórica, dentre os países do estudo. A elevada disponibilidade calórica proveniente de óleos vegetais de 339,40 Calorias é acompanhada pela quantidade de frutas disponíveis, em média, de 168,2 Calorias, para uma média latino-americana de 123,1 Calorias e

<sup>30</sup> Uma alternativa para visualização destes dados (índices em relação à média latino-americana) pode ser encontrada na Tabela 13, em anexo.

uma média mundial de 78 Cal. Carne bovina, carne suína, carne de frango, leite e ovos, ou seja, fontes de proteínas de origem animal, possuem valores relativamente próximos aos valores médios para essas variáveis na América Latina. Entretanto, tendo em vista a localização geográfica, seria de se esperar que estes países possuíssem uma disponibilidade calórica proveniente de pescados bastante superior, tornando estes produtos uma importante fonte alternativa de proteína de origem animal. O respectivo valor de 15,20 Calorias por dia por habitante é até inferior ao valor médio latino-americano e bastante inferior ao valor médio mundial. A título de comparação, em termos de médias de calorias provenientes dos pescados, os EUA possuem o dobro do valor, 30 Calorias, a China possui 35, a União Européia 44 e o Japão 166 Calorias por dia por habitante. Outro ponto importante para a observação se refere à elevada disponibilidade de calorias provenientes do açúcar para os países do grupo 1. O valor de 483,60 Kcal não somente é superior ao valor das médias latino-americana e mundial, respectivamente de 382,60 e 199,00, como também é superior aos valores disponíveis para os Estados Unidos e para União Européia, com respectivamente 329,00 e 350,00 Kcal por dia por habitante.

O grupo 2 é composto por quatro países: Chile, Jamaica, Trinidad & Tobago e Venezuela. Este grupo apresenta valores médios superiores à média geral dos grupos da América Latina para trigo, óleos vegetais, hortícolas, carne de frango, pescados e açúcar. Nota-se, diferentemente do observado no grupo 1, que incluem-se neste destaque duas importantes fontes de proteínas de origem animal. No caso dos pescados, estes países dispõem, em média, de 31,00 Calorias, valor este superior ao dobro da média latino-americana, conforme mencionado anteriormente (Tabela 6). No caso de carne de frango, estes países dispõem, em média, de 107,75 Calorias para uma média geral disponível para a América Latina de 69,3 Calorias. Em relação aos cereais, os países deste grupo dispõem, em média, de 621,75 Calorias provenientes do trigo. O milho apresenta uma disponibilidade maior do que a verificada para o grupo anterior, mas os valores são também inferiores à média geral da América Latina. Arroz e feijão<sup>31</sup> não estão disponíveis para este grupo na mesma magnitude encontrada para os países que formam o grupo 1; os valores de disponibilidade calórica de óleos vegetais, de 299,00 Calorias, estão acima da média latino-americana, de 258,00 Calorias. A disponibilidade calórica proveniente de frutas para os países deste grupo é inferior à observada para os países do grupo 1. Por outro lado, a disponibilidade de hortícolas do grupo 2 é quase o dobro da disponibilidade do grupo anterior. Em relação ao açúcar, assim como no grupo 1, a disponibilidade calórica para os países deste grupo chama a atenção por apresentar o valor, em média, de 461,75 Calorias.

---

<sup>31</sup> Saliente-se que o feijão é uma leguminosa e não um cereal.

O grupo 3 é constituído por dois países: Argentina e Uruguai. É o grupo que apresenta os maiores valores médios de disponibilidade calórica de trigo, batata, hortícolas, carne bovina e leite da América Latina e, por outro lado, é o grupo que apresenta os menores valores médios de disponibilidade calórica proveniente de arroz, feijão e de mandioca. Saliente-se que dentre os destaques para estes países, encontram-se várias fontes de proteínas de origem animal disponíveis, tais como: carne bovina com 359,50 Calorias, leite com 305,00 Calorias, carne suína com 59 Calorias e ovos com 29,50 Calorias, de acordo com a Tabela 6. A disponibilidade calórica do conjunto de produtos de origem animal para este grupo é superior ao dobro da mesma disponibilidade média para a América Latina. Especificamente, a disponibilidade calórica de carne bovina para este grupo é quatro vezes maior que a quantidade média latino-americana. A disponibilidade calórica proveniente do trigo, de 780,50 Calorias, também deve ser destacada, pois é duas vezes superior à disponibilidade latina, de 382,70 Calorias. Neste grupo, batata e hortícolas apresentam valores médios de 86,50 Calorias e 49,00 Calorias respectivamente, para uma média geral de 47,90 Calorias e 33,5 Calorias dos países da América Latina.

O grupo 4 é formado por cinco países: Bolívia, Colômbia, Haiti, Panamá e Peru. É o grupo que não apresenta nenhum valor médio de disponibilidade calórica em destaque positivo na América Latina. Por outro lado, é o grupo que apresenta as menores disponibilidades calóricas em termos de óleos vegetais, carne suína, leite e ovos, como pode ser observado na Tabela 6. A disponibilidade de cereais, neste grupo, é, em conjunto, a mais baixa dentre os demais grupos, porém é também a mais equitativa em relação aos diversos tipos existentes. Os países dispõem de 344,60 Calorias de arroz, 296,80 Calorias de trigo e 244,00 Calorias de milho, para respectivas médias latino-americanas de: 256,70; 382,70; e 315,80. Em linhas gerais, este é o grupo que apresenta os valores de disponibilidade calórica mais próximos aos valores médios da América Latina. As frutas, por exemplo, representam grande destaque na disponibilidade calórica deste grupo, com o valor médio de 144,80 Calorias, para uma média latino-americana de 123,10 Calorias. Em termos de proteínas de origem animal, apesar de apresentarem baixos valores médios disponíveis, dentre os diferentes tipos de produtos existentes, a carne de frango e os pescados fazem a diferença para estes países. Vale a pena ressaltar que o Peru possui uma disponibilidade calórica proveniente de pescados de 30 Calorias/ dia/ habitante, diferentemente dos demais componentes deste grupo que possuem, em média, 12,80 Calorias de pescados disponíveis.

O grupo 5 é composto por El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e México. Este grupo apresenta valores superiores à média geral dos grupos da América Latina para as variáveis que representam a disponibilidade calórica do milho e do feijão. Por outro lado, para as variáveis que

representam a disponibilidade de hortícolas, carne bovina e pescados, este grupo possui os menores valores médios disponíveis da América Latina. O milho parece ser a base da alimentação destas populações, apresentando o valor médio de 790,80 Calorias por dia por habitante. A média latino-americana deste produto é de 315,8 Calorias. A disponibilidade de feijão é de 126,20 Calorias para este grupo. Estes países dispõem de poucas calorias provenientes de hortícolas e frutas, respectivamente, 25,40 e 84,80 Calorias. Por outro lado, também apresentam uma das menores disponibilidades em termos de óleos vegetais: 200,20 Calorias. Dentre as fontes de proteínas de origem animal disponíveis o maior destaque é o leite, com 121 Calorias. Vale ressaltar, contudo, que quando se considera a disponibilidade calórica do conjunto de produtos de origem animal desta análise, este grupo apresenta o menor valor dentre os valores dos demais grupos de países da América Latina.

O grupo 6 é constituído apenas pelo Paraguai. Este país apresenta os maiores valores médios de disponibilidade calórica proveniente da mandioca, de óleos vegetais, de ovos e de carne suína e os menores valores disponíveis para batata e frutas. Assim como o grupo 5, também apresenta grande destaque na disponibilidade de milho e feijão. A disponibilidade de milho é de 452 Calorias e a de feijão de 66 Calorias. Este país dispõe de 313 Calorias provenientes de mandioca, o que explica a disponibilidade de apenas 2 Calorias provenientes de batata (neste caso, trata-se de evidente exemplo de substituição de produto). Apesar do elevado valor médio de 340 Calorias de óleos vegetais disponíveis, o Paraguai apresenta baixos valores para frutas e hortícolas, respectivamente 74,00 e 35,00 Calorias disponíveis. Em relação as proteínas de origem animal, os destaques para este grupo são as disponibilidades calóricas de carne suína e de ovos, respectivamente, de 149,00 e de 37,00 Calorias por dia por habitante.

### 5.2.1 Produção

Na análise em componentes principais (ACP) dos países da América Latina foram consideradas dezesseis variáveis (produtos) e vinte e duas observações (países), com a finalidade de se estudar os aspectos referentes à produção agropecuária.

Desta forma, foram analisados os cinco primeiros fatores, representando 74,4% da variância total dos dados. Os resultados que se seguem podem ser observados na Tabela 7 que apresenta as correlações das variáveis com os eixos fatoriais.

O primeiro fator (F1) apresenta correlações elevadas e positivas com as variáveis que representam a produção dos seguintes produtos: milho, óleos vegetais e trigo. Este fator explica 19,6% da variação total da análise e distribui os países ao longo do eixo referente ao fator 1, de acordo com os respectivos níveis de produção para o conjunto destes produtos.

**Tabela 7. Coeficientes de correlações, proporção de variância e proporção acumulada – Produção/ hab.**

	Eixos Fatoriais				
	F1	F2	F3	F4	F5
Contribuição a variação total (% explicada pelo fator)	19,6	17,6	16,3	13,1	7,9
Contribuição a variação total (acumulada)	19,6	37,2	53,4	66,5	74,4
Produção de TRIGO	<b>0,8819</b>	0,2225	0,2531	0,0060	-0,0666
Produção de ARROZ	-0,1574	<b>0,9578</b>	0,0183	-0,0298	0,0011
Produção de MILHO	<b>0,9375</b>	0,0364	-0,0290	0,1872	-0,1579
Produção de MANDIOCA	0,0161	-0,0422	-0,2024	<b>0,8543</b>	-0,2060
Produção de BATATA	0,1508	0,1413	<b>0,7214</b>	-0,0798	-0,0459
Produção de AÇÚCAR	-0,0325	-0,3405	-0,2818	-0,0024	0,5642
Produção de FEIJÃO	0,3130	-0,2037	-0,4961	0,0544	-0,2216
Produção de ÓLEOS VEGETAIS	<b>0,9046</b>	0,1272	0,0670	0,0586	0,1355
Produção de HORTÍCOLAS	0,2136	-0,1201	<b>0,7728</b>	0,3103	0,2264
Produção de FRUTAS	-0,0341	0,2131	0,1786	0,0293	<b>0,8044</b>
Produção de CARNE BOVINA	0,3790	<b>0,8611</b>	0,0001	0,2178	-0,1077
Produção de CARNE SUÍNA	0,0245	0,0585	0,2035	<b>0,9134</b>	0,1246
Produção de CARNE DE FRANGO	0,2556	0,0479	0,4727	-0,1134	0,0065
Produção de LEITE	0,3624	<b>0,8740</b>	0,1269	0,0635	0,1739
Produção de OVOS	0,3180	0,2830	0,0152	0,5551	0,1544
Produção de PESCADOS	-0,1330	-0,0597	<b>0,8590</b>	0,0824	-0,1578

Fonte: Dados da pesquisa Método de Extração: Análise em Componentes Principais. Método de Rotação: Varimax.

O segundo fator (F2) apresenta correlações elevadas e positivas com as variáveis de produção de arroz, leite e carne bovina, explicando 17,6% da variância total dos dados.

O terceiro fator (F3), que explica 16,3% da variância total dos dados, apresenta correlações elevadas e positivas com as variáveis que caracterizam a produção de pescados, hortícolas e batata. Desta forma, F3 distribui os países de acordo com as respectivas importâncias dadas a estas produções.

O quarto fator explica 13,1% da variância total dos dados e apresenta correlações elevadas e positivas com as variáveis de produção de carne suína e mandioca.

Finalmente, o quinto fator apresenta correlação elevada com a variável de produção de frutas, correspondendo a 7,9% da variância total dos dados.

Nas próximas quatro figuras pode-se apreciar as relações mais ilustrativas dentre os cinco fatores, de tal forma que a Figura 5 mostra a relação entre os fatores 1 e 2 (F1 e F2), a Figura 6 mostra a relação entre os fatores 2 e 3 (F2 e F3), a Figura 7 mostra a relação entre os fatores 4 e 5 (F4 e F5) e a Figura 8 mostra a relação entre os fatores 1 e 5 (F1 e F5).

Considerando as coordenadas dos indivíduos nestes cinco primeiros eixos fatoriais da análise em componentes principais, foi realizada a classificação automática hierárquica<sup>32</sup>, com o objetivo de separar os países em grupos relativamente homogêneos. Desta forma, formaram-se oito grupos, os quais também podem ser observados nas figuras de 5 a 8, apresentadas a seguir.

O grupo 1 é constituído por sete países: Bolívia, Colômbia, Guatemala, Jamaica, Panamá, República Dominicana e Venezuela. Estes países não apresentam elevado destaque para a produção por habitante de nenhum dos produtos analisados. Batata, hortícolas e carne de frango, por outro lado, são produtos que apresentam valores próximos aos valores de produção por habitante da média latino-americana (pouco superiores) e arroz, açúcar, frutas e ovos apresentam também valores se aproximando à média latina, porém inferiores (Tabela 8)<sup>33</sup>.

---

<sup>32</sup> O dendrograma que resultou desta análise encontra-se em anexo (Dendrograma 3).

<sup>33</sup> Uma alternativa para visualização destes dados (índices em relação à média latino-americana) pode ser encontrada na Tabela 14, em anexo.

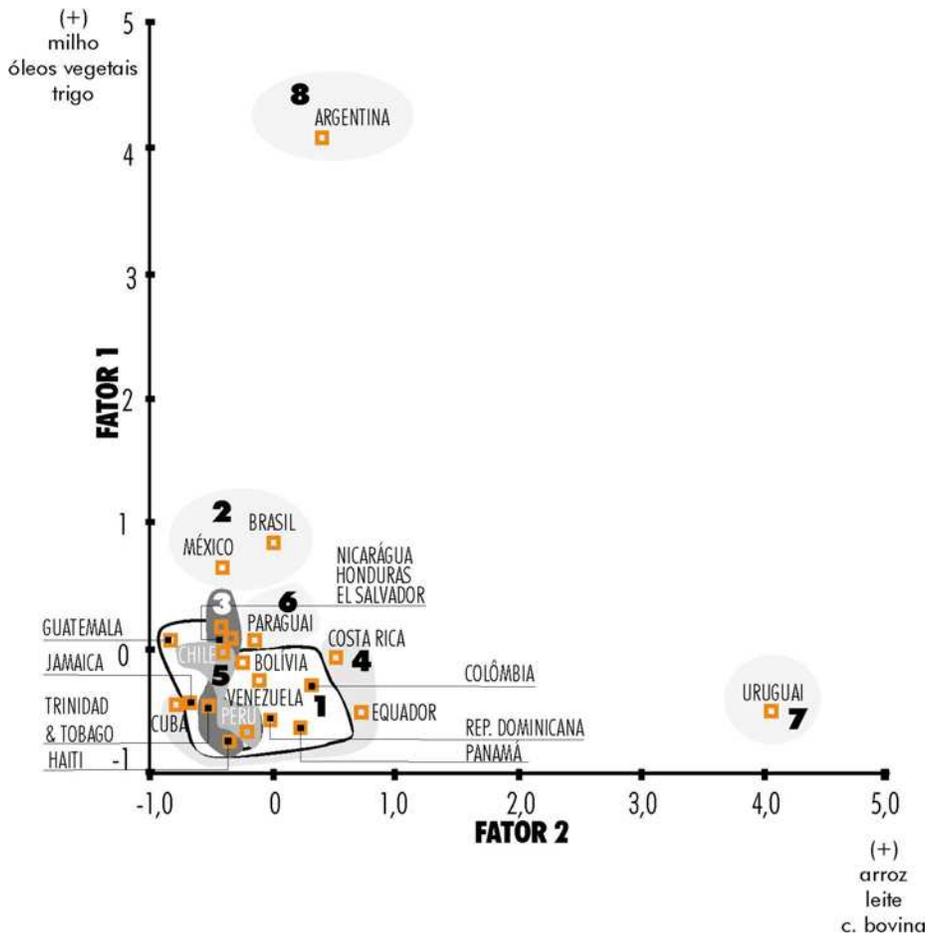


Figura 5 – Representação dos países da América Latina nos eixos fatoriais 1 e 2 ( Produção/ habitante)

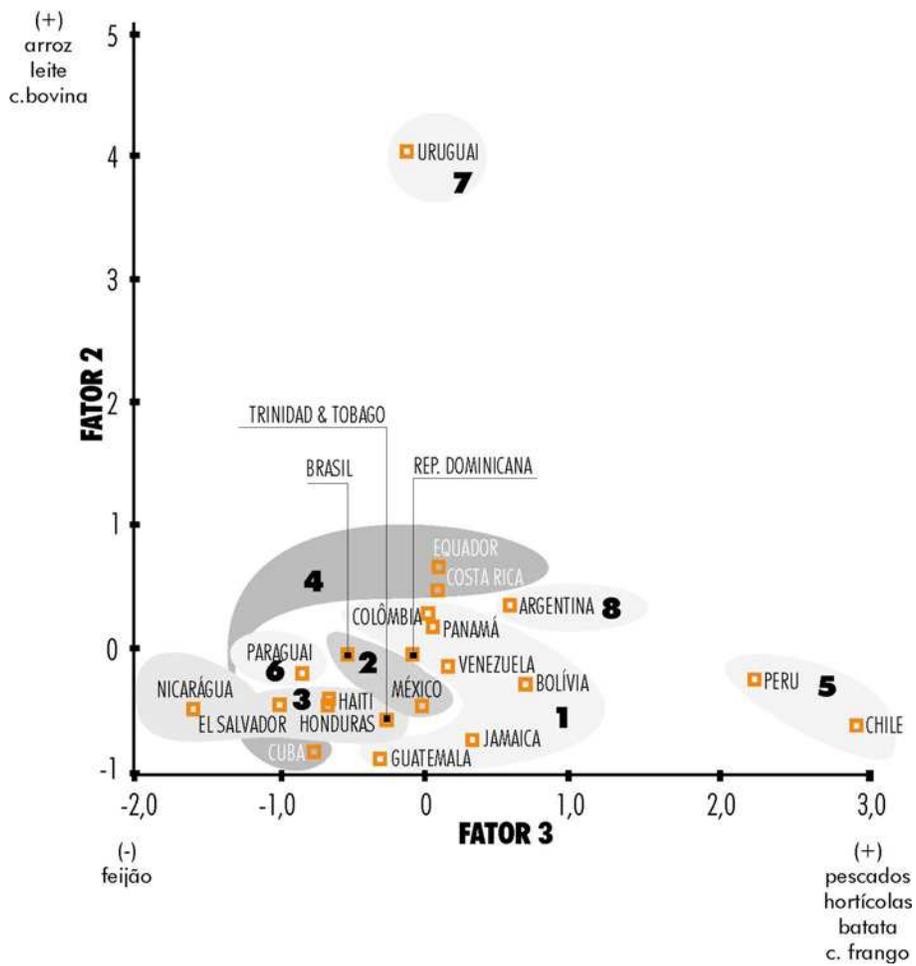


Figura 6 – Representação dos países da América Latina nos eixos fatoriais 2 e 3 ( Produção/ habitante)

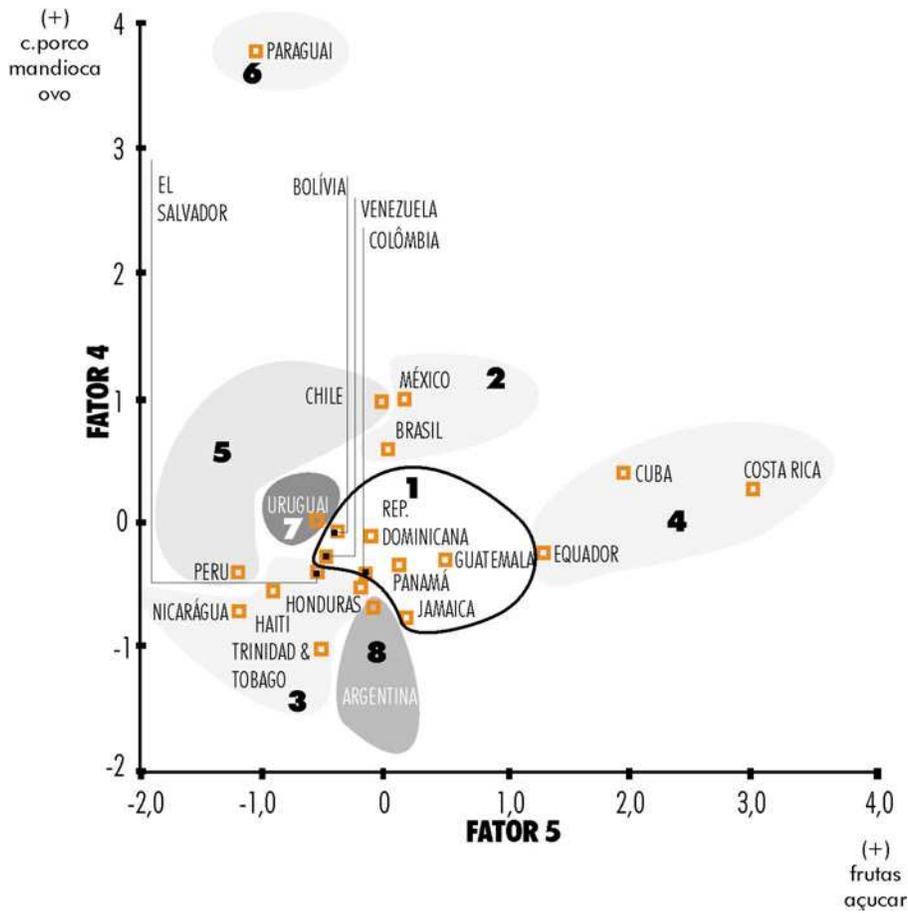


Figura 7 – Representação dos países da América Latina nos eixos fatoriais 4 e 5 (Produção/ habitante)

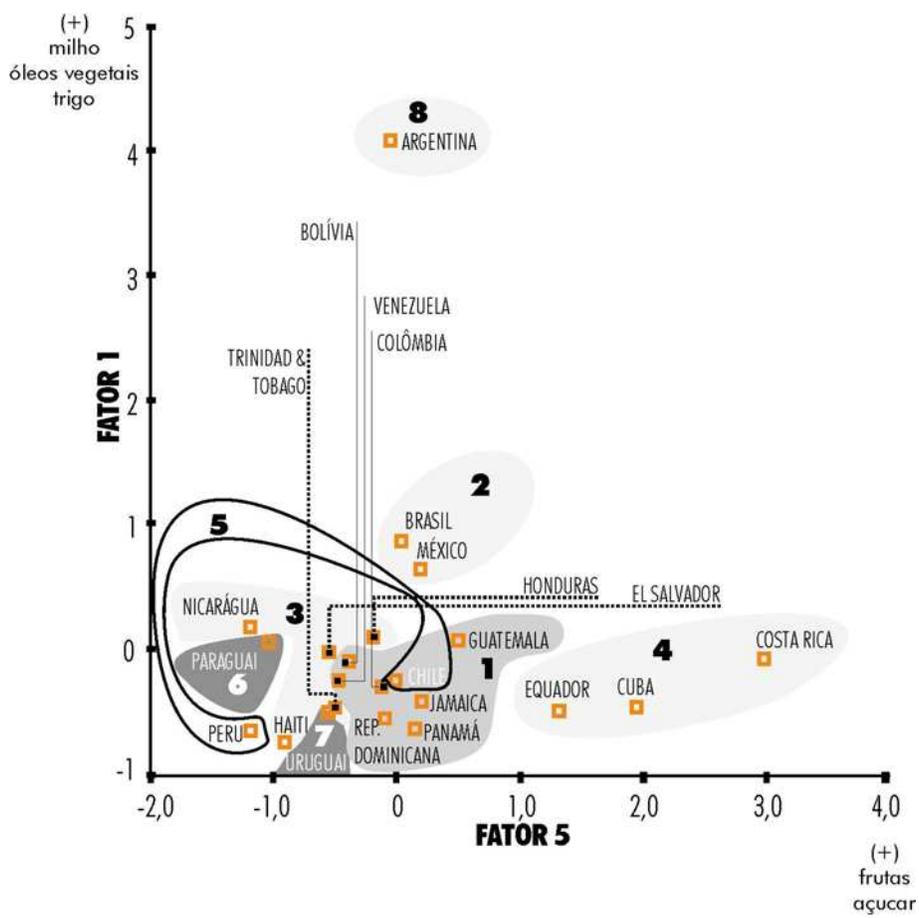


Figura 8 – Representação dos países da América Latina nos eixos fatoriais 1 e 5 ( Produção/ habitante)

Tabela 8. Valores médios das variáveis dos grupos da América Latina – Produção / habitante

Variáveis (Produção em Kg/ano/habitante)	Grupos América Latina								Média	Média
	1	2	3	4	5	6	7	8	AL	Mundial
Trigo	2,32	23,72	0,03	0,45	52,49	46,57	85,11	423,52	<b>32,97</b>	<b>97,36</b>
Arroz	26,23	22,62	10,35	46,58	27,97	13,64	237,64	20,55	<b>34,01</b>	<b>66,77</b>
Milho	40,82	196,44	55,87	23,24	46,02	146,27	56,94	410,91	<b>78,81</b>	<b>100,21</b>
Mandioca	22,09	65,33	11,35	30,96	16,95	605,28	0,00	4,54	<b>49,03</b>	<b>29,51</b>
Batata	30,88	16,05	2,57	33,40	93,57	0,18	38,96	68,80	<b>29,84</b>	<b>51,98</b>
Açúcar	65,28	82,81	54,67	160,63	28,22	26,38	2,40	41,23	<b>68,38</b>	<b>22,05</b>
Feijão	2,58	13,22	11,51	3,66	2,79	8,00	0,90	8,10	<b>6,16</b>	<b>2,75</b>
Óleos	8,35	18,86	6,13	22,58	2,57	37,84	5,09	144,33	<b>17,59</b>	<b>15,56</b>
Hortícolas	57,59	69,53	23,47	54,62	123,62	55,67	45,85	85,25	<b>57,15</b>	<b>122,03</b>
Frutas	168,49	171,38	82,32	564,44	195,26	91,15	156,73	193,75	<b>202,70</b>	<b>77,11</b>
Carne Bovina	13,47	26,37	5,93	13,64	9,98	44,57	122,57	71,02	<b>21,62</b>	<b>9,85</b>
Carne Suína	5,11	10,61	1,79	9,73	10,67	25,47	7,79	5,62	<b>7,06</b>	<b>14,95</b>
Carne de Frango	21,18	27,21	10,72	12,21	23,99	9,28	16,48	26,79	<b>17,89</b>	<b>11,29</b>
Leite	52,20	107,56	42,44	135,64	89,75	67,13	439,02	275,76	<b>98,23</b>	<b>96,14</b>
Ovos	5,93	13,55	4,46	7,11	6,77	11,28	11,09	8,53	<b>7,12</b>	<b>9,17</b>
Pescados	10,51	8,59	4,38	22,71	337,47	4,55	30,87	26,27	<b>41,70</b>	<b>20,62</b>

Nesse sentido, em linhas gerais, nota-se que este primeiro grupo produz quantidades expressivas de produtos vegetais para a alimentação da população. A produção por habitante de trigo (2,32Kg/ano) e de feijão (2,58Kg/ano) são baixas, porém a do conjunto de produtos tais como arroz (26,23Kg/ano), milho (40,82Kg/ano), mandioca (22,09Kg/ano) e batata (30,88Kg/ano) apresentam valores significativos. A produção por habitante de hortícolas e de frutas<sup>34</sup>, assim como a de açúcar, é notória para os países deste grupo; entretanto, em termos de produtos de origem animal, apesar da elevada produção de frango, os valores para este grupo em relação às demais fontes de proteínas de origem animal apresentam, de maneira geral, níveis inferiores quando comparados com os níveis de mesma produção nos demais grupos observados (Tabela 8). Em relação à produção de leite, por exemplo, pode-se dizer que a referida quantidade disponível para este grupo (quase 150 ml/dia/hab) não é suficiente para proporcionar dois copos de leite por dia por habitante, recomendação comum no Guia Alimentar da Pirâmide (PESSA apud DUTRA-DE-OLIVEIRA e MARCHINI, 1998).

<sup>34</sup> Saliente-se que a produção por habitante de frutas está abaixo da média latino-americana.

O grupo 2 é formado por Brasil e México. Estes países apresentam juntos os maiores valores de produção por habitante de feijão (13,22 Kg/ano), de carne de frango (27,21 Kg/ano) e de ovos (13,55 Kg/ano) (Tabela 8). Entretanto, brasileiros e mexicanos também produzem por habitante, em menor escala, quando comparados aos demais países desta análise, outras fontes de proteínas por dia, tais como o leite, em torno de 300 g/ dia, a carne bovina, aproximadamente 73 g/ dia por habitante, assim como 30g/ dia de carne suína e 24g/ dia de pescados.

Em relação à produção por habitante de produtos vegetais, pode-se dizer que o valor produzido neste grupo é bastante próximo aos valores médios de produção por habitante da América Latina (Tabela 8), exceções feitas para o caso do feijão, destaque anteriormente mencionado, e para o caso do milho, cuja produção por habitante apresenta elevado valor, inferior apenas à produção argentina.

Com maior ênfase no caso do México, o milho é um dos produtos mais importantes para a alimentação de grande parte da população. Apesar disso, com uma produção de 18,5 bilhões de quilogramas em valores absolutos para o período analisado, houve necessidade de se importar 25,7% da quantidade disponível internamente. Em relação ao trigo e ao arroz, importou-se, respectivamente, 53,6 e 67,4% das disponibilidades nacionais. Esta situação já havia sido detectada por CALDERON e RAMÍREZ (2001) que alertaram que “...no período de vigência do Tratado de Livre Comércio para América do Norte (NAFTA) importaram-se 76,5 bilhões de quilogramas de grãos...Os quase 3 milhões de produtores de milho, sorgo e trigo – 90% dos quais praticam o autoconsumo -, nos últimos quatro anos enfrentaram a queda de 50% em média no preço de seus produtos, enquanto os insumos utilizados registraram aumentos de até 63%. Só no caso do milho, o preço por tonelada caiu 45%. Com isto, a dependência alimentar do México em relação aos Estados Unidos cresceu, principalmente em relação aos grãos básicos”<sup>35</sup>(CALDERON e RAMÍREZ, 2001, p.3, 2001).

Brasil e México, por outro lado, produzem juntos, por habitante, quantidades de trigo correspondentes a 71,94% da média produzida por habitante na América Latina (66g de trigo por dia) e 66,50% da média de arroz por habitante latino-americano (63g de arroz por dia). Tendo em vista que estes produtos também são muito utilizados na alimentação da população, principalmente no caso do arroz, para os brasileiros, justificam-se medidas para ampliação da produção destes gêneros alimentícios nos próprios países, a fim de se evitar um alto grau de dependência de países produtores. A produção por habitante de óleos vegetais, frutas e hortícolas neste grupo apresenta valores bastante expressivos (Tabela 8).

---

<sup>35</sup> Ainda segundo estas autoras, as importações acima mencionadas incluem milho e soja geneticamente modificados que chegam ao país sem nenhuma regulamentação e sem informação aos consumidores e que no caso do milho estão ameaçando a existência de mais de 300 variedades “criollas” (CALDERON e RAMÍREZ, 2001).

O grupo 3 é formado pelos seguintes cinco países: El Salvador, Haiti, Honduras, Nicarágua e Trinidad & Tobago. É o grupo que apresenta os mais baixos valores de produção por habitante para nove dos dezesseis produtos analisados. Quando se observa a produção de origem animal, a situação se torna ainda mais crítica, pois este grupo produz, de maneira geral, os mais baixos valores, em relação aos demais grupos analisados. Apesar de apresentar-se como o menor valor de produção média dentre os demais grupos latino-americanos, a produção de frutas não é tão baixa (quando comparada com a média mundial). Milho e açúcar também apresentam alguma representatividade (Tabela 8). Em linhas gerais, em função dos aspectos mencionados, pode-se constatar que o desempenho no que se refere ao assunto analisado, para este grupo de países, é bastante insatisfatório.

Costa Rica, Cuba e Equador compõem o grupo 4. O grande destaque de produção destes países é representado pelas frutas, com 564,44 Kg/ ano/ habitante, enquanto a média de produção na América Latina é de 202,70 Kg/ ano/ habitante. Outro destaque observado para estes países é a produção de açúcar que apresenta o maior valor de produção por ano por habitante (160,63) dentre os demais grupos. Sabe-se que uma característica marcante em Cuba é representada pela atividade da cana-de-açúcar. Por outro lado, esse grupo apresenta o menor valor de produção média para o milho e quase não produz trigo. Os demais produtos apresentam valores de produção bastante próximos aos valores observados para a média latino-americana (Tabela 8).

O grupo 5 é formado por Chile e Peru. Estes países apresentam a maior quantidade produzida de pescados, com 337,47 Kg/ ano/ habitante, para uma média latino-americana de 41,70 Kg/ ano/ habitante. Estes países também possuem uma produção significativa de frutas, de 195,26 Kg/ ano/ habitante, mas o segundo destaque é a produção de hortícolas, com 123,62 Kg/ ano/ habitante, sendo este o maior valor dentre todos os grupos de países analisados. Saliente-se que a produção de batata para estes países apresenta também o maior valor apresentado dentre os demais grupos: 93,57Kg/ ano/ habitante. Por outro lado, a produção de óleos vegetais 2,57 Kg/ ano/ habitante apresenta o menor valor observado dentre os demais grupos da América Latina (Tabela 8). Portanto, no que se refere a este grupo, os resultados comparativos são bastante satisfatórios.

Os grupos 6, 7 e 8 referem-se aos países, Paraguai, Uruguai e Argentina, respectivamente. No grupo 6 que apresenta os dados de produção do Paraguai, a produção de mandioca sobressai em relação aos demais produtos. São 605,28 Kg/ ano/ habitante, valor este bastante superior ao médio latino-americano, de 49,03 Kg/ ano/ habitante. Além da mandioca, a produção de carne suína também apresenta significativo destaque dentre os demais grupos analisados, com 25,47 Kg/ ano/ habitante para uma média

de 7,06 Kg/ ano/ habitante na América Latina. As produções de óleos vegetais e de carne bovina também são notórias. Por outro lado, o Paraguai apresenta os menores valores de produção observados para batata, com 0,18 Kg/ ano/ habitante, e para carne de frango, com 9,28 Kg/ ano/ habitante. A produção de milho, neste país, com 146 Kg/ ano/ habitante representa quase o dobro da média latino-americana (de 78,81 Kg/ ano/ habitante), mas as produções de arroz, açúcar, frutas e pescados mostram-se bastante inferiores às respectivas médias para a América Latina (Tabela 8).

No grupo 7, o Uruguai possui o maior destaque para a produção por habitante de leite, com 439,02 Kg/ ano/ habitante que equivale a produção de mais de 1 litro por dia por habitante e de carne bovina com 122,57 Kg/ ano/ habitante para uma média latino-americana de 21,62 Kg/ ano/ habitante. Sua produção de arroz de 237,64 Kg/ ano/ habitante também é a mais elevada dentre os grupos de países analisados e a produção de trigo também apresenta relativo destaque. Por outro lado, este país quase não produz mandioca, açúcar e feijão, apresentando para estas produções os mais baixos valores observados. Nesse sentido, a produção de óleos vegetais também é bastante inexpressiva. Para os demais produtos, a produção uruguaia apresenta-se próxima aos valores médios latino-americanos. Portanto, constata-se que a alimentação dos habitantes do Uruguai se baseia fundamentalmente em produtos derivados da pecuária, ou seja, importantes fontes supridoras de proteínas.

No grupo 8, formado apenas pela Argentina, as produções anuais de trigo e milho revelam-se como grandes destaques. São 423,52 Kg/ ano/ habitante de trigo para uma média de 32,97 Kg/ ano/ habitante na América Latina. No caso do milho são 410,91 Kg/ ano/ habitante para uma média latina de 78,81 Kg/ ano/ habitante. A produção Argentina também dá ênfase aos óleos vegetais, apresentando um total de 144,33 Kg/ ano/ habitante para uma média latino-americana de 17,59Kg/ ano/ habitante. Além desses produtos, as produções de batata, hortícolas, frutas, carne bovina e leite também são expressivas. Mandioca é um produto de inexpressiva produção na Argentina e os demais produtos apresentam valores de produção aproximados da média latino-americana (Tabela 8). Portanto, a disponibilidade alimentar da população Argentina também se baseia muito em gêneros protéicos oriundos da produção animal, sendo também expressiva a produção de cereais.

### **5.3. Síntese dos Resultados e Discussões**

#### **5.3.1. Disponibilidade de Alimentos e Índice de Desenvolvimento Humano**

Na primeira análise realizada, ao estabelecer parâmetros com a África em seu conjunto, China, Estados Unidos, Japão, Índia e países que compõem a União Européia, fica evidente que os problemas com que se defrontam os latino-americanos são comuns e tão ligados aos do mundo todo, que se torna impossível tratá-los separadamente. Isto explica porque se ampliou o âmbito desta análise da disponibilidade de alimentos para focalizar a América Latina como parte de um sistema maior, único e interativo.

Com efeito, observamos grupos de países que dividem a América Latina em duas partes. De um lado, países que são exemplos de economias avançadas e, de outro, países menos engajados nos circuitos comerciais. Vale advertir, contudo, que o grupo de países que apresentam níveis de disponibilidade alimentar superiores pode não necessariamente atender aos objetivos da Cúpula Mundial da Alimentação se o respectivo progresso for conquistado com base na disparidade entre grupos sociais, étnicos e/ou regionais, uns progredindo e outros ficando para trás.

A associação destes resultados aos valores de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU, para cada país, mostra correlações significativas tanto com a disponibilidade de calorias, quanto com a disponibilidade de proteínas de origem animal, sendo que com esta última o IDH apresenta correlação mais forte (0,83). De maneira geral, em boa parte da América Latina, a disponibilidade diária de proteínas de origem animal não atinge os 30 gramas por habitante recomendados por organismos internacionais (DHHS,1988; RDA, 1989; NRC, 1989 e BOBBIO, 1992) sendo que países como Guatemala, Haiti e Nicarágua não atingem nem a metade deste patamar. As exceções são Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Jamaica, México, Paraguai e Uruguai, mas não em peso suficiente para atenuar o índice médio de 11% de subnutrição na população latino-americana, apenas um pouco abaixo da média mundial de 13%.

#### **5.3.2. Desnutrição e Obesidade**

Para compreender melhor a situação alimentar dos países da América Latina, portanto, aprofundou-se as análises, a fim de se conhecer, mais especificamente, as disponibilidades nacionais em termos de calorias para dezesseis produtos e grupos de produtos, e o comportamento da produção destes mesmos gêneros alimentícios disponíveis por habitante.

Em relação à análise específica em termos de calorias, para facilitar o entendimento de elevado número de informações sobre a influência dos diversos produtos na disponibilidade de alimentos dos países, estes foram separados em grupos que apresentaram grandes disparidades.

Enquanto no grupo 1 (Brasil, Costa Rica, Cuba, Equador e República Dominicana), os níveis de disponibilidade em termos de calorias são próximos à média latino-americana e representados pelo consumo de produtos como arroz, feijão, óleos vegetais, frutas e açúcar, o grupo 2 (Chile, Jamaica, Trinidad & Tobago e Venezuela) também apresenta valores próximos da média, entretanto, com destaque para as disponibilidades calóricas provenientes de trigo, hortícolas, carne de frango e pescados. Vale lembrar que, da mesma maneira que para o grupo 1, as disponibilidades de açúcar e óleos vegetais também sobressaem para os países que compõem o grupo 2. Os grupos 4 (Bolívia, Colômbia, Haiti, Panamá e Peru) e 5 (El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e México) apresentam os mais baixos valores médios disponíveis, principalmente, em relação aos níveis de calorias de origem animal. O grupo 4 possui significativo destaque para a disponibilidade proveniente da mandioca e, no grupo 5, o milho revela-se o grande responsável pela base da alimentação. O grupo 6 (Paraguai) também apresenta significativa disponibilidade de milho e mandioca, mas juntamente com o grupo 3 (Argentina e Uruguai), onde a disponibilidade de trigo predomina, os produtos de origem animal é que fazem a diferença. Os valores médios provenientes dessas variáveis são bastante superiores aos da média latino-americana. O grupo 3, especificamente, possui uma disponibilidade em termos de produtos provenientes da pecuária superior ao dobro do verificado para a média geral da América Latina, confirmando os resultados já esperados para os casos de Argentina e Uruguai.

Esta análise específica também indica, portanto, que a diferença marcante dentre estes grupos de países parece ser concernente aos produtos provenientes da pecuária (carnes, leite e ovos). Não somente em termos quantitativos (se há disponibilidade ou não de quantidades suficientes desses produtos), como também em termos qualitativos (quais são, dentre os diferentes tipos, os produtos que estão disponíveis).

Cabe ressaltar que, com exceção das proteínas de origem animal, as demais fontes de proteínas (de origem vegetal e de fontes não convencionais) apresentam deficiências em um ou mais dos aminoácidos essenciais, ou podem apresentar problemas nutricionais por estarem acompanhadas de substâncias tóxicas ou de inibidores de enzimas proteolíticas, conforme aponta BOBBIO e BOBBIO (1992)<sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup> As proteínas são formadas por combinações de 20 aminoácidos em diversas proporções e cumprem funções estruturais, reguladoras, de defesa e de transporte nos fluidos biológicos. Os aminoácidos essenciais devem ser fornecidos pela dieta, pois sua falta ocasiona alterações nos processos bioquímicos e fisiológicos e na síntese protéica. Em crianças provoca diminuição do crescimento e profundas alterações bioquímicas. Além disso, importa considerar também

Diante disso, é mister ressaltar a importância de projetos nacionais que visem buscar formas alternativas de produção de proteínas para garantir uma alimentação mais adequada à população envolvida. Nesse sentido, a América Latina poderia incrementar sua produção de pescados se optasse por investir na organização, por exemplo, da pesca artesanal através de políticas de desenvolvimento, gerando emprego e renda a muitos trabalhadores. De acordo com BERTOZZI e KATSURAGAWA (2002), a pesca artesanal é pouco estudada no Brasil e não existem estatísticas precisas sobre a atividade na região sudeste. Segundo estes autores, os dados existentes referem-se à pesca industrial e mostram uma inexpressiva produção em relação à extensão da costa. Ainda nessa direção, não se pode deixar de ressaltar o projeto de lei, de autoria da deputada Mariângela Duarte, promulgado em 2002 (DUARTE, 2002), que pode servir de alavanca para que o Estado de São Paulo prepare sua Política Estadual de Pesca, com novas diretrizes para o setor pesqueiro. Baseado em leis ambientais da União, este Código da Pesca proíbe a pesca de parelha e arrasto e apenas foi aprovado após muita negociação. O texto valoriza as comunidades ribeirinhas e caiçaras, que vivem basicamente da pesca em riachos. Essas pessoas, segundo o Código, poderão ter acesso ao Programa de Apoio à Pesca Artesanal. Outras idéias como a apresentada por BENJAMIN et.al. (1998) que afirmam que “a calha central do rio Amazonas, seus grandes afluentes e os lagos de várzea poderão ser transformados na mais importante fonte mundial de proteína animal de alta qualidade e baixo custo, através de uma piscicultura organizada e sustentável, com o manejo racional das 2 mil espécies de peixes e outras tantas de crustáceos que vivem ali e cujos ciclos biológicos precisam ser melhor conhecidos”, também devem ser consideradas. Além disso, estes autores apontam que “a potencialidade e a fertilidade das águas e várzeas amazônicas podem transformar a região em grande produtora de gêneros alimentícios, especialmente mandioca, milho, arroz e feijão” (BENJAMIN et al 1998, p. 170).

Reforçando as idéias acima mencionadas, é importante salientar, por outro lado, que os produtos de origem animal mais tradicionalmente utilizados, embora ricos em proteínas, contêm quantidades importantes de colesterol e ácidos graxos saturados, bastante prejudiciais à saúde se consumidos em excesso. As doenças de origem cardiovascular são na maioria das vezes associadas a um consumo excessivo de gorduras de origem animal e a um tipo de vida sedentário. Este tipo de doença é responsável por grande número de vítimas nos países desenvolvidos, constituindo-se inclusive como a primeira causa de morte nesses países. Entretanto, não se limita somente a esses países. No Brasil, por exemplo, 34% das

---

a questão da ingestão de ferro na prevenção de anemias, que nas carnes vermelhas e vísceras de animais é biologicamente mais disponível, por ser ligado ao heme e absorvido diretamente pelas células (LAJOLO & TIRAPÉGUI, 1998).

mortes, excluindo as causas mal definidas, são por Doenças do Aparelho Circulatório (OPAS, 1998). A obesidade, a hipercolesterolemia e a Diabetes Mellitus têm mantido uma tendência ascendente de crescimento na União Européia. O número de crianças obesas duplicou desde 1980 e o de adolescentes triplicou (OPAS, 2003).

Além de ser fator de risco, a obesidade também já causa prejuízo anual de US\$ 117 bilhões nos EUA e, de acordo com NESTLE citada por DIAS (2003), naquele país “a magnitude e a velocidade do aumento da epidemia horrorizam autoridades de saúde, pois os custos serão cada vez mais elevados. Além disso, a ameaça de processos, novas leis e hostilidade pública já assustam as empresas envolvidas nesta questão” (DIAS, 2003, p.20).

A elevada disponibilidade de açúcar e óleos vegetais na América Latina, sobretudo nos dois primeiros grupos acima discriminados, também são grandes responsáveis pelo aumento da obesidade da população. De maneira particular, no Brasil, o consumo de açúcar excede em quase 50% os valores máximos recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2004). De acordo com a Pesquisa de Orçamentos Familiares, do IBGE (2004), o açúcar é o terceiro alimento mais consumido por famílias de renda até R\$ 400,00, totalizando 18,9 quilogramas per capita por ano. Entre as famílias com renda superior a R\$ 6000,00, o consumo é de 15,6 quilos. Portanto, não é de se admirar que, além da questão da obesidade, 14,4% dos brasileiros já perderam todos os dentes, como aponta a parte brasileira da Pesquisa Mundial de Saúde, divulgada pela Fundação Oswaldo Cruz e realizada em 2003 para a OMS (GOIS, 2004).

Por isso, dentre as principais recomendações da recente estratégia global antiobesidade lançada pela OMS estão: diminuição de açúcar, sal e gordura em alimentos industrializados; controle da propaganda de alimentos para crianças; aumento das informações nutricionais nos rótulos de produtos; fiscalização sobre as qualidades anunciadas nas embalagens e investimentos em programas de educação sobre a saúde. Saliente-se que as pressões feitas, sobretudo pelos EUA e pelas multinacionais do setor alimentício, fizeram com que o texto a ser aprovado destaque a responsabilidade individual na adoção de uma alimentação mais saudável. Dessa forma, as empresas ganham mais força para se defender das ações cada vez mais comuns de consumidores que pedem indenizações a redes de “fast food” e produtores de alimentos considerados pouco saudáveis (OMS, 2004). Vale lembrar, segundo SCHLOSSER (2001), que o faturamento de “fast food” nos EUA aumentou de US\$ 6 bilhões anuais em 1970 para US\$ 110 bilhões em 2001.

### **5.3.3. Pauta produtiva da agricultura latino-americana**

Analisando a América Latina em relação à produção por habitante do referido conjunto de produtos considerados, alcançou-se resultados que permitem a comparação, em linhas gerais, com os padrões de disponibilidade calórica encontrados na análise anterior. Oito grupos de países foram constituídos. Entretanto, os vinte e dois países latino-americanos não foram distribuídos entre eles, como o foram nos seis grupos formados na análise realizada anteriormente, em relação às suas disponibilidades nacionais.

Assim, os países que formam o grupo 1 (Bolívia, Colômbia, Guatemala, Jamaica, Panamá, República Dominicana e Venezuela) não apresentaram elevado destaque para a produção de nenhum dos produtos analisados, embora produzam quantidades próximas aos valores médios latino-americanos para batata, hortícolas, carne de frango, arroz, açúcar, frutas e ovos.

O grupo 2 congrega as particularidades de produção de Brasil e México que apresentaram os maiores valores por habitante de feijão, carne de frango e ovos, além de valores significativos de milho. Apesar destes países produzirem vários outros produtos com valores próximos aos valores médios produzidos na América Latina, ainda dependem da importação de alimentos básicos para a alimentação de amplas camadas da população, como é o caso de arroz e trigo em ambos os países e de milho, no caso do México.

O grupo 3 (El Salvador, Haiti, Honduras, Nicarágua e Trinidad & Tobago) é o que apresenta os menores valores de produção dentre os produtos analisados, principalmente em relação aos produtos de origem animal. Diante disso, a produção por habitante de frutas seguida da de milho e açúcar tornam-se bastante significativas. Mas, de forma geral, o desempenho do grupo mencionado é bastante insatisfatório.

Os grupos 4 (Costa Rica, Cuba e Equador) e 5 (Chile e Peru) apresentam os maiores destaques na produção de frutas. Os valores desta produção para o grupo 4 são maiores que o dobro da produção latino-americana. Apesar deste grupo apresentar também significativa produção de açúcar, produtos como milho e trigo aparecem com menos expressão. No grupo 5, os pescados destacam-se com uma produção mais de oito vezes maior que a produção média da América Latina e os hortícolas e batatas também apresentam expressivos indicadores de produção, enquanto óleos vegetais apresentam os menores valores observados dentre os países analisados.

O grupo 6 (Paraguai) manteve-se isolado, tanto para a análise em termos de produção por habitante quanto em termos de disponibilidades calóricas. A mandioca revelou-se como o maior expoente da pauta

produtiva paraguaia ao lado da carne suína. Por outro lado, batata e carne de frango apresentaram as menores quantidades de produção observadas na análise.

Os grupos 7 (Uruguai) e 8 (Argentina), que para as análises em termos de calorias apresentaram-se juntos em um único grupo, nesta análise apresentaram as maiores quantidades de produção por habitante de produtos de origem animal e de cereais. O Uruguai apresentou os maiores indicadores de produção por habitante de leite, de carne bovina e de arroz, enquanto a Argentina apresentou essas condições de produção para trigo, milho e óleos vegetais. Este país também apresenta números bastante expressivos para produtos de origem animal, principalmente leite e carne bovina. No entanto, Uruguai e Chile ainda apresentam as maiores produções deste tipo na América Latina.

Os dados dos Índices de Desenvolvimento Humano - IDH de Argentina, Chile, Uruguai, Costa Rica e Trinidad & Tobago mostram que estes países participam da categoria IDH elevado, junto a países da União Européia, Estados Unidos e Japão. Ao observar a pauta produtiva destes países latino-americanos, embora bastante diversificada, revela-se flagrante a importância das frutas e dos produtos de origem animal, especialmente leite, carne bovina e pescados, bem como a produção de cereais.

O incentivo à produção de gêneros alimentícios mais adaptados às necessidades e às possibilidades econômicas, sociais, culturais e ambientais da população envolvida, bem como o estímulo a projetos agroindustriais que agreguem maior valor a estes produtos, dentre outros possíveis arranjos produtivos no interior dos países, parecem ser exemplos interessantes para uma ocupação mais sustentável do espaço latino-americano, garantindo, ao menos, que a Amazônia, bem como demais regiões de matas latino-americanas sejam preservadas e o controle da base genética do sistema agroalimentar latino-americano também seja realizado.

#### **5.3.4. Entre o Passado e o Futuro da Questão Alimentar**

A interpretação dos resultados à luz das antigas teorias para segurança alimentar dos povos e, das influências e contradições existentes no consumo alimentar da atualidade, apresentadas durante a revisão bibliográfica, possibilitou o entendimento da forma com que os modelos de produção e consumo vêm incorporando essas questões para se propagar em nível mundial. Pôde-se compreender, diante disso, que as raízes de algumas dessas inadequações ou hipóteses da problemática alimentar ainda persistem em tempo presente, perpetuando parcelas populacionais privilegiadas em detrimento de amplas camadas desfavorecidas, com sérios problemas nutricionais e até de fome.

Por outro lado, as reflexões sobre as tendências de integração de países observadas neste trabalho não foram suficientes para apontar claramente quais os caminhos que se colocam para a América Latina, em termos de liberalização de seus mercados ou de composição de uma política comum. Entretanto, sejam quais forem as alianças internacionais julgadas como as mais pertinentes, elas precisam abrir espaço para experiências alternativas aos grandes interesses articulados em torno dos poderes tradicionais das elites dos referidos países. Experiências estas que, no caso brasileiro, por exemplo, modifiquem as estruturas que deslocam cerca de 50 milhões de pessoas para fora da cidadania.

Nesse contexto de desenvolvimento de países, importa considerar que, nas últimas décadas, as mudanças na sociedade e nos subsistemas que a compõem têm ocorrido de maneira intensa, em função da modernização e da industrialização dos processos (modelos) produtivos e de consumo. No que se refere especificamente à agropecuária e à alimentação, a questão relacionada à adoção dos modelos de produção e consumo dos países desenvolvidos pelos países subdesenvolvidos é muito complexa, envolvendo aspectos econômicos, tecnológicos, sociais e culturais, todos dependentes do componente político.

### **5.3.5. Políticas Públicas**

A superação dos problemas relacionados à insegurança alimentar, portanto, exige a implantação de conjuntos distintos de políticas públicas, tais como: Políticas Agrárias, Agrícolas, de Emprego e Renda, de Microcrédito e de Transferência Direta de Renda. Conforme DAVIS (2002) aponta, na última década, os países da América Latina e região do Caribe iniciaram uma série de programas que variam desde programas de transferência de renda condicional, que associam medidas antipobreza à construção de capital humano, até esquemas de transferência de tecnologia agrícola direcionadas pela demanda, ou ainda mecanismos de compensação para liberalização de comércio. Nesse sentido, abordar-se-á a seguir uma síntese de alguns aspectos analisados sobre a política agrícola, agrária e de combate à pobreza, mais voltados para a situação brasileira, muito embora, em diversas circunstâncias, estes possam se aplicar, e vice-versa, de forma mais generalizada, para os outros países que compõem o estudo.

Em relação à política agrícola em vigor, no Brasil foi notória, em um passado não muito distante, a prioridade dada a culturas produzidas para exportação, como é o caso da soja, do algodão e da cana-de-açúcar. Estes produtos receberam grande parte do crédito destinado ao custeio agrícola e normalmente contam com maior presença de grandes produtores, tendo sido a produção de alimentos básicos menos favorecida. Em linhas gerais, as diretrizes creditícias contribuíram para a concentração de renda e da propriedade no campo, ao concentrar a distribuição de recursos a custos baixos e mesmo subsidiados a

grandes grupos do setor e a latifúndios, excluindo milhões de pequenos proprietários e de agricultores familiares dos benefícios do crédito rural no Brasil (CARDOSO, 2001, CARVALHO E VEIGA FILHO, 2004, OLIVEIRA, 2004 e CAMPOS E CARDOSO, 2004).

Em relação à política agrária, desde 1988 com o último processo constitucional, ficou estabelecido que não se pode desapropriar terras produtivas. Entretanto, a definição dos termos produtivo/ improdutivo ficou vaga na lei. Quando se verifica no discurso político atual, que não existem mais terras improdutivas no Brasil, mas sim, terras com potencial para se plantar e exportar, esta questão se torna muito importante. Principalmente porque já se verifica uma segunda onda de expansão de certo tipo de agricultura concentrada na produção de grãos (monoculturas) nas regiões Norte e Centro-Oeste do país, com o aparente objetivo de converter a Amazônia florestal numa pampa pobre. Uma vez derrubada a mata, expondo a terra nua às chuvas torrenciais, isto frequentemente as torna estéreis, fazendo aflorar massas de areia à superfície<sup>37</sup>.

Sabe-se que o Brasil teve oportunidades históricas para fazer a sua reforma agrária e não a fez. A visão medieval de que a terra significa poder ainda impera em nosso país. O que acontece hoje, por conta desta situação crítica, são conflitos e pressões dos movimentos sociais (VEIGA, 1998, BERGAMASCO E NORDER, 2003; BERGAMASCO, AUBRÉE e FERRANTE, 2003). É mister tornar este debate público. São inflexões decisivas, complexas, altamente polêmicas, e que precisam ser apresentadas à opinião pública desta forma, e não de maneira simplória, como fatos consumados, cujas conseqüências de longo prazo sequer precisam ser objetos de reflexões cuidadosas.

Nesse sentido, o Projeto Fome Zero representa importante contribuição em prol do direito humano à alimentação no país, pelo fato de colocar a questão do combate à fome e à miséria no centro das discussões prioritárias brasileiras. Pela primeira vez na história, o governo faz uma proposta de política integrada de segurança alimentar e combate à fome que chama a população para participar, através dos comitês gestores formados democraticamente por dois terços de lideranças comunitárias e um terço de autoridades municipais. É evidente, no entanto, que para conseguir a cooperação dos diversos ministérios e dos demais segmentos nos níveis estaduais e municipais do país para constituir um mecanismo próprio que transcenda estas instituições em prol de uma política única, exige-se um certo tempo para planejamento e implantação das ações. O ritmo do trabalho e a vulnerabilidade adquirida pela política multidisciplinar seguem lado a lado em função do controle que se deseja alcançar.

---

<sup>37</sup> Sobre este assunto veja [www.ifpri.org/pubs/abstract/129/rr129ch02.pdf](http://www.ifpri.org/pubs/abstract/129/rr129ch02.pdf) publicação do International Food Policy Research Institute - IFPRI, localizado em Washington/ EUA, onde o autor Andrea Cattaneo apresenta mapa da devastação ocorrida na região amazônica brasileira até 2002, utilizando imagens de satélites e Sistema de Informação Georeferenciada (SIG).

### **5.3.6. Agricultura e Segurança Alimentar na América Latina e no Brasil**

Considerando estes componentes políticos que também exerceram influência nas análises efetuadas, pode-se considerar que as sociedades latino-americanas têm condições de dar respostas adequadas no nível técnico às suas necessidades mais prementes. Observando a estratégia de desenvolvimento da agricultura brasileira para exemplificar e, nos remetendo à LINHARES (1994), importa considerar que, ao lado da modernização de alguns setores e unidades produtivas que absorvem pouca gente, verifica-se o deslocamento crescente da força de trabalho para o que BENJAMIN (1998) chamou de uma nova versão do antigo setor de subsistência. Isso significa que se forma um excedente de mão-de-obra sem destinação conhecida, pois a desestruturação da policultura tradicional, que propiciava uma ocupação estável da terra, foi feita sem alteração da estrutura de propriedade. Em seu lugar, não surgiu uma moderna agricultura baseada na pequena produção – independente ou cooperativada-, que também seria capaz de assegurar a ocupação estável da terra. Por conseguinte, reduziram-se as oportunidades de emprego, por causa da crescente mecanização, e aumentou-se a urbanização da própria população empregada na agropecuária, com a expulsão dos trabalhadores residentes e sua transformação em “bóias-frias”. Enormes contingentes de pequenos proprietários foram arruinados e de trabalhadores rurais foram deslocados – em um processo que continua até hoje -, passando a disputar um lugar ao sol fora da agricultura por qualquer salário. Os que insistem em permanecer no campo são sistematicamente expulsos para áreas mais distantes, dotadas de piores terras e menor infra-estrutura (BENJAMIN, 1998).

O papel da agricultura, ao contrário do que se tem observado, deve reter mão-de-obra no campo, apoiar a rede de pequenas e médias cidades para desconcentrar as atividades dinâmicas e baixar o custo da alimentação para ampliar o mercado interno. Mesmo que a produtividade do trabalho na agricultura de base familiar seja inferior à da grande produção mecanizada, há vantagens na combinação desses modelos. Tornando-se o setor mais homogêneo, sua produtividade média tende a ser maior, sendo menor a concentração de renda, os gastos em consumo tendem a distribuir-se pelo conjunto da população, aumentando o mercado de bens de uso comum, produzidos internamente, muitas vezes localmente.

Estratégias locais, independentes ou cooperativadas, em prol não somente de uma moderna agricultura familiar, mas também estimuladoras de diferentes tipos de agroindústrias, ou ainda de indústrias alternativas para geração de fontes de energia, ou de tratamento de resíduos dentre outras formas de geração de trabalho e renda, apoiadas no desenvolvimento científico e tecnológico existente no

país, tais como os avanços realizados na área da Engenharia Agrícola, de Alimentos, dentre outros, seriam ainda mais eficazes para assegurar a ocupação estável da terra disponível no Brasil.

Estas estratégias locais também fazem-se importantes para redefinir o papel dos municípios como lugar de comando e de gestão sobre o planejamento das ações. Os municípios são os elos das redes que formam um espaço regional, nacional ou internacional. A articulação deste local com o global condiciona as exigências de modalidades de ações a serem programadas e implantadas.

Portanto, a viabilidade e a necessidade histórica das reformas estruturais foram amplamente apresentadas. Nesse momento, faz-se necessário rediscuti-las, pelas vias legais e políticas, com toda a sociedade para demonstrar a legitimidade de sua opção. Este debate é importante para colocar não só o combate à fome e à pobreza, mas também a questão da terra, e da agricultura dentre outras questões estratégicas, no centro do planejamento e da ação. Dessa maneira, a sociedade pode participar, escolhendo os caminhos possíveis para o futuro das próximas gerações e assumindo assim a devida e pública responsabilidade pelo que se faz e que se quer fazer.

## 6.0 Conclusões

Os resultados obtidos permitem perceber que as grandes diferenças dos padrões alimentares da América Latina parecem estar relacionadas a limitações e oportunidades que variam de região para região, de tal modo que os alimentos mais disponíveis são aqueles que apresentam condições de produção mais favoráveis no país. Sabe-se, entretanto, que estas condições de produção, em termos nutricionais ou ecológicos, nem sempre são equivalentes às condições de produção em termos financeiros, tornando maior o risco à insegurança alimentar nas populações que não conseguem adequar as respectivas relações existentes entre a produção e a disponibilidade de alimentos para consumo.

A interpretação dos resultados à luz das antigas teorias sobre a segurança alimentar dos povos e das influências e contradições existentes na questão alimentar da atualidade, possibilitou o entendimento da forma com que os modelos de produção e consumo vêm se organizando para se propagar em nível mundial. Pôde-se compreender que as raízes de algumas dessas inadequações ou hipóteses da problemática alimentar ainda persistem em tempo presente, perpetuando parcelas populacionais privilegiadas em detrimento de amplas camadas desfavorecidas, com sérios problemas nutricionais e até de fome.

Sejam quais forem as alianças internacionais julgadas como as mais pertinentes, no que diz respeito às tendências de integração de países observadas na presente pesquisa, elas precisam abrir espaço para experiências alternativas aos grandes interesses articulados em torno dos poderes tradicionais das elites dos referidos países.

A produção de frutas e pescados, bem como o estímulo a projetos agroindustriais que agreguem maior valor aos produtos da pauta produtiva latino-americana, dentre outros possíveis arranjos organizativos, no interior dos países, parecem ser exemplos interessantes para uma ocupação mais sustentável do espaço latino-americano, garantindo, ao menos, que a Amazônia, bem como demais regiões de matas latino-americanas sejam preservadas para as futuras gerações. Desse modo, é importante que as populações dos países envolvidos nessas potenciais alianças tenham a consciência de que somente uma sociedade do trabalho, da justiça universalmente garantida, da soberania popular e da diversidade cultural poderá representar avanços civilizatórios significativos.

Os requisitos políticos prévios para orientar os povos latino-americanos para o seu desenvolvimento autônomo e continuado devem ser perseguidos sistematicamente, ao passo em que os

próprios cidadãos vão criando, através de novos movimentos, novas formas, novas regras, uma sociedade que poderá vir a ser realmente mais inclusiva.

É evidente, no entanto, que para conseguir a cooperação dos diversos atores sociais envolvidos na construção democrática de mecanismos de política universal em prol do direito humano à alimentação, torna-se necessário um certo tempo para planejamento e implantação das ações. Assim, o envolvimento das instituições locais públicas, privadas e organizativas traz novos elementos de análise, como também a participação social se torna importante para orientar e redefinir o papel dos municípios como lugar de planejamento e gestão destas ações.

Desta forma, a América Latina poderá aproximar suas políticas públicas multi-setoriais das respectivas sabedorias locais e nacionais na composição das diferenciadas estratégias alimentares possíveis.

## Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **O que é fome**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ANDA, Gustavo G. Um novo contrato de cidadania, p.15 - 32 In: TAKAGI, M., GRAZIANO DA SILVA, J. BELIK, W. (Orgs). **Combate à fome e à pobreza rural**. São Paulo: Instituto Cidadania, 2002.

ANDRETTA, John R. S. Distribuição dos Subsídios Alimentares no México, p.109- 116 In: TAKAGI, M., GRAZIANO DA SILVA, J. BELIK, W. (Orgs). **Combate à fome e à pobreza rural**. São Paulo: Instituto Cidadania, 2002.

AGROLINK. Europa segue sem controlar a doença da vaca louca. Clipping agropecuário de 13 de julho de 2004. Disponível online no portal da Internet: [www.agrolink.com.br](http://www.agrolink.com.br).

ARNS, Zilda. Fôlego para o Fome Zero. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 de mar. 2004. Opinião, p. A3.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE MERCADO ABERTO. **Mercosul: o desafio da integração do cone sul**. Rio de Janeiro, 1994. 153 p. (Relatório Econômico).

ARRAES, Nilson A. M. Painel 1. Espaço Urbano e Redes de Proteção Social In: **Workshop Sistemas Locais de Segurança Alimentar**. NEPA/ NEA – Unicamp, 29 de novembro de 2002.

ATHIAS, Gabriela. “Guinada Social” opõe Graziano e Palocci. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 de abr. 2003. Brasil, p. A9.

BALSADI, Otávio. V. & GRAZIANO da SILVA, José. Qualidade do emprego no meio rural paulista nos anos 90. **Revista Ec. Soc. Rural** Vol. 39, nº 4, out/dez. 2001. Pp 47-68.

- BARICKMAN, B. J. **Um Contraponto Baiano**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003. 450 p.
- BELIK, Walter. **Como as empresas podem apoiar e participar do combate à fome**. São Paulo: Instituto Ethos, 2003 a. 95p.
- BELIK, Walter. **Segurança Alimentar: a contribuição das universidades**. São Paulo: Instituto Ethos, 2003 b. 88p.
- BENJAMIN, César et. al. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998. 208p.
- BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BERGAMASCO, Sonia M. P. P. AP 535 – Desenvolvimento Rural Sustentável. **Notas de aula**. Faculdade de Engenharia Agrícola – FEAGRI – UNICAMP. MIMEO, 2000.
- BERGAMASCO, Sonia M. P.P., AUBRÉE, Marion, FERRANTE, Vera L. B. (Orgs.) **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas, SP: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara, SP: UNIARA; São Paulo, SP: INCRA, 2003. 325p.
- BERGAMASCO, Sonia M. P.P., Norder, Luiz A. C. **A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política**. São Paulo, SP: Terceira Margem, 2003. 191p.
- BERQUÓ, Elza. Seminário Espaço e População (Nepo/Abep). In: KASSAB, Álvaro. **Jornal da Unicamp**. Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP. 17 a 30 de novembro de 2003, p. 5-7.
- BERTOZZI, Carolina P. e KATSURAGAWA, Mário. Análise Preliminar da pesca artesanal na região da Praia Grande (SP), no período de 1999-2001. **Anais do Simpósio Brasileiro de Oceanografia**, IO- USP. São Paulo 1:2002.
- BOSERUP, Éster. **Evolução Agrária e Pressão Demográfica**. Estudos Rurais. São Paulo: Editora Hucitec/ Polis., 1987. 141p.

BOUROCHE, Jean-M., SAPORTA, Gilbert. **L'analyse des données**. 4 ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1981. 127p.

BLEIL, Susana I. O Padrão Alimentar Ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil. **Cadernos de Debate (Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação – NEPA/UNICAMP)**, Campinas, v. VI, p.01-25, 1998.

CALDERÓN, Georgina; RAMÍREZ, Blanca. Soberanía y Desarrollo Rural en México. In: Taller Científico Internacional, 3, 2001, Habana/Cuba. **Anais...** Habana/Cuba: Facultad de Geografía de la Universidad de la Habana, 2001.

CAMPINO, Antonio C. C. O campo futuro de pesquisas sobre a situação nutricional no Brasil. In: **Raízes da Fome**. Rio de Janeiro/ Petrópolis: Fase/ Vozes, 1985. p.179-185.

CAMPOS, Rodrigo F., CARDOSO, João L. PRONAF: Índices de financiamento e características da distribuição do crédito rural no Brasil de 1996 a 2001. **Informações Econômicas** v 34, n. 11, nov, 2004.

CARDOSO, João L. Política de Crédito Rural: Perspectiva e tendências de um novo padrão de financiamento. In: **35º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 1997, Natal. Anais...** Brasília: SOBER, 1997.425 p. p.186 – 197.

CARDOSO, João L. (Coord.). **Características da Agropecuária e tendências de integração dos países da América do Sul**. Campinas: FEAGRI/UNICAMP, 2000. 55p. Relatório final de pesquisa .

CARMO, Maristela S. **(Re)Estruturação do Sistema Agroalimentar no Brasil: a diversificação da demanda e a flexibilidade da oferta**. São Paulo: Instituto de Economia Agrícola (IEA), 1996. 255p.

CARVALHO, Geraldo e VEIGA FILHO, Lauro. Bilhões para (muito) poucos. **Safra Revista do Agronegócio. Ano V – Nº56 – Junho 2004**. Goiânia – GO.

CARVALHO, José A. **Mercado Comum do Cone Sul**. São Paulo, 1992. 38p.

COELHO et al. A política de abastecimento alimentar da prefeitura municipal de Belo Horizonte. **Relatório de pesquisa**. IUPERJ/ UFMG/ IDRC, 1996.

CASOTTI, Letícia; RIBEIRO, Andréa; SANTOS, Cláudia et al. Consumo de Alimentos e Nutrição: dificuldades práticas e teóricas. **Cadernos de Debate (Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação – NEPA/ UNICAMP)**, Campinas, v. VI, p.26-39, 1998.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 318p

CHONCHOL, Jacques. O Modelo de alimentação dos países industrializados. In: **Raízes da Fome**. Rio de Janeiro/ Petrópolis: Fase/ Vozes, 1985. p.94-103.

CONTRERAS, Jayme. Alimentación y Cultura: reflexiones desde la Antropología. Revista Chilena de Antropología, n. 11, 1992. apud BLEIL, Susana I. O Padrão Alimentar Ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil. **Cadernos de Debate (Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação – NEPA/ UNICAMP)**, Campinas, v. VI, p.01-25, 1998.

COUTINHO, A.O. N. Cúpula Mundial de Alimentação. (Relatório do Brasil, 1ª Versão), Rede-Ipea, nov. 2001. apud GASQUES, J. G. Políticas específicas de combate à fome: mudanças na política agrícola e o papel da agricultura, p. 161-178. In: TAKAGI, M., GRAZIANO DA SILVA, J. BELIK, W. (Orgs). **Combate à fome e à pobreza rural**. São Paulo: Instituto Cidadania, 2002

CUNHA, A. R. A. A., LEMOS, M.B, NABUCO, M.R. e PESSOA, M. J. Políticas locais de acesso alimentar: entre a regulação e as políticas compensatórias. In: BELIK, Walter, MALUF, Renato S. (Orgs.) **Abastecimento e Segurança Alimentar – Os limites da liberalização**. Campinas/ Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Unicamp/ Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ, 2000. 234

DAVIS, Benjamin. A experiência de intervenções de transferência de renda no México rural: evidência dos programas PROGRESA e PROCAMPO, 91-108. In: TAKAGI, M., GRAZIANO DA SILVA, J. BELIK, W. (Orgs). **Combate à fome e à pobreza rural**. São Paulo: Instituto Cidadania, 2002.

DHHS (United States Department of Health and Human Services). **The Surgeon General's Report on Nutrition and Health**. U.S. Government Printing Office, Whashington, D.C., 1988. 727p.

DE GARINE, I. Alimentación, cultura y sociedad. **El Correo. Revista da UNESCO**, Paris, Ano XL, mai. 1987 apud HINTZE, Susana. Apuntes para um Abordaje Multidisciplinario Del Problema Alimentario. **Cadernos de Debate (Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação - NEPA/ UNICAMP)**, Campinas, v. V, p.1-20, 1997.

DIAS, Roberto. Obesidade muda oferta de economia no mundo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 de jul. 2003. Mundo, p. A20.

DUARTE, Mariângela. Projeto de Lei Nº 429/2000. **Código de Pesca e Aqüicultura. Lei Nº 11.165** de 27.06.2002.

FERRANTE, Vera L. S. B., BARONE, Luís A. Assentamentos Rurais e Poder Local: Os Rumos da Descentralização da Reforma Agrária. Capítulo 7. p.157-186. In: BERGAMASCO, Sonia M. P.P., AUBRÉE, Marion, FERRANTE, Vera Lúcia B. (Orgs.) **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas, SP: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara, SP: UNIARA; São Paulo, SP: INCRA, 2003. 325p.

FERREIRA, Joaquim A. **Papel do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural: A Experiência de Espírito Santo do Pinhal**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Engenharia Agrícola – FEAGRI, UNICAMP. Campinas, 2002.

FISCHLER, Claude. A McDonaldização dos Costumes, cap. 47 In: **História da Alimentação**. Flandrin, JL e Montanari M. org. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 841 a 869

FOLHA DE SÃO PAULO. Fome na abundância, São Paulo, 18 set. 2000. Editorial, p. A2.

FOLHA DE SÃO PAULO. Mais de 40% são pobres na América Latina, São Paulo, 26 ago. 2003. Dinheiro, p. B7.

FONTAINE, Pascal. **A Construção Europeia de 1945 aos Nossos Dias**. Lisboa: Gradiva. 1998. 87p.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). Food Balance Sheet. **Food and Agriculture Organization of the United Nations Statistical Databases (FAOSTAT)**, FAOSTAT Agriculture Data, 2003. Obtido via base de dados FAOSTAT. 1960-1997. Capturado em 18 out. 2003. Online. Disponível na Internet <http://www.fao.org>

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **El estado mundial de la agricultura y la alimentación**. Roma, 1995. 301 p. (Colección FAO: Agricultura, n. 28).

FRITSCHER-MUNDT, Magda. Capítulo 1. Fracturas en el sistema agroalimentario em México: los casos del trigo y el maíz. 13-29. In: **Sistemas Agroalimentares: Análises e Perspectivas para América Latina**. BERGAMASCO, Sonia M. P. P. e SAMPAIO, M. F. A (ORGS.) Campinas, 2003, 225p.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). ALCA: oportunidade de aprendizado. **AGROANALYSIS**, Rio de Janeiro, v17, n. 2, p. 6, fev. 1997.

GALEAZZI, Maria A. M; DOMENE, Semiramis M. A; SICHIERI, Rosely. Estudo Multicêntrico sobre Consumo Alimentar. **Cadernos de Debate (Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação - NEPA/ UNICAMP)**, Campinas, v. especial, p.1-61, 1997.

GALLO, Anthony E. Food Advertising in the United States. Chapter 9. In: **America's Eating Habits. Changes & Consequences**. **United States Department of Agriculture (USDA)**. **Agriculture Information Bulletin** N. 750, April, 1999.

GARCIA, R. **La investigación interdisciplinaria de sistemas complejos**. Centro de Estudios Avanzados, UBA, Buenos Aires, 1991.

GASQUES, J. G. **Políticas específicas de combate à fome: mudanças na política agrícola e o papel da agricultura**, p. 161-178. In: TAKAGI, M., GRAZIANO DA SILVA, J. BELIK, W. (Orgs). **Combate à fome e à pobreza rural**. São Paulo: Instituto Cidadania, 2002.

GOLDENBERG, Paulete. **Repensando a desnutrição como questão social**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1989. Série pesquisas, 159p.

GOIS, Antônio. País tem 26 milhões de sem-dentes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 de mai. 2004. Campinas, p. C5.

HARRIS, M. **Bueno para Comer**. México: Alianza Editorial-Consejo Nacional para la Cultura y las artes, 1991. 289p.

HINTZE, Susana. Apuntes para um Abordaje Multidisciplinario Del Problema Alimentario. **Cadernos de Debate (Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação - NEPA/ UNICAMP)**, Campinas, v. V, p.1-20, 1997.

HOFFMANN, Rodolfo. A diminuição do consumo de feijão no Brasil. FSP/USP, s/d, MIMÉO apud BLEIL, Susana I. **Mudança de hábitos a partir da industrialização agroalimentar**. Dissertação de Mestrado - UFRRJ/ CPDA, Rio de Janeiro, 1998.

HOFFMANN, Rodolfo. **Componentes principais e análise fatorial**. Piracicaba: ESALQ/USP -DESR, 1992. 25p. (Série Didática, 76).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. SIDRA. Banco de dados agregados. **Pesquisa de Orçamentos Familiares, 2002 e 2003**. Disponível online, [www.sidra.ibge.gov.br/bda](http://www.sidra.ibge.gov.br/bda)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Mandioca e feijão perdem espaço. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 dez. 1997. Cidades, p.7.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Fome Zero**: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil, São Paulo: Instituto Cidadania, out, 2001.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Radar Social**. Brasília: Ipea, 2005.  
[www.ipea.org.br](http://www.ipea.org.br).

IZAN, Miguel, VÉRÈZ, Valérie O. **El sector agrícola en la integración económica regional: Experiências comparadas de América Latina y la Unión Europea**. División de Comercio Internacional y Financiamiento para el Desarrollo. Serie comercio Internacional, vol. 8. Santiago de Chile, sep. 2000.

JANK, Marcos S., NASSAR, André M. Competitividade e Globalização. In: ZYLBERSZTAJN, Décio (Org.), NEVES, Marcos Fava (Org.). **Economia & Gestão dos Negócios Agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000. p.137- 163.

JORGE, Wirley J., SOUZA, José G. Os Programas Especiais de Financiamento como Instrumentos de Integração Sócio-Econômica em Assentamentos Rurais: As Intenções e os Fatos. **Capítulo 8**. p.187 -212 In: BERGAMASCO, Sonia M. P.P., AUBRÉE, Marion, FERRANTE, Vera Lúcia B. (Orgs.) **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas, SP: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara, SP: UNIARA; São Paulo, SP: INCRA, 2003. 325p.

JUDEZ, Lucínio. **Técnicas de analisis de datos multidimensionales: bases teóricas y aplicaciones en agricultura**. Madrid: Ministério de Agricultura Pesca y Alimentacion, 1989. 301p.

LAJOLO, Franco M. e TIRAPEGUI, Julio. Proteínas e Aminoácidos. **Capítulo 3**. p.41-70. In:DUTRA DE OLIVEIRA, José E. e MARCHINI, J. Sérgio. **Ciências Nutricionais**. São Paulo, SP: SARVIER, 1998.

LAPPÉ, Frances M. **Dieta para um pequeno planeta**. São Paulo: Global, 1995.

LINHARES, Maria Y. De que se alimentam as teorias sobre a fome? P.44-51. **Ciência Hoje**. vol. 17, n.100, mai/Jun, 1994.

KAPLAN, A. **A conduta na pesquisa**. São Paulo: Mac Grow Hill, 1981, p 5-35.

MALASSIS, Louis. **Economie agro-alimentaire: économie de la consommation et de la production agro-alimentaire**. Paris: Cujas, 1979. 437 p.

MALASSIS, Louis, PADILLA, Martine. **Economie agro-alimentaire: l'économie mondiale**. Paris: Cujas, 1986. 449 p.

MALTHUS, T. R. **Ensayo sobre el principio de la población**. Fondo de Cultura Economica FCE. México, 1977 apud HINTZE, Susana. Apuntes para um Abordaje Multidisciplinario Del Problema Alimentario. **Cadernos de Debate (Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação - NEPA/ UNICAMP)**, Campinas, v. V, p.1-20, 1997.

MALUF, Renato, S. Políticas agrícolas e de desenvolvimento rural e segurança alimentar, p 145-168. In: LEITE, Sergio (Org.) **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 2001.

MARQUES, Paulo Eduardo M. **Segurança Alimentar: a intervenção da ABAG no campo de disputa e produção ideológica**. Dissertação de Mestrado. CPDA/UFRRJ. 1996.

MARSAL, Pierre. **Méthodes d'analyse statistique des entreprises agricoles**. Thiverval-Grignon: INRA- Laboratoire d'Economie Rurale, v.2, 1973. 63 p.

MARTINS Fº, José. **Como e porque amamentar**. São Paulo: Sarvier, 1984.

MC CRACKEN, G. Culture and Consumption: theoretical account of the structure and movement of the cultural meaning of consumer goods. **Journal of Consumer Research**. V. 13, p. 71-84, 1986.

MEIRELES, Almir José. O Ministério da Saúde adverte: o leite de consumo é discriminado. **Balde Branco**. São Paulo. Ano XXXIX – Nº 474 – Abril 2004, p.62-64.

MONTEIRO, C.A., MONDINI, L.e COSTA, R.B.L.(2000) Mudanças na composição e adequação nutricional da dieta familiar nas áreas metropolitanas no Brasil ( 1988-1996), **Rev. de Saúde Pública**, São Paulo, USP, v. 34, n. 3, junho, p.251-58. 2000.

MINAYO, M<sup>a</sup> Cecília S., CRUZ NETO, Otávio. Introdução. **Raízes da Fome**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985. 185p.

MONTORO, André F. **Integração da América Latina em um Mundo Multipolar**. 5. ed. São Paulo: ILAM, 1998. 54p.

NRC (National Research Council). **Diet and Health: Implications for Reducing Chronic Disease Risk**. Report of the Committee on Technological Options to Improve the Nutritional Attributes of Animal Products, Board on Agriculture. National Academy Press, Whashington, D.C. 367pp., 1989.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **No Brasil: 70 milhões acima do peso**, São Paulo, 02 fev. 2003. Editorial, p. A2.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (org.) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) In: CARVALHO, Geraldo e VEIGA FILHO, Lauro Bilhões para (muito) poucos. **Safra Revista do Agronegócio. Ano V – Nº56 – Junho 2004**. Goiânia – GO.

OLIVEIRA, Silvana P., THÉBAUD-MONY, Annie. Modelo de Consumo Agro-industrial: Homogeneização ou Diversificação dos Hábitos Alimentares? **Cadernos de Debate (Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação - NEPA/ UNICAMP)**, Campinas, v. IV, p.1-13, 1996.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). OMS lança estratégia global antiobesidade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 mai. 2004. Mundo, p. A11.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS) **A saúde no Brasil**. Brasília: OPAS, 1998.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Doenças crônico-degenerativas e obesidade: Estratégia mundial sobre alimentação saudável, atividade física e saúde.** Brasília: OPAS, 2003 60p.

PAULILLO, L. F. Painel 1. Espaço Urbano e Redes de Proteção Social In: **Workshop Sistemas Locais de Segurança Alimentar.** NEPA/ NEA – Unicamp, 29 de novembro de 2002.

PÉREZ-ESCAMILLA, Rafael. Amamentação e transição nutricional na América Latina e caribe: um caso bem sucedido? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro. 19 (Sup.1): S119-S127, 2003.

PESSA, Rosane Pilot. Seleção de Uma Alimentação Adequada apud DUTRA-DE-OLIVEIRA, José Eduardo, MARCHINI, J. Sérgio. **Ciências Nutricionais.** São Paulo: Sarvier, 1998.

POMPÊO DO AMARAL, F. Política Alimentar em Favor do Povo. Capítulo V. Vol. II, p. 327-539. In: **O Problema da Alimentação. Aspectos Médico-Higiênico-Sociais. Prêmio Academia Nacional de Medicina. Coleção Documentos Brasileiros. Dirigida por Afonso Arinos de Melo Franco,** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963.

POURSIN, J. M., DUPUY, G. **Malthus.** São Paulo: Cultrix, USP, 1975.

QUINTANA, J. Leite e soja brigam por area. **Balde Branco.** São Paulo, ano XXXIX, n. 476, p.9-12, jun, 2004.

RDA (**Recommended Dietary Allowances**). Subcommittee on the Tenth Edition of the RDA's. Food and Nutrition Board, Commission on Life Sciences. National Research Council. National Academy Press, Washington, D.C., 285p., 1989.

REA, Marina F. Reflexões sobre a amamentação no Brasil: de como passamos a 10 meses de duração. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 19 (Sup.1): S37-S45, 2003.

RIBEIRO, Darcy. **O Dilema da América Latina: Estruturas de Poder e Forças Insurgentes**. 5º ed., Petrópolis: Vozes, 1988.

RICHARD, P. Analyse de la consommation alimentaire et modèle d'offre, *Revue Tiers Monde*, XXXIII (132): 789-808, 1992 apud OLIVEIRA, Silvana P., THÉBAUD-MONY, Annie. Modelo de Consumo Agro-industrial: Homogeneização ou Diversificação dos Hábitos Alimentares? **Cadernos de Debate (Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação - NEPA/ UNICAMP)**, Campinas, v. IV, p.1-13, 1996.

ROSSI, Clóvis. Acordo quer tornar região 4º pólo mundial. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 ago. 2003. Brasil, p. A16.

SÁ, N. G de. **Nutrição e Dietética**. 7ª Edição rev. e atual. São Paulo: Nobel, 1990.

SALAY, Elisabete. Crescimento Acelerado. *Rev. de Agronegócios da FGV Agroanalysis*, p.47-49, 2001.

SAMPAIO, Maria de Fátima A. CARDOSO, João Luiz. Capítulo 13. Disponibilidade de Alimentos na América Latina: Uma análise internacional comparativa. 201-218. In: **Sistemas Agroalimentares: Análises e Perspectivas para América Latina**. BERGAMASCO, Sonia M. P. P. e SAMPAIO, M. F. A (ORGS.) Campinas, 2003, 225p.

SATO, Geni S., BESSA JR., Alfredo A. O varejo da alimentação no Brasil: concentração via fusões e aquisições. **Anais do Congresso Brasileiro da Sober**, Porto Alegre, 2002.

SCHLOSSER, Eric. **Fast Food Nation**. New York: Houghton Mifflin, 2001. 356p.

SEGALL-CORRÊA, A.M., PEREZ-ESCAMILLA, R., MARANHA L.K., SAMPAIO, M.F. A.(pesquisadores responsáveis) et al. (In)segurança alimentar no Brasil: Validação de Metodologia para acompanhamento e avaliação, **Relatório Técnico**. Coop. OPS-Brasil, Campinas 2003a.

SEGALL-CORRÊA, A.M., PEREZ-ESCAMILLA, R. (coords) et al. (In)segurança alimentar em Campinas: Inquérito de Base Populacional, **Relatório Técnico**. Coop. OPAS-Brasil, Campinas 2003b.

SEGALL-CORRÊA, A.M., PEREZ-ESCAMILLA, R., SAMPAIO, M.F. A. et al (In)segurança alimentar no Brasil: Validação de Metodologia para acompanhamento e avaliação da segurança alimentar de famílias brasileiras: URBANO/RURAL **Relatório Técnico**. Coop. OPAS-Brasil, Campinas 2004.  
Disponível online na Internet: [www.opas.org.br/publicac.cfm](http://www.opas.org.br/publicac.cfm)

SERRA, José. A Alca e a abertura. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 mai. 1997. Caderno 2, p. 4.

SHACK, D. N. El gusto Del catador: determinantes sociales y culturales de las preferências alimentarias. In: CONTRERAS, J. (Org.) Alimentación y Cultura. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1995. (Estudi General, Ciències humanes i socials, 3). apud BLEIL, Susana I. O Padrão Alimentar Ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil. **Cadernos de Debate (Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação – NEPA/ UNICAMP)**, Campinas, v. VI, p.01-25, 1998.

SILVEIRA, Wilson. Lula unifica projetos sociais, mas verba já está ameaçada. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 out. 2003. Brasil, p. A4.

STOREL JR, Antonio O., RAMOS, Pedro. O açúcar e as Transformações nos Regimes Alimentares, **Cadernos de Debate**, UNICAMP/NEPA, vol. VIII, p. 37-54, 2001.

TAKAGI, M., GRAZIANO DA SILVA, J. BELIK, W. (Orgs). Combate à fome e à pobreza rural. São Paulo: Instituto Cidadania, 2002.

TEIXEIRA, Gerson. **As vulnerabilidades Externas da Economia Brasileira, o Agronegócio e o Latifúndio Improdutivo**. Relatório Técnico para Seminário Direção Nacional Movimento dos Sem Terra (MST) realizado em Cajamar, SP, no dia 18 de junho de 2004.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). Human Development Report (HDR). Indicadores de Desenvolvimento Humano, 2002. Obtido via base de dados. Capturado em 23 jun. 2003. Online. Disponível na Internet

<http://www.undp.org.br/HDR/HDR2002>

VARELLA, Flávia. Cardápio Renovado. **Veja**, São Paulo, 23 abr. 1997. p. 48.

VAZ, José Carlos. (Org.). 50 dicas – Idéias para a Ação Local. Revista Polis, 24. São Paulo, 1996, 120 p.

VEIGA, José Eli da, Diretrizes para uma nova política agrária. Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável, Fortaleza/ Ceará. Disponível online na internet ([http:// www.nead.org.br](http://www.nead.org.br)). 1998.

VOLLE, Michel. **Analyse des données**. 3. ed. Paris: Economica, 1993. 323p.

WASSERMANN, Rogério. Para andinos, bloco tem “grande potencial”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 ago. 2003. Brasil, p. A17.

## Anexos

**Tabela 9. Taxa de fertilidade total (crianças por mulheres) na América Latina**

Taxa de fertilidade total (crianças por mulheres)			
	1989	1994	1998
Bolívia	<b>4,0</b>	<b>4,8</b>	<b>4,2</b>
	1986	1991	1996
Brasil	<b>3,4</b>	<b>3,7</b>	<b>2,5</b>
	1990	1995	2000
Colômbia	<b>2,8</b>	<b>3,0</b>	<b>2,6</b>
	1985		
El Salvador	<b>4,2</b>		
	1987		
Equador	<b>4,2</b>		
	1987	1995	1998/99
Guatemala	<b>5,5</b>	<b>5,1</b>	<b>5,0</b>
	1994/5	2000	
Haiti	<b>4,8</b>	<b>4,7</b>	
	1987		
México	<b>4,0</b>		
	1997/98		
Nicarágua	<b>3,6</b>		
	1990		
Paraguai	<b>4,7</b>		
	1986	1996	2000
Peru	<b>4,1</b>	<b>3,5</b>	<b>2,8</b>
	1986	1996	1999
República Dominicana	<b>3,7</b>	<b>3,2</b>	<b>2,7</b>
	1987		
Trinidad & Tobago	<b>3,1</b>		

Fonte: Demographic and Health Surveys - DHS

**Tabela 10. Evolução dos preços unitários de exportação de produtos do agronegócio brasileiro, de 1995 a 2003, em US\$/tonelada**

<b>Produto</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
Café	3.126	2.535	3.359	2.504	1.861	1.747	1.073	855	1.070
Soja	227	275	293	222	181	191	185	198	226
Açúcar	302	291	272	229	148	175	198	146	162
Suco de laranja	1.144	1.177	850	1.028	1.057	832	666	867	864
Carnes	2.008	1.842	1.702	1.662	1.539	1.307	1.328	1.100	1.190
Fumo	2.999	3.643	3.421	3.127	2.602	2.381	2.116	2.103	2.259

Fonte: Secex/ AliceWeb ([www.mdic.gov.br](http://www.mdic.gov.br)) apud TEIXEIRA, 2004.

Obs: Segundo TEIXEIRA (2004), no caso da soja, o efeito China implicou na recuperação parcial dos preços notadamente em 2003. Fato, no entanto, já revertido até os cinco primeiros meses de 2004 onde o preço do produto caiu bastante no mercado internacional.

**Tabela 11. Evolução da quantidade exportada de produtos do agronegócio brasileiro, de 1995 a 2003, em 1000 toneladas.**

<b>Produto</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>Variação 1995/ 2003</b>
Café	788	842	933	1.041	1.324	1.021	1.320	1.620	1.445	83,40%
Soja	16.853	16.241	19.368	20.938	20.873	21.966	28.598	30.422	35.979	113,50%
Açúcar	4.800	4.090	3.844	4.792	7.827	4.344	7.090	7.630	8.354	74%
Suco laranja	969	1.183	1.180	1.228	1.168	1.224	1.220	1.003	1.054	8,80%
Carnes	641	816	914	951	1.228	1.460	2.164	2.842	3.493	436,10%
Fumo	256	282	319	301	343	341	435	465	466	81,80%

Fonte: Secex/ AliceWeb ([www.mdic.gov.br](http://www.mdic.gov.br)) apud TEIXEIRA, 2004.

**Tabela 12. Duração do aleitamento materno na América Latina (mediana;meses)**

Duração aleitamento materno mediana (meses)			
	1989	1994	1998
Bolívia	<b>16,4</b>	<b>17,6</b>	<b>17,5</b>
	1986	1991	1996
Brasil	<b>5,2</b>	<b>3,7</b>	<b>7,0</b>
	1990	1995	2000
Colômbia	<b>9,0</b>	<b>11,3</b>	<b>13,1</b>
	1987		
Equador	<b>13,4</b>		
	1987	1995	1998/99
Guatemala	<b>20,5</b>	<b>19,8</b>	<b>19,9</b>
	1994/5	2000	
Haiti	<b>17,5</b>	<b>18,0</b>	
	1987		
México	<b>8,1</b>		
	1997/98		
Nicarágua	<b>12,2</b>		
	1990		
Paraguai	<b>10,9</b>		
	1986	1996	2000
Peru	<b>15,4</b>	<b>19,5</b>	<b>21,4</b>
	1986	1996	1999
República Dominicana	<b>7,1</b>	<b>7,6</b>	<b>6,0</b>
	1987		
Trinidad & Tobago	<b>6,0</b>		

Fonte: Demographic and Health Surveys - DHS

**Tabela 13. Índices das variáveis dos grupos da América Latina - Calorias**

Variáveis Índices*	Grupos América Latina						Média	Média
	1	2	3	4	5	6	AL	Mundial
Trigo	83,15	162,47	203,96	77,56	60,10	38,15	<b>382,7</b>	530,0
Arroz	181,55	68,66	34,87	134,25	47,14	40,91	<b>256,7</b>	570,0
Milho	28,50	48,61	40,69	77,27	250,43	143,14	<b>315,8</b>	152,0
Mandioca	94,32	26,33	7,18	158,00	13,88	749,29	<b>41,8</b>	44,0
Batata	82,66	95,49	180,55	177,84	30,06	4,17	<b>47,9</b>	59,0
Açúcar	126,39	120,68	80,49	73,80	98,89	60,89	<b>382,6</b>	199,0
Feijão	114,58	30,53	8,98	47,05	226,64	118,53	<b>55,7</b>	20,0
Óleos	131,57	115,91	90,13	75,67	77,61	131,81	<b>258,0</b>	256,0
Hortícolas	78,10	137,87	146,07	96,59	75,72	104,34	<b>33,5</b>	70,0
Frutas	136,65	93,02	75,96	117,64	68,89	60,12	<b>123,1</b>	78,0
Carne Bovina	81,40	68,02	418,02	73,49	37,21	131,40	<b>86,0</b>	40,0
Carne Suína	105,62	105,62	132,58	61,57	68,31	334,83	<b>44,5</b>	114,0
Carne de Frango	103,58	155,44	124,07	79,63	73,00	49,05	<b>69,3</b>	44,0
Leite	115,62	85,27	208,90	73,29	82,88	82,19	<b>146,0</b>	121,0
Ovos	102,54	68,75	137,50	61,53	131,44	172,46	<b>21,5</b>	32,0
Pescados	98,64	201,18	97,35	83,07	46,73	58,41	<b>15,4</b>	28,0

\*Calorias /dia por habitante em relação à média latino-americana Base: AL = 100

**Tabela 14. Índices das variáveis dos grupos da América Latina - Produção**

Variáveis Índices*	Grupos América Latina								Média AL	Média Mundial
	1	2	3	4	5	6	7	8		
Trigo	7,04	71,94	0,10	1,35	159,19	141,25	258,14	1284,54	<b>32,97</b>	<b>97,36</b>
Arroz	77,14	66,50	30,44	136,99	82,25	40,11	698,82	60,43	<b>34,01</b>	<b>66,77</b>
Milho	51,79	249,25	70,89	29,49	58,39	185,60	72,25	521,39	<b>78,81</b>	<b>100,21</b>
Mandioca	45,06	133,24	23,14	63,15	34,57	1234,54	0,00	9,26	<b>49,03</b>	<b>29,51</b>
Batata	103,51	53,79	8,61	111,93	313,59	0,60	130,58	230,59	<b>29,84</b>	<b>51,98</b>
Açúcar	95,47	121,11	79,95	234,93	41,26	38,58	3,51	60,30	<b>68,38</b>	<b>22,05</b>
Feijão	41,82	214,42	186,79	59,44	45,19	129,80	14,60	131,43	<b>6,16</b>	<b>2,75</b>
Óleos	47,49	107,20	34,85	128,36	14,58	215,14	28,94	820,59	<b>17,59</b>	<b>15,56</b>
Hortícolas	100,76	121,64	41,07	95,57	216,28	97,40	80,22	149,16	<b>57,15</b>	<b>122,03</b>
Frutas	83,13	84,55	40,61	278,47	96,33	44,97	77,32	95,59	<b>202,70</b>	<b>77,11</b>
Carne Bovina	62,28	121,94	27,41	63,07	46,16	206,15	566,92	328,49	<b>21,62</b>	<b>9,85</b>
Carne Suína	72,37	150,23	25,40	137,77	151,07	360,63	110,30	79,57	<b>7,06</b>	<b>14,95</b>
Carne de Frango	118,45	152,14	59,93	68,29	134,13	51,89	92,14	149,79	<b>17,89</b>	<b>11,29</b>
Leite	53,14	109,50	43,21	138,08	91,36	68,34	446,94	280,73	<b>98,23</b>	<b>96,14</b>
Ovos	83,30	190,21	62,58	99,85	95,07	158,41	155,74	119,79	<b>7,12</b>	<b>9,17</b>
Pescados	25,21	20,60	10,49	54,45	809,28	10,91	74,03	63,00	<b>41,70</b>	<b>20,62</b>

\*Produção por habitante em relação à média latino-americana Base: AL = 100





Dendrogram using Ward Method

